



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciência Política

Luiza Calvette Costa

# 1964 e 2016: dois golpes marcados pela personalização

Brasília

2017

## Índice

1. Introdução.....	6
2. Golpe e Democracia .....	9
2.1. Golpe de Estado .....	9
a) Século XVII	
b) Século XIX	
c) Século XX em diante	
2.2. Democracia .....	11
a) Democracia do voto	
b) Democracia para além do voto	
c) Democracia no Brasil	
3. A personalização na política .....	22
3.1. O fenômeno da personalização .....	22
3.2. O sistema eleitoral e partidário no Brasil .....	23
3.3. O impacto da era midiática.....	26
4. A feição do golpe de 1964 .....	30
4.1. Crise política .....	30
4.2. Crise econômica .....	40
4.3. Propaganda e movimentos sociais .....	44
5. A personalização no golpe de 1964 .....	53
5.1. Crise política .....	54



5.2. Crise econômica	59
5.3. Propaganda e movimentos sociais	62
6. A feição do golpe de 2016	65
6.1. Crise política	65
6.2. Crise econômica	74
6.3. Propaganda e movimentos sociais	77
7. A personalização no golpe de 2016	83
7.1. Crise política	85
7.2. Crise econômica	91
7.3. Propaganda e movimentos sociais	94
8. Conclusão	98
8.1. Os golpes de 1964 e 2016	98
8.2. A personalização em 1964 e 2016	104
9. Referências Bibliográficas	109

### **Agradecimentos**

Agradeço primeiro, a todas e todos aqueles que se posicionaram contra o golpe e lutaram, incansavelmente, em defesa de democracia em nosso país. Em 1964 para que a democracia se reestabelecesse e em 2016 para que ela não fosse novamente golpeada.

Ao movimento estudantil e todo o ensinamento que dele levei para dentro da sala de aula. Principalmente que a academia deve ter lado, o lado da diminuição das desigualdades e da resolução dos problemas do povo brasileiro.

Aos professores e professoras que trabalham em defesa de uma Ciência

Política crítica e emancipadora e contribuíram para a minha formação.

E, por fim, agradeço aos meus pais e ao meu irmão, Karla, Luiz e Vitor, por estarem sempre ao meu lado, atravessando cada e qualquer obstáculo e comemorando as vitórias.

*“A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. ”*

Karl Marx  
Dezoito Brumário de Louis Bonaparte, 1852

## **1. Introdução**

Os golpes de Estado fazem parte da história da América Latina. A segunda metade do século XX presenciou o golpe em diversos países, no Brasil essa história durou 21 anos. Pensava-se que os golpes eram parte de um passado distante, até vermos a deposição de presidentes de forma inconstitucional em Honduras e no Paraguai, pouco demorou até ser a vez do Brasil.

O golpe de 2016 trouxe para mais próximo de nós o debate sobre o que é um golpe de Estado e as comparações com 1964 foram muitas e inevitáveis. Todavia, a opinião dominante na sociedade, disseminada pelos meios de

comunicação, aborda o ano de 2016 como o ano em que houve o impeachment de Dilma Rousseff e não como um ano de golpe. Inevitável fazer o paralelo de que em 1964 os mesmos meios de comunicação tratavam o golpe como Revolução – além de, ambos os períodos, atuarem para a sua consolidação.

Compreender o conceito de golpe de Estado ajuda a compreender o porquê de 2016 ser visto neste trabalho como um ano de golpe, já que o decorrer da história levou a opiniões unânimes sobre 1964. A comparação entre os dois períodos, ademais, evidencia os atores, as estratégias e os interesses que levaram a duas deposições presidenciais em períodos de crise do capitalismo. E contribui, ainda, para analisar os objetivos dos golpes de Estado no nosso país. Discorrer sobre os golpes no Brasil e compara-los é essencial para entendermos os mecanismos utilizados pela elite brasileira e internacional para ter o Estado completamente em sintonia com seus interesses e como em momentos de crise econômica o rompimento com a democracia – mesmo a liberal, é um mecanismo em questão.

Há diversas questões que podem ser comparadas entre os dois períodos. A feição do golpe, apesar das diferenças claras entre um golpe civil-militar e um golpe executado pelo parlamento, tem diversos elementos partilhados. Este trabalho busca demonstrar os elementos em comum aos golpes, a crise econômica, a busca de um Estado a serviço da elite, a dificuldade de estabelecimento da base governista em um governo de coalizão, a articulação da oposição, o Congresso pela deposição dos presidentes, a mobilização da classe média e a intensa propaganda da mídia em defesa dos golpes, exemplificam algumas dessas questões. Destrinchando, dessa forma, as suas feições.

Ademais, a questão central na comparação dos dois períodos que este trabalho busca compreender é como a personalização na política foi elemento relevante e comum aos golpes. A partir do entendimento da centralidade da personalização na política brasileira e de que essa questão, pertencente a forma como funciona o nosso sistema político e a relevância da mídia para a política, é central em quais mensagens políticas chegam até a população e como a defesa dos golpes chegou até a mesma.

A pergunta que norteia essa investigação é: como a personalização da

política atuou ao personalizar Jango em Dilma na justificativa dos golpes de 1964 e 2016. O objetivo, é, dessa forma, analisar os elementos em comum aos dois golpes e a centralidade da personalização da política, a partir de como foi a sua utilização para a justificativa dos golpes. Sem pretensões de se lançar como um trabalho neutro, já que, a neutralidade funciona, impreterivelmente, na manutenção do *status quo*. Este trabalho busca contribuir na elucidação do porquê os golpes de 1964 e 2016 devem ser chamados de golpe e colocaram governos ilegítimos a frente da presidência e quais os mecanismos utilizados pelos os que o golpe interessa. Evidenciando a estratégia de atribuir a características próprias dos presidentes os problemas do país, escondendo os interesses de concentração de riqueza e de perpetuação das desigualdades dos golpes, através de um Estado voltado completamente a estes interesses.

Dessa forma, o segundo capítulo explora o conceito de golpe a partir da sua evolução histórica, a fim de trazer a base teórica para a compreensão de como os conceitos se conectam com os golpes no Brasil. Já o segundo capítulo aborda o conceito de democracia, em uma análise calcada na “democracia do voto” e “democracia para além do voto”, voltando a alguns dos principais teóricos da democracia, com o intuito de perceber que o golpe rompe com a democracia e para além disso, qual democracia que que é rompida com os golpes no nosso país.

O quarto capítulo inicia a análise da feição golpe de 1964 e é dividido em três partes “crise política”, “crise econômica” e “propaganda e movimentos sociais” e faz uma retrospectiva de como foi mobilizado o golpe de 1964, no que diz respeito a disputa política, aos interesses econômicos e a situação da economia e aos meios utilizados para convencer e mobilizar a opinião pública. O quinto capítulo, a partir da mesma divisão, destrincha a personalização do golpe de 1964, a partir da análise de reportagens, manchetes, falas de políticos e imagens, procurou-se compreender quais características foram atribuídas a Jango e eram usadas como justificativas para o golpe. O sexto e o sétimo capítulos seguem a mesma lógica, mas como elemento de análise o golpe de 2016 e as características atribuídas a Dilma.

Por fim, a conclusão faz a comparação entre os dois períodos. Primeiro comparando a feição dos dois golpes e os principais elementos que se assemelham

e se diferenciam. E segundo, sintetizando e comparando os aspectos utilizados na personalização do golpe, ou seja, como Jango e Dilma foram personalizados como justificativa para o golpe.

Conclui-se que os golpes no Brasil se estabeleceram por atores e em conjunturas semelhantes, tendo como principal diferencial a atuação das Forças Armadas e do Judiciário e que, entendo como o mais relevante, utilizados para o fim comum de dominação completa do Estado a serviço dos interesses das elites. Além de que ambos os presidentes depostos foram personalizados em justificativa para o golpe, ou seja, que características dos presidentes – reais ou criadas, foram evidenciadas para justificar a necessidade de suas deposições e do golpe para superar os problemas que o país enfrentava nos dois momentos. Identificaram-se, ainda, os elementos distintos da personalização, fruto do momento histórico e das questões relativas ao gênero atribuídas a Dilma. Dessa forma, percebemos como os golpes esconderam os seus interesses e se basearam em características pessoais dos presidentes para justificar a sua implementação.

## **2. Golpe e Democracia**

### **2.1. Golpe de Estado**

O conceito de Golpe de Estado é utilizado para referir-se às quedas presidenciais tanto em 1964 com João Goulart como em 2016 com Dilma Rousseff. Mas é necessário irmos além do uso na controversa política dos termos e entendermos a necessidade de sua conceitualização. O termo golpe de Estado está presente em uma vasta literatura que analisa os golpes de Estado em diversos países; a literatura teórica sobre seu conceito, porém, é escassa. (PERISSINOTTO, 2016)

### **a) Século XVII**

No século XVII Gabriel Naudé definia *coup d'état* como “aquelas ações arrojadas e extraordinárias que os príncipes são forçados a tomar em situações difíceis e desesperadas, contrariamente à lei comum, sem manter qualquer forma de ordem ou justiça, colocando de lado o interesse particular em benefício do bem público”. Em um contexto onde o príncipe é confundido com o próprio Estado e o golpe estava inserido em uma era de transição, o autor leva em conta não apenas a conquista do Estado, mas as condições para a sua manutenção. De maneira que o conceito de golpe deve se atentar ao sujeito e os meios excepcionais que este utiliza para conquistar o poder, o *coup d'état* era retratado como uma conspiração palaciana e seu protagonista era o soberano. (NAUDÉ, 1979 *apud* BIANCHI, 2016)

### **b) Século XIX**

Foi depois do golpe de Luis Bonaparte, em 1851, que a literatura referente ao tema se expandiu. Com uma mudança conceitual importante ocorreu no século XIX, o uso da ideia de *coup d'état* não tem mais como sujeito exclusivamente o soberano e não se dá apenas nos palácios imperais. A elevação de Napoleão a primeiro-ministro, por exemplo, foi tramada no interior do Conselho de Anciões e do Conselho dos Quinhentos e contou com a intervenção do exército. Marx descreve os episódios que levaram Bonaparte ao poder como uma série de golpes e contragolpes. (MARX, 2011 [1852], *apud* BIANCHI). Percebe-se que a partir do século XIX o conceito de golpe se distingue do modelo apresentado por Naudé, de forma que o sujeito ainda é o soberano, mas as condições nas quais o golpe se efetivou foram mais complexas e com mais envolvidos. A trama do golpe de Bonaparte envolvia também os que estavam de fora do palácio, em especial a Assembleia Nacional. (BIANCHI, 2016)

### **c) Século XX em diante**

A partir do século XX o conceito de golpe de Estado assume novas formas, na obra clássica do escritor Curzio Malaparte, “*Technique du coup d'état*” (1981), o golpe de estado é o próprio ato de conquista do poder político, onde o



uso da violência é um componente incontornável. Malaparte chama atenção para o fato de que para se conseguir um golpe de estado exitoso é preciso ocupar e controlar os centros de poder tecnológico do estado, representados, na época, pelas redes de comunicação, a radio, as centrais elétricas, os entroncamentos ferroviários e rodoviários, o que permitirá o controle do poder político. (MALAPARTE *apud* BARBÉ, 1968)

Já Edward Luttwak em seu livro “*Coup d’état: a practical handbook*” define golpe de estado como um fenômeno moderno: “Supondo que haja um procedimento estabelecido para a troca de governos, então quaisquer outros procedimentos diferentes deste entram no campo da ilegalidade” (LUTTWAK, 1991 [1969] *apud* BIANCHI, 2016). Perissinotto (2016), aponta que a partir do conceito de Luttwak, um golpe é essencialmente a substituição de um governo por meio de procedimentos não previstos, o rompimento nas regras do jogo sucessório. (PERISSINOTTO, 2016)

O golpe não estaria então vinculado a conspiração palaciana e a pessoa do governante, “o golpe é algo muito mais democrático. Pode ser conduzido ‘de fora’ e opera naquela ala fora do governo, mas dentro do Estado, que é formada pelo funcionalismo público permanente, pelas forças armadas e a polícia. O objetivo é desligar funcionários permanentes do Estado da liderança política” (LUTTWAK, 1991 [1969] *apud* BIANCHI). Dessa forma, Luttwak, a partir de uma grande gama de casos, apresenta uma definição de golpe de estado mais abrangente do que a que encontramos em Malaparte. Luttwak entende o golpe como não sendo uma técnica apropriada de uma orientação política particular.

A obra de Barbé é analisada por Perissinotto, a partir da qual “o termo golpe de estado foi assumindo sentido mais preciso com o advento do constitucionalismo moderno. Ou seja, a sua vigência tornou possível que a definição de golpe tivesse em seu centro a ideia de ‘violação da constituição legal do estado’”. (PERISSINOTTO, 2016) Outro ponto essencial à definição de Barbé é este ser executado por meio do uso do aparelho de Estado, “um golpe consiste em infiltrar um pequeno, mas crítico segmento do aparelho estatal, que então é usado para desalojar o governo do controle do resto desse aparelho” (BARBÉ, 1986). Dessa maneira, o golpe se define pela violação constitucional e pelo fato de ser efetuado por órgãos do Estado.

A partir da segunda metade do século XX a literatura distingue o golpe de estado da revolução. Bianchi aponta que a diferença entre ambos está no sujeito do processo, enquanto o golpe de estado tem como sujeito, como apontado por Luttwak, a burocracia estatal e no caso da revolução são as “massas populares”. (BIANCHI, 2016)

Tomando como base a evolução do conceito, Alvaro Bianchi (2016), traz que o *sujeito* do golpe de estado moderno é, como Luttwak afirmou, uma fração da burocracia estatal e seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado – que pode ser, inclusive, o próprio governante. Os *meios* são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular da democracia e o *fim* é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas. (BIANCHI, 2016)

## 2.2. Democracia

O conceito de democracia tem origem na Grécia antiga e era associado à ideia de “governo do povo”. A democracia grega se dava por meio da assembleia popular, a qual tomava as decisões de políticas. Nela era permitida a participação de todos os cidadãos, além de contar com sorteio para os cargos públicos, a isonomia – igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a isogoria – igualdade do direito de manifestação na assembleia e o rodizio nos cargos públicos. Outro aspecto essencial é que todos os cidadãos eram considerados aptos a participar da gestão da *polis* e havia espaço onde todos podiam influenciar em seus rumos.

Os limites, todavia, eram claros, já que o conceito de cidadão grego era limitado. Em um contexto de escravidão, os homens e mulheres escravizados não eram cidadãos, tampouco os escravos libertos, os estrangeiros que viviam em Atenas e as mulheres. Cidadãos eram somente homens adultos, filhos de pai e mãe atenienses, e eram estes que teriam capacidade na gestão da *polis*. A democracia ateniense, ao se circunscrever nos limites de uma sociedade escravocrata, trazia no seu interior as contradições e os limites próprios dessa forma de organização social. (CABRAL NETO, 1997)

Da Grécia se herdou o imaginário ligado a democracia, de um governo onde o povo teria soberania e todos poderiam participar das decisões. Nas

sociedades muito mais complexas e maiores o conceito gerou disputas de concepção e de realização, que aqui serão divididos em dois grupos.

#### **a) Democracia do voto**

Constant e Tocqueville, como clássicos do pensamento liberal do século XX, lançaram os alicerces do que viria a ser a resistência da filosofia liberal ao ideal grego de democracia. Para Constant prevaleceu a denúncia da democracia como um regime que se deveria evitar e em Tocqueville como um regime que não havia como evitar, mas que era preciso controlar. (VITULLO, 2016) A partir disso, a teoria democrática elitista e liberal-pluralista esvazia o sentido grego de democracia e passa a disputar o seu conceito.

Joseph Schumpeter (1984) é o autor central da teoria democrática elitista, a qual define a democracia como sendo uma maneira de gerar uma minoria governante legítima. Segundo Schumpeter a democracia é vista como um método político, um arranjo institucional para chegar à decisão política. O aspecto essencial do regime democrático seria a capacidade de o cidadão escolher seus representantes, que travariam a luta competitiva pelos votos do povo, e o único papel que caberia ao povo é produzir governos. (MIGUEL, 2005) Em sua definição, democracia é:

[...] um método político, ou seja, certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões política - legislativas e administrativas -, e portanto, não pode ser um fim em si mesma, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas. (SCHUMPETER, 1984, p.304)

Schumpeter elabora um modelo de democracia que coloca como contraponto ao modelo pautado no bem comum e no exercício da soberania popular. (VITULLO, 2016) O bem comum, enfatiza o autor, significaria diferentes coisas para diferentes grupos, sendo assim, o governo do povo seria uma ficção. (SCHUMPETER, 1984)

Tal concepção se desenvolve de forma mais complexa na obra de Robert Dahl, visto como o principal autor da democracia liberal-pluralista, influenciou de forma determinante a concepção atual da corrente liberal da democracia a partir da teoria poliárquica. Dahl apresenta que não é possível ter um governo da maioria, mas que podemos, ao menos, ter um sistema político que distribua a

capacidade de influência entre muitas minorias. As eleições, segundo o autor ocupariam posição central no sistema poliarquico porque

aumentam imensamente o tamanho, número e variedades das minorias, cujas preferências têm que ser levadas em conta pelos líderes quando fazem opções política (DAHL, 1989 [1956], P. 131)

Crítica, dessa forma, os que defendem que exista uma classe dominante no poder, como os marxistas, ou uma “elite no poder”, como dizia Wright Mills. (1981 [1956]). (MIGUEL, 2005)

Janowitz & Marvick (1955), entende como a democracia um sistema político no qual o acesso legítimo ao poder se dá mediante eleições periódicas, limpas e livres, e os governos se mantêm responsabilizáveis (*accountable*) graças a restrições constitucionais, à atuação dos órgãos do judiciário e a vigilância exercida pela imprensa e por uma variedade de instituições e associações autônomas. (LAMOUNIER, 2015)

Bobbio apresenta que em geral a linha de desenvolvimento da democracia nos regimes representativos figura-se em duas direções: *a)* o direito ao voto por todos os cidadãos de ambos os sexos que atingiram certo limite de idade – *sufrágio universal*; *b)* sistema republicano composto por órgãos representativos nacionais e locais, sendo a democracia um complemento do sistema representativo. (BOBBIO, 2007 [1983])

De forma que o eixo central das teorias da corrente liberal-pluralista é a democracia baseada no acesso ao voto. Sendo assim a democracia passa pela vigência de um conjunto de liberdades cidadãs, competição eleitoral livre e multiplicidade de grupos de pressão, que se envolvem em coalizões e barganhas. (MIGUEL, 2005) Sendo o sufrágio universal a única garantia de igualdade de oportunidade e acesso aos mecanismos de controle sobre os líderes. Já a participação dos indivíduos no processo político não deve ir além do mínimo para manter a máquina eleitoral funcionando. A democracia passa a ser entendida como um conjunto de regras para a definição e influência dos governantes, os desafios para a concretização da participação dos cidadãos na gestão política são descartados.

## **b) Democracia para além do voto**

Para outros autores a democracia como o direito ao voto não esgota o seu significado, de forma que o voto é uma premissa básica da democracia, mas não a sua totalidade. Assim, veem na atualidade como um dos problemas mais evidentes dos sistemas eleitorais, a baixa participação dos cidadãos na condução dos negócios políticos. A corrente da teoria democrática participativa aponta para a possibilidade de aprimoramento da representação por meio da qualificação política dos cidadãos.

A teoria política de Rousseau, juntamente com a de John Stuart Mill, é uma das principais precursoras da Teoria Participativa e possui a visão de que é partir do Estado que se concretizara a igualdade numa sociedade desigual. O Estado capaz de suprimir os elementos de desigualdade, a partir do entendimento de que extremas desigualdades funcionam como elementos limitativos a liberdade. (ROUSSEAU *apud* CABRAL NETO, 1997)

E é na sua obra “*O Contrato Social*”, em 1762, que formula as primeiras críticas a democracia representativa, onde pressupõe que o simples ato de votar nas eleições não traduz a expressão da vontade popular. Rousseau, a partir do contexto da sociedade francesa do século XVIII, coloca que o poder soberano pertence ao povo em união. É nessa união que se forma a vontade geral, que não pode de forma alguma ser transferida ou representada – e é a partir desse referencial que o autor constrói um ideal a ser perseguido. (GOMES, 2006)

O povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez estes eleitos ele é escravo, não é nada. (ROUSSEAU, 1997 [1762] *apud* GOMES, 2006)

Ao considerar a ideia de democracia representativa, Rousseau afirma que nesse governo as leis mais polêmicas seriam submetidas ao sufrágio público e o povo seria educado de forma a querer fiscalizar seus representantes e exigir a submissão de determinadas leis ao voto popular. (ROUSSEAU *apud* GOMES, 2006) Dessa forma, sua obra possui dois aspectos essenciais à teoria participacionista. A defesa da participação de cada indivíduo no processo político de tomada de decisão, que, para ele, provoca um efeito educativo sobre os cidadãos, de forma que há uma inter-relação entre o funcionamento das instituições e as atitudes dos indivíduos dentro delas. Questão que posteriormente, em sociedades mais complexas, se traduziu na necessidade da participação

popular na democracia representativa, em uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa. (CABRAL NETO, 1997)

O segundo fundamento, e que teve grande influência na teoria da democracia participativa, é que para a participação ser efetiva é preciso ter sensibilidade para as desigualdades concretas da sociedade e ao fato de que elas interferem na esfera política. (MIGUEL, 2005) Sua teoria não exige igualdade plena, mas destaca que as diferenças econômicas não poderiam levar a desigualdade política.

...quanto à igualdade, não se deve entender por essa palavra que sejam absolutamente os mesmos graus do poder e de riqueza, mas, quanto ao poder, que seja distanciado de qualquer violência e nunca exerça senão em virtude do posto e das leis e, quanto a riqueza, que nenhum cidadão seja suficientemente opulento para poder comprar outro e não haja nenhum pobre que, se veja constrangido a vender-se... (ROUSSEAU, 1997 [1762] apud GOMES, 2006)

Stuart Mill, assim como Rousseau, acreditava que a ação política responsável depende, em grande parte, de instituições em que os indivíduos agem politicamente através da participação. É, entretanto, importante acrescentar que Mill, em sua teoria, aponta que a democracia passa pelo voto, que deveria estar combinado a participação, questão que se distingue do cerne da obra de Rousseau. Acrescenta que a participação não se trata de descobrir uma vontade geral, mas de ampliar os horizontes dos cidadãos comuns, limitados por seu ambiente imediato. Para ele da participação nasceriam indivíduos mais capazes e competentes.

O autor foi o precursor da ideia do sufrágio universal e observou que em uma sociedade de larga escala o governo representativo se faz necessário e o sufrágio universal poderia ser um grande mecanismo de participação política, onde as pessoas são chamadas através do direito ao voto para participar do processo decisório. Mill observa:

Um ato político que apenas se repete com o intervalo de alguns anos, e para o qual não teve o preparo nos hábitos cotidianos do cidadão, deixa seu intelecto e suas disposições morais inalteradas. (MILL, 1963)

O sufrágio universal, contudo, se mostrou um incentivo demasiado, frágil para a qualificação cidadã, dado o intervalo entre as eleições e ao peso ínfimo de cada decisão individual para o resultado geral. (MIGUEL, 2005). Dessa forma, apresenta que é necessário que o indivíduo seja preparado para a participação a

um nível local. (MILL, 1963 *apud* MIGUEL, 2005). Entretanto, para ele, seria a elite mais instruída que deveria ser eleita para ocupar os cargos políticos.

Carole Pateman e C. B. Macpherson trazem essas questões de forma mais explícita e são considerados os autores mais representativos da corrente participacionista. Para eles a democracia não se limita a seleção dos líderes políticos, mas diz respeito também a participação dos cidadãos nas decisões.

Pateman (1992 [1970]) em sua obra “Participação e Teoria Democrática” parte do princípio de que a participação tem um efeito educativo, colocando que a participação “é educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de práticas de habilidades e procedimentos democráticos.” (PATEMAN, 1992) Defende a introdução de instrumentos de gestão democráticos na esfera da vida cotidiano e nos locais de trabalho (a chamada “*democracia industrial*” que exige formas de autogestão), desvelando a eficácia política da participação no local de trabalho e as definições de participação e democracia nestes locais.

A autora leva, então, para a combinação entre democracia representativa e democracia participativa. De forma que são necessárias maneiras de aprimorar a democracia eleitoral, e os instrumentos de gestão democráticos no trabalho possibilitariam o caráter educativo para que os cidadãos possam entender melhor o processo político e controlar os seus representantes. Sendo assim, Miguel (2005) afirma que a *accountability* que na democracia eleitoral tende a funcionar precariamente, seria aprimorada com o treinamento oferecido pela participação na base.

Macpherson entende que a possibilidade de implementação de uma democracia participativa estaria na implementação de mecanismos de democracia direta a partir das bases – locais de trabalho e comunidades. O modelo de Macpherson julga que a ampliação das oportunidades de participação geraria um salto na qualidade de representação, de forma que a democracia participativa precisa de dois requisitos para o seu surgimento. Primeiro, a mudança de consciência do povo, que ele descreve como:

mudança de consciência do povo, de ver-se e agir como essencialmente consumidor, ao ver-se e agir como executor e desfrutador da execução e do desenvolvimento de sua capacidade (MACPHERSON, 1978 [1977])

O segundo pré-requisito é a diminuição da desigualdade econômica e social. Machperson afirma, ainda, que um sistema político não-participativo necessita da desigualdade para se manter, e a diminuição das desigualdades é improvável sem a ação democrática. De forma que, parece, a primeira vista, que as condições essenciais criam um círculo vicioso. Entretanto, o autor observa, por fim, que examinando esse círculo não se deve esperar que uma das mudanças se complete para que a outra comece. (MACPHERSON, 1978 [1977])

A necessidade da prática cotidiana da democracia e a necessidade de igualdade material, nos remetem ao fato de que a relação entre democracia e a desigualdade no capitalismo é essencial nessa leitura, que é negada pelo pluralismo liberal minimalista. (MIGUEL 2005) Robert Dahl, ao revisar a sua teoria pluralista, afirma que o caminho para o aprofundamento da democracia passava necessariamente pela superação do capitalismo. (DAHL, 1990 [1985]). A necessidade histórica da articulação entre democracia representativa e democracia participativa se soma a necessidade da igualdade econômica, e o aprofundamento da democracia é visto como incompatível ao capitalismo.

As teorias feministas trazem avanços para as teorias democráticas, Biroli (2016) evidencia que as teorias feministas ao abordarem a divisão sexual do trabalho trazem a perspectiva de que as relações de poder do cotidiano influenciam na baixa permeabilidade das democracias contemporâneas. Já que esta traz obstáculos para o acesso a ocupação e a recursos e à participação política autônoma. A responsabilização desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres constroem as alternativas, “incitam julgamentos que são apresentados como baseados na natureza (em aptidões e tendências que seriam naturais a mulheres e homens) e fundamentam formas de organização de vida”. (BIROLI, 2016)

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho também precisa ser considerada, aliada as desigualdades econômicas e raciais, como determinante ao acesso desigual ao sistema político. Se apresenta na forma de julgamentos e pressões sociais – já que o trabalho político exige uma rotina diferente das expectativas com o cuidado dos filhos e da casa, nas restrições concretas no acesso a tempo – já que a militância precisa estar equilibrada a vida doméstica familiar e no acesso a renda – já que a renda das mulheres é inferior à dos homens, inseridos nessa dinâmica se estabelece o menor acesso a redes de contato. A naturalização dessas



competências e do acesso aos recursos funcionam como estímulo e desestímulo a vida pública e política às mulheres. (BIROLI, 2016)

Uma diferença notável nos teóricos da democracia participativa para os teóricos da democracia liberal é que esses ressaltam que, em potencial, todos temos condições para entender e ter um papel ativo na discussão e na gestão dos negócios públicos. Onde o ponto de partida é o entendimento de que a democracia não deve ficar limitada a uma competição intra elites, que se desenvolveu dessa forma, historicamente, devido ao casamento instável entre mercado capitalista e democracia.

### **c) Democracia no Brasil**

Nesse sentido, é preciso se questionar, qual a democracia que o golpe de Estado rompe no Brasil? Para responder essa pergunta utilizarei como base as Constituições Brasileiras que estavam em vigência nos períodos de 1964 e 2016, as cartas elaboradas em 1946 e 1988 respectivamente, já que é a constituição a lei máxima que define poderes e define os direitos e deveres dos cidadãos, regulando, também, o funcionamento do Estado.

A Carta Constitucional do Brasil República de 1890 proclamou o modelo republicano no país, o Presidente da República passou a ser eleito pelo voto direto, com mandato de quatro anos, não sendo possível a reeleição, podendo votar todos os homens maiores de vinte e um anos, alfabetizados. Em 1934 houve a constitucionalização dos direitos sociais, a criação da Justiça Eleitoral, o sufrágio feminino e o voto secreto.

Ao analisarmos a Constituição de 1946 é preciso perceber em qual momento político ela se insere. Após o início da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942, o Brasil passou a posicionar-se a favor do bloco liderado por Estados Unidos e Grã-Bretanha. No plano interno, a legislação havia estipulado que, em novembro de 1943, deveria ocorrer um plebiscito para validar a Carta Constitucional de 1937. Porém, sob a justificativa de que o país estava em guerra, adiou-se a realização do plebiscito. Em fevereiro de 1945, o governo estabeleceu datas para a realização de eleições, por meio da Lei Constitucional nº 9, e proclamou uma anistia geral. Em maio, o Decreto-Lei nº 7.586 fixou o dia 2 de

dezembro do mesmo ano para a realização das eleições e recriou o Tribunal Superior Eleitoral.

Getúlio Vargas, em seguida, permitiu a fundação de partidos políticos, proscritos desde 1937 e convocou eleições para Presidente da República, para o Conselho Federal e para a Câmara dos Deputados para o dia 2 de dezembro de 1945, conforme definido no artigo 136 do Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, o Parlamento eleito, além de suas prerrogativas ordinárias estaria também designado à poderes constituintes.

Dessa forma, a Constituição elaborada em 1946 estava mergulhada no fim da ditadura do Estado Novo e seu apoio ao fascismo italiano e ao início do apoio do governo as democracias liberais do Ocidente. A maioria da Assembleia Constituinte estava vinculada ao projeto liberal-democrático, do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), que juntos ocupavam cerca de 80% das cadeiras. Seu avanço estava, dessa forma, vinculado principalmente a volta dos direitos democráticos formais, acolhendo as conquistas que foram registradas na Carta de 1934 e que haviam sido cerceadas com o Estado Novo – como o voto às mulheres e o voto secreto, já que de 1937 a 1945 os brasileiros e brasileiras não votaram uma única vez. Composta de princípios federativos e liberais, constituía o pluralismo partidário, definia o voto como direto, secreto e universal – excluído os analfabetos, instaurava os três Poderes, com mandato de cinco anos para o Executivo.

Sendo assim, a Constituição de 1946 reflete a democracia liberal baseada no voto universal e na igualdade política, assegurou a possibilidade de representação proporcional dos partidos políticos nacionais (AIETA, 2006), porém, excluiu mais de 50% da população brasileira ao direito de voto, visto que em 1940 o censo do IBGE apurou que cerca de 55% da população com idade acima de 18 anos eram analfabetas. Outro fato contrário ao processo de democratização das organizações partidárias é notável, a cassação do registro de funcionamento legal, em 1947, do Partido Comunista do Brasil – PCB, uma contradição fruto da Guerra Fria e do alinhamento do Brasil aos Estados Unidos. (MOTA, 1999) De forma que a constituição de 1946 se propõe a ser uma constituição democrática, porém exclui do pleito eleitoral mais de metade da população e, nesse caminho, enxerga a democracia como o mero direito ao voto sem redução de desigualdades.

Já a constituição de 1988 ampliou a democracia no que diz respeito à capacidade de o cidadão escolher seus representantes, reiterando o sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Já em 1985 os analfabetos conquistaram o direito ao voto e em 1988 os jovens entre 16 e 18 anos; as restrições passaram para uma parcela muito menor da população – os menores de 16 anos, os conscritos (o jovem prestando serviço militar obrigatório), os presos com sentença transitada em julgado que estejam cumprindo suas penas privativas de liberdade e os estrangeiros. Prevê, ainda, a livre criação de partidos políticos, o regime democrático, o pluripartidarismo desde que garantido o caráter nacional dos partidos, a prestação de contas junto a Justiça Eleitoral e o funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

A constituição de 1988 avança em outros aspectos além do que diz respeito ao voto e ao funcionamento das instituições. Ampliou os direitos sociais, políticos e econômicos a todos os cidadãos, como o direito a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. A fim de garantir, pelo Estado, a cidadania plena em uma sociedade desigual.

Sendo assim, a que é conhecida como constituição cidadã abrange o entendimento de que a democracia se estabelece a partir da vigência do sufrágio universal e do funcionamento das instituições, mas também na redução das desigualdades. Ao criar um elenco de direitos somados ao direito ao voto universal, a Constituição de 1988 avança em relação a constituição de 1946 e aponta na direção da Democracia Participativa no que diz respeito à redução de desigualdades. De forma que mesmo sendo uma constituição considerada liberal estabelece que é preciso criar condições reais à população para que a democracia se consolide, de forma que a democracia não se estabelece apenas no direito formal ao voto. Consolida-se o Estado de Direito, em uma constituição que marca a presença do povo e a valorização da cidadania e da soberania popular.

A realidade brasileira pós Constituição, no entanto, nos mostra que a consolidação das condições de redução de desigualdades estabelecida ainda está longe de se consolidar, e assim, longe do alcance da consolidação da democracia, para além do direito formal ao voto se consolide. O sistema estabelecido por esta tem, de fato, contornos claros de uma democracia, ampliando as condições de

participação política e a noção de que para a sua efetivação, direitos sociais básicos são necessários.

Tampouco, podemos negar que a qualidade da democracia hoje no país possui problemas estruturais – o acesso a direitos básicos está longe de se efetivar a ponto de garantir a participação efetiva dos cidadãos na esfera pública. O Brasil ainda é um país de extremas desigualdades, com elevados índices de pobreza e concentração de renda. O agravamento da desigualdade no país teve seu ápice durante a ditadura, com ênfase nos anos 70 com o chamado “milagre econômico”, como nos anos 80, em um período de inflação alta e baixo crescimento.

A partir dos anos 90 a desigualdade começou a cair, entretanto, não de forma a sustá-la de forma suficiente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 aponta alguns dados que justificam essa afirmação, segundo a pesquisa o 1% dos brasileiros mais ricos ganham quase cem vezes mais do que os 10% mais pobres, enquanto a renda média é de R\$ 235 por mês entre os 8,6 milhões de trabalhadores mais pobres, contra R\$ 20.312 entre os 864 mil no topo da pirâmide. Índices também refletidos na questão do patrimônio declarado, onde a riqueza dos 0,9% mais ricos representa 68,49% do total.

A renda média no Brasil aumentou 5,7%, passando para R\$ 1.681 por trabalhador. Entretanto, esse aumento se deu na base e no topo da pirâmide, onde os mais ricos aumentaram sua renda em 6,4% e os mais pobres em 3,5%, dessa forma, a desigualdade se mantém. O que leva a questão de que, mesmo a Constituição estabelecendo um grau importante de condições para a efetivação da democracia, a sua efetivação está longe de ser concreta.

### **3. A personalização na política**

#### **3.1. O fenômeno da personalização**

Ao nos depararmos com o funcionamento das instituições na democracia representativa brasileira, nos deparamos também com a necessidade de reflexão de como as mensagens políticas chegam até os eleitores. Para maior compreensão de como a personalização operou nos golpes de 1964 e 2016 é preciso

compreender qual a centralidade da personalização na política brasileira, de forma que os elementos de personalização da crise em 1964 e 2016 na figura dos Presidentes da República são elementos não isolados, mas pertencentes a uma cultura política ligada ao nosso sistema eleitoral e partidário. É necessário, assim, identificar esses elementos presentes nessa estrutura e as formas de comunicação política utilizadas pelos participantes da disputa política – governo, oposição, candidatos e grupos de interesse, em um cenário onde a mídia ocupa a arena central de disputa.

A análise da decisão do voto e as mudanças de percepção sobre a arena eleitoral, nos fornecem mecanismos para entender esses elementos. A percepção de que são os fatores sociológicos ou de identificação partidária eram vistos como responsáveis pelo voto, consolidou-se, entretanto, nos últimos anos a perspectiva de que determinantes contingentes são cruciais no processo eleitoral. Esses contingentes remetem a questão da personalização, ao introduzir elementos como a imagem do candidato, sua performance e os temas de campanha. (LEAL e VIEIRA, 2009)

Wattenberg (1991) fornece componentes sobre essa nova percepção, ao descrever a ascensão da política centrada nos candidatos. Uma das marcas desse modelo é a valorização da figura do candidato ou do governante em detrimento do partido político ou do governo, onde as considerações de curto prazo, principalmente econômicas, prevalecem na decisão eleitoral, em um cenário onde o eleitor não estaria predeterminado por variáveis sócio demográficas ou predisposições partidárias. (WATTENBERG *apud* LEAL e VIEIRA, 2009) De maneira que questões como competência, integridade, capacidade de decisão, carisma e atributos pessoais preenchem o espaço deixado vago pela discussão política, sobretudo, em disputas pouco ideologizadas. (WATTENBERG *apud* LEAL, 2012)

Dessa forma, Wattenberg aponta que somado a esses fatores há a diminuição do controle partidário sobre as candidaturas, o crescimento das taxas de volatilidade, bem como o crescimento da disputa interna nos partidos e a falta de unidade partidária, somados a centralidade crescente dos meios de comunicação de massa como espaço privilegiado para a definição da disputa política. (WATTENBERG *apud* LEAL e VIEIRA, 2009)) Questões nos apontam em direção a um quadro que favorece o personalização na política.

Leal (2012) aponta que no Brasil, todas as eleições presidenciais disputadas democraticamente desde 1989 parecem corroborar a hipótese:

Collor se elegeu por uma agremiação inexpressiva; FHC venceu fortemente ancorado em fatores econômicos conjunturais (o Plano Real em 1994; o risco da perda da estabilidade econômica em 1998); Lula, em suas duas vitórias, mostrou ser eleitoralmente muito mais significativo que o PT; e, por fim, Dilma deveu muito de sua eleição à estratégia de campanha que colou sua imagem à de Lula. (Leal, 2012)

Acrescenta, ainda, que as propagandas institucionais dos governos, em todos os níveis, também tentam associar as eventuais conquistas ao chefe de governo. Sendo importante analisarmos o sistema político no Brasil e a situação da mídia brasileira, a fim de perceber qual é o terreno que torna possível o quadro descrito por Wattenberg no país.

### **3.2. O sistema eleitoral e partidário no Brasil**

O sistema eleitoral e partidário brasileiro, definido pela constituição de 1988 e pelo Código Eleitoral, além do sufrágio universal e o voto secreto e direto, definido pela Constituição no artigo XIV, apresenta o funcionamento dos diferentes sistemas eleitorais que organizam o sistema eleitoral no país. Este funciona a partir da representação proporcional de lista aberta para deputados federais, estaduais e vereadores; da representação majoritária em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores e da representação majoritária simples para senadores e prefeitos com menos de 200 mil eleitores. Há, ainda, as diversas regras para o seu funcionamento, sendo relevantes nesta análise, as regras de financiamento de campanhas e partidos e o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

A representação proporcional de lista aberta está baseada, inicialmente, no cálculo do quociente eleitoral, o qual consiste na divisão do total de votos válidos pelo número de cadeiras em disputa, onde as cadeiras são distribuídas aos partidos (ou coligações). Onde os votos nos diferentes candidatos ou partidos de uma mesma coligação contribuem para que se alcance o cociente eleitoral, uma ou mais vezes, e se obtenha as cadeiras em disputa. Os nomes mais votados de cada lista ocupam as cadeiras. (NICOLAU, 2015) Nas coligações os votos dos partidos coligados são somados, de forma que para o partido que está coligado o mais

importante é assegurar que os seus candidatos estejam entre os primeiros nomes da lista, mesmo que ele contribua pouco com a votação final da coligação.

Downs (1957) apresenta que os eleitores tenderiam a fazer o uso dos partidos como um atalho para reduzir os custos da decisão eleitoral. (DOWNS *apud* KINZO, 2005) Nicolau, entretanto, aponta para o fato apresentado por Carlos Lacerda e Milton Campos, de que a lista aberta incentiva a competição entre candidatos de uma mesma lista, enfraquecendo os partidos. (NICOLAU, 2015) E apresenta, ainda, que mais recentemente a volatilidade eleitoral no país se estabilizou acima dos 30% (Braga, 2003) e está entre as mais elevadas do mundo sobre uma perspectiva comparada (NICOLAU, 1998 *apud* KINZO, 2005). As elites políticas utilizam, então, estratégias distintas da apresentada por Downs para alcançar o sucesso eleitoral.

Essa volatilidade se deve, define Kinzo, ao fato de o jogo partidário e a democracia brasileira serem instituições jovens, em que as estratégias utilizadas pelos candidatos e partidos para maximizar seus ganhos, tanto em eleições majoritárias como proporcionais, criam uma situação que não apenas estimula a personalização da competição, mas também torna nebulosa a disputa partidária. Já que, primeiro, as coligações englobam partidos de matrizes ideológicas muitas vezes distintas e a competição é, principalmente, entre qual candidato alcançará o topo da lista, estimulando a competição dentro dos partidos. Esses ganham menos visibilidade que os candidatos e não conseguem fixar sua imagem sobre o eleitorado, dificultando a identidade dos partidos com os eleitores. (KINZO, 2005) Além disso, a mudança constante de partido por parte das lideranças políticas também colaboram com o quadro da política centrada em figuras e não em partidos ou programas.

Para ilustrar, Kinzo utiliza como exemplo as eleições de 1994, 1998 e 2002, quando se supõe que as referências partidárias foram importantes, os índices de preferência partidária caíram em vez de aumentar. Indicando que as campanhas eleitorais estavam centradas nos candidatos e não nos partidos – tanto para cargos majoritários como proporcionais, colocando os eleitores à uma exposição maior à disputa entre as candidaturas individuais. (KINZO, 2005)

A disputa centrada em candidatos é acentuada também pela questão do financiamento partidário e eleitoral. O qual é dividido em financiamento público e financiamento privado. Os recursos públicos consistem no Fundo Partidário, que

financia as organizações partidárias anualmente e o horário de propaganda gratuita – durante as campanhas eleitorais e para os partidos políticos durante os períodos não eleitorais. Já os recursos privados são provenientes de quatro fontes principais – doações de pessoas físicas, doações de empresas, recursos próprios dos candidatos e os dos partidos. (SPECK, 2015)

Speck aponta que o volume de propaganda gratuita em rádio e TV concedido aos partidos durante a campanha eleitoral é grande em comparação com outros países. A maior parte dos recursos, 99%, é distribuída respeitando as proporções de força dos partidos políticos, a partir dos votos obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados, e uma parte menor é distribuída igualmente entre os partidos. (SPECK, 2015)

Já sobre os recursos privados, Speck (2015) expõe que na campanha de 2010, os recursos privados totalizam R\$3,1 bilhões, dos quais 75% são provenientes de empresas, 14% de doações de cidadãos e 11% dos próprios candidatos. O grupo de 296 empresas doadores que contribuíram acima de R\$1 milhão para as campanhas eleitorais em 2010 representa 1,5% de todos os doadores, entretanto, representa mais de 66% do total das doações do setor privado. Sendo os maiores doadores o setor bancário e de construção civil.

O autor também analisa o impacto dos recursos sobre o sucesso eleitoral e apresenta que, a partir da correlação entre recursos e votos, quanto mais recursos um partido conseguir arrecadar mais votos ele terá. E indica que a relação não é necessariamente de causalidade, mas há 3 hipóteses possíveis na relação entre recursos e sucesso eleitoral. Primeiro que a disponibilidade de recursos é uma das causas que influencia os resultados eleitoral, a segunda que os doadores ajam estrategicamente, contribuindo com recursos somente para aqueles candidatos que tiverem chance de sucesso eleitoral. E a terceira hipótese é de que os candidatos apoiados por um partido bem estruturado e que têm experiência na arena eleitoral conseguem arrecadar recursos com mais eficiência. (SPECK, 2015)

Dessa forma, é pertinente concluir que há altas possibilidades dessas hipóteses se correlacionarem. Speck coloca que:

Os candidatos com longa experiência na política sabem como abordar financiadores e convencer eleitores. Aqueles que têm alta chance de se eleger, por contar com apoio do partido e segmentos sociais importantes, conseguem convencer mais financiadores pragmáticos. Mais recursos na campanha garantem melhor coordenação, sondagens



do impacto e melhor ajuste da campanha ao perfil dos eleitores. (SPECK, 2015)

Sacchet e Speck (2012) compararam ainda o perfil de financiamento de homens e mulheres disputando o mesmo cargo e identificou-se que as mulheres recebem menos recursos. Os recursos privados são concentrados não só em quem doa, mas também em quem recebe. Poucos candidatos recebem muito e muitos disputam a eleição com um volume insignificante de recursos, de forma que grande parte dos candidatos já entram na disputa com nenhuma chance de serem vistos. (SPECK, 2015)

Sobre o financiamento privado nas eleições é relevante abordar o impacto do financiamento sobre os candidatos eleitos, a partir da tese de que os eleitos respondam mais a demanda de seus financiadores de que de seus eleitores. Fleischer (1997) e Speck (2012) apontam que há duas versões sobre esta suspeita, a de que os eleitos dariam atenção especial aos financiadores na formulação de políticas públicas, na elaboração de leis e em outras decisões políticas. E a segunda de que os eleitos se mobilizariam para que seus financiadores obtenham vantagens financeiras em suas transações econômicas com o Estado, em contratos, benefícios tributários, acesso a financiamentos públicos e processos de fiscalização – envolvendo, principalmente, a transgressão de regras. De forma que o financiamento privado gera benefícios para os financiadores e custos para o sistema político, o que vai em desencontro com a busca da democracia no Brasil, ao favorecer os interesses de uma pequena parcela da população que tem condições de fazer doações milionárias às campanhas eleitorais. (SPECK, 2015)

### **3.3. O impacto da era midiática**

A mídia, a qual é definida como os meios de comunicação de massa, é, na sociedade contemporânea, uma importante agente na formação da representação do mundo que criamos, já que agimos nele de acordo com a maneira como o vemos. Os meios de comunicação propiciam o acesso a determinadas informações que não teríamos acesso caso dependêssemos da observação direta ou de relatos de participantes. Miguel aponta que o acesso a informação é positivo ao nos propiciar uma ampliação de horizontes, porém, a construção do mundo social passa a sofrer a influência esmagadora de poucos veículos. (MIGUEL, 2015)

Os veículos de comunicação, entretanto, apresentam a si mesmos como testemunhas neutras dos fatos. Miguel apresenta que a mídia é o local onde deveriam estar expostos as diferentes representações da sociedade e também de diferentes projetos políticos. Entretanto isso não se concretiza devido aos mecanismos de mercado e a tendência à monopolização, de forma que os conglomerados da comunicação possuem interesses comuns, já que são empresas de qualidade capitalista. (MIGUEL, 2015)

O que se recebe da mídia, diferente do discurso apresentado por ela sobre si mesma, são representantes das vozes da sociedade, mas com um viés. (MIGUEL, 2002) O caminho, portanto, não é a neutralidade dos meios de comunicação, mas seu pluralismo.

O papel central da mídia no jogo político se deve ao fato de ser a principal fonte de informação a população e a sua qualidade de selecionar os fatos mais relevantes para chegar a opinião pública, e de quais aspectos dos fatos serão abordados. A capacidade de definição de agenda da mídia, ou *agenda setting*, é primordial ao jogo político, já que consiste em chamar atenção para determinadas questões e torna-las centrais nas representações da realidade política. (MIGUEL, 2015) Assim, a seleção de determinadas pautas como mais relevantes pelos meios de comunicação mobilizam não só a opinião pública para determinadas questões, mas também a opinião dos políticos, que precisam dar respostas.

A noção de *agenda setting* é complementada pela noção de enquadramento ou *framing*. De maneira que, processo de formação de preferências é manipulado pelo seu enquadramento, no qual, a partir da definição de Gitlin (1980) os enquadramentos são entendidos como recursos que organizam o discurso e, a partir de Entman (1994) enquadrar significa selecionar informações e fazê-las mais salientes (PORTO, 2004) Miguel usa como exemplo o caso da economia, onde a importância de cada item ligado a esta está ligada a relevância do que é apresentado: estabilidade, redistribuição ou crescimento, por exemplo. (MIGUEL, 2015) A mídia não transmite apenas *sobre o que* as pessoas vão pensar, mas *como* vão pensar.

Ao apresentar sua programação, a partir da utilização desses mecanismos, a TV tem a necessidade de uma imagem para as suas abordagens e os assuntos que trata, de forma a favorecer a personalização de movimentos coletivos. Um candidato apresenta uma imagem concreta e o partido uma imagem abstrata. É

razoável, então remeter ao que indicou Wattenberg que o impacto da era televisiva sobre o candidato resultou numa competição centrada muito mais em personalidades do que em partidos. (WATTENBERG, 1998, 2000 *apud* KINZO, 2005)

Como consequência a aparência dos líderes políticos e de suas falas predominam sobre o que é falado. De forma a perceber que é cada vez mais destacado, a participação de especialistas em marketing na estratégia política, de forma que os candidatos procuram projetar imagens. Com o advento da comunicação televisiva, os elementos ligados a imagem são redobrados, o que leva ao esvaziamento do debate de ideias e a personalização das disputas políticas. A mídia é o principal meio de contato entre os líderes partidários e o conjunto dos cidadãos. E, dessa forma, tem papel central na mediação do discurso político, e além de difundi-lo, ela também o transforma. Miguel afirma que quanto mais elevadas as posições políticas que se pretende alcançar maior a necessidade de visibilidade na mídia. (MIGUEL, 2015)

A internet aparece, muitas vezes, como a saída para o acesso a informação que não esteja atrelado aos grandes meios. Entretanto, a principal fonte na internet ainda é o jornalismo tradicional, de forma que, essa, na verdade, tem seu principal papel na pulverização da informação disponível. (MIGUEL, 2015)

O debate sobre a comunicação política é essencial também ao debate da personalização na política no Brasil. Em uma realidade que a televisão alcança mais de 95% dos lares brasileiros, em uma situação de educação ainda precária, aumentando ainda mais a relevância da TV.

Os conglomerados midiáticos, a alta concentração da propriedade da mídia e a propriedade cruzada são a realidade no país. Mesmo a legislação proibindo que um mesmo grupo detenha mais de cinco emissoras de televisão abertas, esta é contornada pela “afiliação”, possibilitando com que a programação chegue a todos os estados brasileiros através de emissoras menores. (MIGUEL, 2015). Além disso, a mídia brasileira é concentrada em sete grupos, que controlam mais de 70% da informação no país. São eles, a *Record*, ligada à Igreja evangélica, os outros seis são grupos familiares sendo o principal conglomerado o *grupo Globo*, da família Marinho, além da *Editora Abril*, da família Civita, a *Folha de S. Paulo*, da família Frias, *O Estado de S. Paulo*, da família Mesquita, o *SBT – Sistema*

*Brasileiro de Televisão*, da família Santos e a *Rede Bandeirantes*, da família Saad.

Conclui-se, que a visibilidade na mídia, é cada vez mais, um componente essencial da produção de capital político. A presença na mídia dos líderes políticos, e o enquadramento feito sobre esses pela mesma é determinante para o sucesso ou fracasso de um mandato parlamentar ou cargo executivo. E, além disso, a mídia alavancou a personalização na política por associa-la a imagens dos líderes, colocando-a em evidência em detrimento do debate de ideias. É necessário compreender, então, que os meios de comunicação são agentes políticos e que com a força de sua influência reorganizam o jogo político. Dessa forma, a influência da mídia se configura principalmente nas instituições políticas, no sistema eleitoral e partidário, na trajetória de cada agente e nas posições que pretende alcançar. (MIGUEL, 2002)

#### **4. A feição do golpe em 1964**

##### **4.1. Crise política**

A aliança entre o PSD – Partido Social Democrático e o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro foi responsável pela sustentação do governo de João Goulart e tem origem na eleição de Juscelino Kubitschek em 1956, quando o PSD ao homologar seu nome para presidência da República, buscou aproximação com o PTB e João Goulart concorreu à vice-presidência pela chapa à eleição presidencial de 1960.

Em 1960 o país se encontrava numa crise econômica, com ascensão de massas na cidade e no campo e o desgaste eminente da figura política de JK. O eixo PSD-PTB tentou aproximação com o maior partido de oposição, a União Democrática Nacional – UDN, que rechaçou a proposta e apoiou o nome de Jânio Quadros, do *Partido Democrata Cristão*, para presidente. Jânio tinha sua trajetória política baseada na independência em relação aos partidos, questão que pontuou à UDN antes de sua candidatura.

Goulart vence a eleição para vice-presidente, que até então era separada da votação para presidente. Jânio Quadros, como presidente, e João Goulart, como vice, foram empossados em 31 de janeiro de 1961. Jango, durante o governo de JK colheu os frutos do seu trabalho como Ministro do Trabalho de Vargas, sendo o principal contato com a área trabalhista e sindical e o governo e da posição de presidente do PTB. (SUELY BRAGA, *s.d.*)

Jânio venceu com 48% dos votos e depois de 15 anos do PSD/PTB a frente da presidência, a oposição chegava ao cargo. Porém, com um distanciamento de seu partido permeado por diversos conflitos, como a defesa do controle da inflação e o saneamento das finanças públicas aliados ao desenvolvimento econômico; o fortalecimento da Petrobrás; o controle de remessas de lucros para o exterior, além da condecoração de Che com a “*Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul*” no Palácio do Planalto, logo após a Revolução Cubana. Questões que levaram ao conflito entre Executivo e Legislativo, que em seu ápice levou a renúncia de Jango. O objetivo de Jânio era que com a renúncia houvesse um clamor popular pela sua volta à presidência com poderes suficientes para fechar o Congresso, não se concretizando na sua volta, a continuidade do conflito se deu com o veto dos militares à posse de João Goulart. (DA COSTA, *s.d.*)

João Goulart estava em visita oficial à China quando recebeu a notícia da renúncia de Jânio. A renúncia de Jânio da presidência levou à manifestação dos

ministros militares, que se opuseram à posse de Jango devido as suas posições voltadas à esquerda, lançaram um manifesto acusando Jango de, enquanto Ministro do Trabalho, ter promovido o comunismo e apoiado as movimentações grevistas.

O presidente da Câmara dos Deputados, e terceiro na linha sucessória, assumiu interinamente a presidência. O impasse da posse durou vários dias, na oposição estavam os ministros militares, e a favor da posse formou-se a Cadeia da Legalidade, o sistema parlamentarista foi implementado como maneira de mediar os conflitos entre os favoráveis e contrários a posse de Jango. Entretanto, o descumprimento à constituição mostrou também à fraqueza do Estado de Direito naquele momento.

Assim, o Congresso aprovou a emenda parlamentar que instituía o parlamentarismo e João Goulart assumiu a presidência. É importante pontuar que durante o período parlamentarista, o gabinete funcionou como um ministério presidencial, no qual João Goulart tinha grande ingerência, mas travou uma luta continua pela derrubada desse modelo, que impedia que exercesse plenamente seus poderes.

A posse de Jango só se consolidou devido a ampla coalizão em defesa da legalidade, mobilizada por Leonel Brizola, do PTB, governador do Rio Grande do Sul, através da Cadeia da Legalidade, a qual foi aderida pelo III Exército e deputados da base de Jango e da oposição. Ferreira aponta que os ministros militares, logo após a posse de Jango e a entrega dos cargos, passaram a tramar a destituição de Goulart, com destaque para o Marechal Odílio Denys, os generais Cordeiro de Farias e Olímpio Mourão, com um grupo de empresários cariocas. (FERREIRA, 2003) Toledo afirma que,

Com sua inesperada renúncia, JQ visava, contudo, o fechamento do Congresso que lhe fazia oposição. Não tendo o povo saído às ruas para exigir dos militares a volta do renunciante, o golpe se frustrou. A emenda parlamentarista, imposta ao Congresso nacional pela junta militar, pode ser interpretada como um “golpe branco”. O Congresso, acuado e ameaçado pela espada, reformou a Constituição sob um clima pré-insurrecional, contrariando, assim, dispositivos constitucionais da Carta de 46. (TOLEDO, 2004)

A partir de então Jango adotou a estratégia de aumentar sua base política, desarmando a oposição através da construção de um governo com o apoio do centro, o PSD, sem abrir mão da relação com a esquerda e os movimentos sociais.

(FERREIRA, 2003) Quem assumiu a liderança como Primeiro-Ministro foi o então deputado Tancredo Neves, do PSD/MG. Com o caráter moderado e pluripartidário, levou em conta a aliança que dava sustentação ao governo e a hegemonia do PSD em relação ao PTB no Congresso, a composição moderada do ministério desagradou, entretanto, a esquerda, assim como não trouxe a confiança da direita mais radical. (MAURICIO DIAS, *s.d.*) No Congresso os partidos organizaram a Frente Parlamentar Nacionalista – FPN, e a Ação Democrática Parlamentar – ADP, blocos pluripartidários que indicavam uma redistribuição parlamentar.

Enquanto isso, como iniciativa de grupos empresariais do Rio de Janeiro e de São Paulo, unificaram-se setores empresariais, políticos e militares e fundou-se o IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais em 1962. O que os unificava eram suas relações multinacionais com associação no Brasil, o posicionamento anticomunista e o ímpeto de reorganizar o Estado, buscavam influência política que refletisse seu poder econômico. O IPES desenvolvia ações anti-governistas e contra as reformas, pregando os valores da livre iniciativa. Extremamente organizado, o IPES tinha sessões específicas para acompanhar o Congresso, através do Grupo de Assessoria Parlamentar. (DREIFUSS, 1987)

Outra organização que atuou na organização do golpe foi o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que atuou principalmente no financiamento das candidaturas conservadoras em 1962, comprometidas a defender o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e recusar a política externa independente. Ambas, aponta Ferreira, com o apoio da CIA. (FERREIRA, 2003)

A tática do complexo IPES/IBAD era elevar a crise política a ponto de que os civis apoiassem medidas extraconstitucionais, esgotando o governo nos impasses no Congresso e os militares a intervir num sistema político polarizado. Isolar o Executivo do apoio da classe média, sem o apoio institucional para suas medidas. Dentro do Congresso agia através da Ação Democrática Parlamentar, composta por deputados da UDN e do PSD, fazia críticas aos projetos do governo através da linha elaborada pelo IPES. O Grupo de Estudo e Doutrina do complexo preparava emendas aos projetos de leis do governo nas áreas econômicas, sociais e políticas. (DREIFUSS, 1987)

Os grupos de esquerda e nacionalistas eram heterógenos, porém, logo no início do governo Goulart formaram uma “coalizão radical pró-reformas” (FIGUEIREDO 1993 *apud* FERREIRA, 2003), que combinavam o PCB, a Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pela CGT, organizações dos subalternos das forças armadas – sargentos da aeronáutica e exército. Leonel Brizola FOI a figura que se destacou como principal porta-voz das posições nacionalistas e de esquerda, pressionava Goulart pelas reformas. Ferreira aponta que “embora com orientações diversas, a palavra de ordem tornou-se ‘reforma agrária na lei ou na marra’”. (FERREIRA, 2003) Goulart havia discursado no I Congresso Camponês, a iniciativa da reforma agrária, entretanto, precisava da alteração do artigo 146 da Constituição para avançar, que previa o pagamento prévio em dinheiro por desapropriações feitas por interesse público – artigo que os conservadores não aceitavam modificar. (FERREIRA, 2003)

Em 1962, em defesa das reformas de base, foi criada a Frente de Mobilização Popular, sob a liderança de Brizola, reunindo as principais organizações da esquerda: Frente Parlamentar Nacionalista, Ligas Camponesas, sindicatos rurais, Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, o Pacto de União e Ação Sindical – PUA, União Nacional dos Estudantes – UNE, a Ação Popular – AP e o Partido Comunista. Atuou contra o abuso econômico transnacional, as estruturas rurais oligárquicas, buscando convencer Goulart a implementar as reformas unicamente com o seu apoio. As reformas de base faziam parte da trajetória de Jango, não só a agrária, mas também a fiscal, urbana, tributária, administrativa e universitária, além do direito ao voto pelos analfabetos e oficiais não graduados das forças armadas. (FERREIRA, 2003)

Durante o período parlamentarista o sistema de governo esteve em debate por toda a sociedade. A presença de Tancredo neves como primeiro-ministro garantia, para a oposição, que Jango se ater a Constituição. Até o presidente anunciar que pretendia alterar a mesma para que fosse possível a realização da reforma agrária, afastando-se do conselho de ministros e aproximando-se dos setores nacionalistas e de esquerda. Deu início a campanha pelo presidencialismo, o que levou a renúncia do gabinete de Tancredo e dos ministros empossados por ele. (FERREIRA, 2003)



Um novo ministro precisava então tomar posse, San Tiago Dantas era o candidato da esquerda, dos grupos nacionalistas e dos sindicatos. A base de sustentação formada pelo PSD, em um congresso com uma grande bancada de oposição, levou Goulart a nomear Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, como primeiro ministro. As esquerdas reagiram a sua posse, o movimento sindical deflagrou greve geral e Andrade renunciou, o que levou a indicação de Brochado da Rocha. Sobre tal fato, Ferreira afirma:

A manobra de Goulart, nesse episódio, foi bem-sucedida. Sua intenção era criar um impasse. Não podendo indicar um nome progressista, indicou o de um conservador, despertando reações das esquerdas e desgastando o sistema parlamentarista. (FERREIRA, 2003)

Os índices negativos e a instabilidade fragilizavam o governo, Jango apontava como decorrentes do parlamentarismo que impossibilitava a implementação das reformas de base, outro aspecto que fragilizava a base de sustentação do governo era o posicionamento da esquerda. Através de Brizola, defendia o fechamento do Congresso Nacional e que os poderes presidenciais de Jango fossem restaurados pelo Exército, o que levou a direita, na figura de Carlos Lacerda, a denunciar que havia o perigo de um “golpe comunista”. (FERREIRA, 2003)

A antecipação do plebiscito para janeiro de 1963 foi aprovada após a queda do Ministro Brochado da Rocha, que ao enviar a emenda que antecipava o plebiscito de consulta a população sobre o modelo político que devia ser adotado no Brasil e a sua rejeição, renunciou junto com todos os seus ministros. Hermes Lima da Lima assumiu, porém, em uma intensa campanha de retorno ao presidencialismo.

Em 6 de janeiro de 1963, com 80% dos votos no plebiscito, cerca de 9 milhões e 500 mil dos 11 milhões e 500 mil votos, o regime presidencialista volta a vigorar. Goulart assume seus poderes e empossa o novo ministério. Evitando a radicalização procurou conciliar medidas de estabilização da economia com propostas ortodoxas e reformistas, que teria sucesso mediante a governabilidade que a aliança entre o PSD e o PTB propiciavam. Sua estratégia era conciliar o centro e a esquerda e implementar mudanças sociais e econômicas através do congresso. Com as eleições de 1962, o PSDB continuou majoritário no Congresso e o PTB passou para a segunda maior bancada, desbancando a UDN para terceiro.

Apresentou à sociedade que era possível solucionar os impasses através do Plano Trienal de Desenvolvimento, mas sofreu grande oposição dos capitalistas e trabalhadores, Luis Carlos Prestes, do PCB e Leonel Brizola, duas das principais figuras da base política de Jango se mobilizaram junto aos movimentos sociais contra a medida. O mesmo repercutiu na direita brasileira, entretanto, em defesa do não intervencionismo estatal na economia. (FERREIRA, 2003)

Tais questões levaram Goulart a abandonar o Plano Trienal e a retomar as reformas de base, principalmente à agrária. Foi o líder do PTB na Câmara, Bocaiuva Cunha, que apresentou o projeto de emenda constitucional, que era inaceitável aos grupos conservadores. O partido, mesmo sabendo da necessidade de maioria na Câmara para a sua aprovação se negou a negociações. Os grupos de esquerda liderados por Brizola, CTG, UNE e a Frente de Mobilização Popular foram às ruas para tentar pressionar o Congresso, sem sucesso, a medida foi derrotada. O saldo da decisão de Jango e do PTB foi uma grave crise política entre PSD e PTB, que romperam uma aliança histórica. (FERREIRA, 2003)

Ferreira aponta que a estratégia utilizada pelo PTB radical era desgastar o Congresso, que denominavam como um “antro de reacionários”. Goulart ainda tentava sustentar a política de centro, o que levou o PSD a apresentar o seu projeto de reforma agrária, que, extremamente limitada, contou com a recusa do PTB a qualquer negociação, tendo como base a sua estratégia de desgaste da aliança. (FERREIRA, 2003)

O Supremo Tribunal Federal – STF julgou inelegíveis os sargentos eleitos em 1962, que levou a Revolta dos Sargentos e a insurreição dos subalternos em Brasília, pretendiam tomar o poder pelas mãos apesar de terem se limitado a Brasília e contaram com o apoio da esquerda. Lacerda, da UDN e governador do estado da Guanabara – então Distrito Federal, foi o principal opositor de João Goulart e após o episódio, denunciou a infiltração comunista no governo e sindicatos e solicitou a intervenção norte-americana no processo político-brasileiro. Os ministros militares de Jango pediram que o presidente decretasse estado de sítio, a fim de invadir a Guanabara e prender Lacerda. Lacerda, assim como outro governador importante do país, Ademar de Barros, de São Paulo, o insultavam com frequência nos meios de comunicação, o que levou a postura dos ministros. (FERREIRA, 2003) Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, também aderiu ao movimento contra João Goulart.

A esquerda, por outro lado, entendeu o estado de sítio como um plano do presidente para derrotar não só a direita, mas a esquerda. O pedido de estado de sítio foi ao Congresso, e nesse momento, PTB, PSD e UDN se alinharam contra o pedido do presidente, o colocando em completo estado de isolamento. Ferreira acrescenta que os ministros militares não acreditavam ser possível governar o país com governadores conspirando e desafiando o presidente. (FERREIRA, 2003)

Os pessedistas Tancredo Neves e Ulisses Guimarães formaram a “Rede da Democracia”, para se contrapor a radicalização das esquerdas. As quais romperam com Goulart e concluíram que o presidente estava governando somente para os interesses das classes conservadoras. O presidente retomou, mais uma vez, a tentativa de reconstruir sua base política a partir da aliança PSD – PTB, isolando a ala radical do partido, buscou a realização da reforma agrária através da negociação no Congresso com o PSD, que, entretanto, se constituía como oposição crescente. Dessa forma, a suas tentativas de conciliação entre forças políticas antagônicas fracassou, em um cenário onde todos os lados se radicalizavam e não estavam dispostos a acordos. (FERREIRA, 2003)

Goulart percebeu que a sua saída é se aproximar dos trabalhadores, camponeses, estudantes e a esquerda, em suas respectivas organizações. Começou, então, a estabelecer medidas em acordo com a política defendida pelo setor nacional-reformista.

Estendeu os benefícios da Previdência social aos trabalhadores rurais; determinou a obrigatoriedade de que as empresas com mais de 100 empregados, oferecessem o ensino elementar gratuito ao funcionalismo público; enviou mensagem ao Congresso concedendo o 13º salário ao funcionalismo público [...]. E mais: determinou a revisão das concessões de exploração das jazidas minerais e cancelou aquelas que não foram exploradas. (FERREIRA, 2003)

Essas questões contrariaram o Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, que renunciou ao cargo e interrompeu o último elo entre o governo e os empresários. O que lhe deu a chance de uma última tentativa de reconstrução da sua base de apoio entre o PSD e PTB, nomeou Nei Galvão, diretor do Banco do Brasil para a pasta, o que contrariou as suas expectativas e levou a Frente de Mobilização Popular a declarar oposição ao governo, a esquerda adotará a estratégia ofensiva e de rompimento institucional e, na defensiva, Goulart a reestabeleceu medidas nacionalistas. Assinou o decreto sobre o monopólio da Petrobras na importação de

petróleo e derivados, regulamentou a Lei de Remessas de Lucros para o Exterior e o decreto do SUPRA.

Goulart era pressionado pela esquerda e pela direita, e na leitura de Argelina Figueiredo, negava-se a ser refém da radicalização da esquerda, assim como dos limites do PSD. Sua hesitação “pode ser interpretada como tentativa de ganhar tempo para formar uma base de apoio político independente” (FIGUEIRDO, 1993 *apud* FERREIRA, 2003) As tentativas de aproximar o PSD não davam resultados, e o partido se aproximava cada vez mais da UDN. Goulart estava, por fim, isolado por todos os lados. O presidente no isolamento, precisou optar. Implementar a política conservadora à custa da repressão aos movimentos sociais e do rebaixamento dos salários ou aliar-se as esquerdas.

A opção foi pela esquerda, que naquele momento acreditava ter forças suficientes para o confronto com a direita. Segundo Ferreira (2003) não acreditavam na possibilidade do golpe e que o confronto levaria a vitória do povo. A aliança com a esquerda e os movimentos sociais fez com que os golpistas tivessem argumentos para dizer que de fato o presidente pretendia romper com a ordem constitucional e legitimassem a necessidade de intervir no processo político.

A aliança com a esquerda foi consolidada no Comício na Central do Brasil, em 13 de abril, a qual contou com o movimento sindical, os trabalhadores rurais, as entidades estudantis, de mulheres e políticas e as esquerdas incluindo o PCB e o PTB, com a presença de 200 mil pessoas. Na oportunidade o presidente atacou a elite, o anticomunismo e apontou a necessidade de revisar a Constituição. As esquerdas comemoravam o fim da política de conciliação. (FERREIRA, 2003) Após o Comício o presidente enviou ao Congresso uma mensagem defendendo a reforma universitária, o direito ao voto dos analfabetos e sargentos, propondo que não seria lícito terra improdutiva no país e propunha um plebiscito para o povo opinar sobre as reformas de base e os poderes do Legislativo e Executivo

O período que se seguiu foi envolto de muitas mobilizações. O Comício na Central do Brasil teve como resposta a Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade, com 500 mil pessoas e recursos do governador de São Paulo, governado por Adhemar de Barros da UDN. O general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, afirmava que a CGT promovia a agitação subversiva, com a intenção de submeter a nação ao comunismo. As mobilizações seguiram

com o ato público dos subalternos da Marinha de Guerra em ato do aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, exigiam o reconhecimento oficial da sua entidade e melhoria das condições de vida e alimentação nos navios. (FERREIRA, 2003)

O Ministro da Marinha mandou prender diversos marinheiros que organizaram o encontro. Jango, entretanto, ordenou que os marinheiros não fossem atacados e os anistiou. Após esse episódio, as Forças Armadas apontaram que seus códigos comportamentais, ideais e crenças estavam sendo subvertidos e a maioria dos oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica aderiram, então, aos argumentos golpistas, entendendo que era a corporação militar que estava em jogo com Goulart, e que esse incitava a indisciplina e os subalternos contra seus superiores. (FERREIRA, 2003)

O presidente do Senado, Auro Moura Andrade, lançou um manifesto anunciando o rompimento da casa com o governo e solicitando que as Forças Armadas intervissem no processo político. Começava a movimentação das tropas do Exército e dos governadores pelo golpe. (FERREIRA, 2003)

O General Olímpio Mourão Filho, de Juiz de Fora, junto com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, começaram a organizar as tropas no estado. San Tiago Dantas alertou Jango de que o movimento liderado por Magalhães poderia ter o apoio dos Estados Unidos e que esse reconheceria a existência de outro Estado no país. A resistência começou em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, onde os militantes das Ligas Camponesas ocuparam a prefeitura, a delegacia, os correios e a estação ferroviária. Em Recife – Pernambuco, o governador Arraes, um dos principais governadores nacionalistas, foi deposto. Em São Paulo o governador Carlos Lacerda estava acompanhado do almirante Amorim do Vale e do brigadeiro Eduardo Gomes, que em frente ao palácio fez apelos pelo golpe – o almirante Aragão esperava ordens de Jango para prender o governador, porém, San Tiago Dantas informou que havia uma frota norte-americana no litoral brasileiro e caso Lacerda fosse preso, entrariam no país.

O General Peri Bevilaqua entregou um documento a Jango que dizia que ele deveria declarar a CGT fora da lei, já o general Krueel, de São Paulo, se unificou aos golpistas e disse à Jango que ele deveria abandonar os comunistas. A última postura de Jango foi manter-se fiel à sua base, recusou os pedidos de Krueel, que significaria ter um governo chefiado por militares e impossibilitado de

realizar reformas. Gerais foram ao Palácio das Laranjeiras sugerir que ele deixasse a Guanabara por falta de segurança, o presidente foi para Brasília e Lacerda liberou as forças golpistas do estado, que espancaram estudantes e incendiaram a sede da UNE, assim como outras organizações sindicais também foram atacadas. (FERREIRA, 2003)

Ao chegar em Brasília Goulart lançou um manifesto a nação “denunciando as forças reacionárias e o poder econômico que reagiam à implementação das reformas de base, à elevação do nível de vida da população e à democratização da sociedade”. (FERREIRA, 2003) Lideranças da UDN organizaram um desfile, o Presidente da Câmara dos Deputados, declarou vago o cargo de presidente da República, mesmo com Goulart no Brasil, e empossou Ranieri Mazzilli para o cargo – o mesmo que assumiu quando a presidência foi declarada vaga depois da renúncia de Jânio. O presidente do Supremo Tribunal Federal foi ao palácio para legitimar a posse.

A resistência era debilitada pela falta de comando do presidente, dificultada com os meios de comunicação em apoio aos golpistas. No Rio de Janeiro, sargentos da Aeronáutica e fuzileiros navais insistiam na resistência, o Rio Grande do Sul, reduto trabalhista, possuía um contingente de apenas mil homens. Enquanto 50 mil homens marchavam em direção à Guanabara. (FERREIRA, 2003)

Os conservadores implementaram seu programa a força em 1964, impedindo as alterações econômicas e sociais no Brasil. O golpe se consolidou contra o PTB, sua prática política e suas lideranças, em um contexto inserido na disputa entre capitalismo e o comunismo, durante a Guerra Fria. O golpe realizou a queda de João Goulart, mas também do seu partido, com diversos políticos cassados e o movimento sindical reprimido. (FERREIRA, 2003)

A formação de maioria no Congresso era essencial para o Executivo implementar as suas reformas. Ao mesmo tempo, as forças conservadoras tentavam controlá-lo para bloquear a aprovação das reformas no legislativo. O congresso, aponta Dreifuss (1987), era um crucial campo de batalha, no qual a apresentação de questões visava em grande parte atrair o apoio da sociedade e a divulgação da mídia.

Enquanto os militares não aceitavam em massa o movimento golpista, e esse não estivesse legitimado pelos civis, o golpe acumulava forças através das

ações contra o Executivo e as organizações populares. A estrutura social, política e econômica precisava ser levada a um ponto de crise para que as Forças Armadas, através de um apoio aliciado, tivessem base para intervir. Os comandos diversos dos golpistas precisavam se organizar em conjunto para desfecharem o golpe.

#### **4.2. Crise econômica**

O golpe de estado de 1964 aconteceu em meio uma grave crise político-econômica, que esteve presente desde o início do governo de Jango como presidente. O interesse dos que participaram do golpe era interromper e alterar o modelo de desenvolvimento econômico-social sustentado por Goulart. Esses setores representados pelo capital multinacional eram compostos pelos industriais e pelo setor financeiro, pelos setores da indústria que não necessitavam de acumulação e os latifundiários, se somando os militares orientados pela “segurança e desenvolvimento”. (DIAS, *s.d.*)

A política econômica de Jânio seguia o receituário dos opositores ao grupo nacionalista ligado ao populismo, adotando as diretrizes do Fundo Monetário Internacional – FMI, entretanto, sua política externa seguiu a linha independente, afirmando-se pela autodeterminação dos povos, condenando o colonialismo, contrário a ações armadas dos norte-americanos em Cuba e aberto as transações econômicas com os países socialistas, em um contexto de Guerra Fria. Sua atuação no plano internacional e as contradições da sua política o levaram para o desenvolvimentismo e a política externa independente – o que o aproximou de João Goulart. (PAULA, *s.d.*)

O cenário em que Goulart se estabelecia como presidente e estabelecia sua política econômica estava diante de um descontrole dos gastos públicos, com conseqüente elevação da inflação – próximos ao dobro da inflação do governo Quadros. Cenário que se somava o déficit operacional das empresas públicas, denunciadas pela oposição como “cabides de empregos”. (SARMENTO, *s.d.*)

A política externa de Goulart seguiu a linha da Política Externa Independente, em tom crítico ao alinhamento automático aos Estados Unidos buscou ampliar o mercado de exportação do país, aumentando as relações com a União Soviética e os países socialistas, além de abraçar as teses da Comissão

Econômica para a América Latina (CEPAL) – a qual unia os países latino-americanos por suas especificidades. Além disso, Goulart se posicionava pela permanência de Cuba no sistema interamericano, seguindo a política de não intervenção, e assim, contrariando os interesses dos Estados Unidos. (PINEIRO, *s.d.*)

Tancredo Neves assumiu como primeiro ministro e Goulart nomeou o banqueiro Walter Moreira Salles para o Ministério da Fazenda, com um programa econômico ortodoxo, visando ganhar credibilidade com os banqueiros internacionais e com o capital multinacional. Jango viajou até os Estados Unidos para referendar as medidas do ministro, sem resultados, a ajuda de 131 milhões de dólares ao Nordeste foi retirada. Os diretores do FMI não acreditaram que o presidente levasse adiante um duro programa de combate à inflação. Enquanto isso os grupos de esquerda e nacionalistas defendiam um desenvolvimento autônomo com o estabelecimento de justiça social, alcançado através das reformas de base, além disso, faziam a defesa do controle do capital estrangeiro e do monopólio estatal de setores estratégicos da economia. (FERREIRA, 2003)

O presidente havia apresentado, mesmo antes do plebiscito, o novo modelo de orientação política e econômica, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. O Plano foi elaborado por Celso Furtado, então Ministro do Planejamento e o encarregado de sua administração foi o Ministro da Fazenda, após a vitória do presidencialismo, San Tiago Dantas. Através dele procurou estabelecer regras para o controle do déficit nas contas públicas e o crescimento inflacionário e mostrava que suas propostas não correspondiam a nenhuma radical mudança na condução econômica no país, bem como colocava a mudança do sistema de governo era necessária para a realização da política econômica. (SARMENTO, *s.d.*)

Com a vitória do presidencialismo, a questão da inflação ainda ocupava a maior preocupação do governo, e para sua resolução estabelecia medidas de controle de despesa e de acesso ao crédito, implicando na restrição salarial, na limitação do crédito e dos preços e corte nas despesas governamentais, o que, como apontado por Jorge Ferreira (2003), afetava os interesses de capitalistas e trabalhadores. Apontou, todavia, a necessidade de renegociação da dívida externa, criando as condições para a implementação das reformas de base, as quais sempre foram centrais em seu programa – entre elas a agrária, administrativa, no



sistema bancário e na estrutura fiscal e que seriam a saída para a retomada do desenvolvimento.

Goulart apresentou ao país uma saída diferente para a queda da inflação, em que o equilíbrio financeiro não estaria unicamente atrelado ao controle de emissão da moeda, que esteve presente em menor medida. O Projeto incluía também a estratégia estruturalista, de forma que com a inflação controlada e a retomada do crescimento, a reforma agrária impulsionaria um novo ciclo de crescimento. Valorizando ainda o capital humano através do investimento em saúde, educação, pesquisa científica e habitação. (SILVA, 1975 *apud* FERREIRA, 2003)

O corte nos créditos e a contenção salarial não foram aceitos com facilidade pelos capitalistas e trabalhadores. Os sindicatos se opuseram ao Plano, a esquerda brasileira defendia a nacionalização das empresas estrangeiras, a expansão dos monopólios estatais e a reforma agrária. Para estas, as reformas eram condições indispensáveis para o fortalecimento da democracia no país, de forma que, sem as reformas, a distribuição de renda e diminuição da desigualdade regional não seriam possíveis.

Já os capitalistas em suas associações não tinham uma opinião unânime, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) apoiaram o Plano. Enquanto a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) se colocaram em oposição, na defesa de do liberalismo e pregando o “livre câmbio e o não intervencionismo estatal”. (FIGUEIREDO, 1993 *apud* FERREIRA, 2003)

Dessa forma o Plano de Jango se fragilizou, a sua história e a sua base atrelada aos trabalhadores o impedia de leva-lo adiante, apesar da política de austeridade monetária que comprimia salários ser bem recebida pela elite nacional e os banqueiros. Os movimentos ligados a causa dos trabalhadores fizeram forte pressão sobre Jango, o que resultou na autorização de Jango para que fossem retomados os programas de subsídios de importações e o processo de negociação salarial de diversas categorias, aumentou em 56,2% o salário mínimo, além do aumento salário de 70% no funcionalismo público. (FERREIRA, 2003) A ação desagradou o FMI que havia fixado a meta de 40% de ajuste para as categorias funcionais. Com a dificuldade de implementar a política econômica proposta, no

primeiro semestre do ano as contas apresentavam um déficit de 30% nas despesas governamentais, o crescimento do PIB desacelerou, passando da média de 6,6% em 1962 para valores abaixo de 0,5%. (SARMENTO)

Tais questões levaram Jango a uma nova reforma ministerial – buscando o apoio de empresários e conservadores, nomeou Carvalho Pinto como Ministro da Fazenda. Ele expressava as demandas das elites industriais e financeiras paulistas, questão que Jango utilizou para se fortalecer politicamente e levou a forte oposição de Brizola. A inflação era grave no país e levava ao descontentamento as diversas classes sociais.

Como forma de mudar os rumos de seu governo Jango propôs “ao Congresso a aprovação da emenda constitucional que alterava o artigo 146 da Constituição – que exigia o pagamento prévio em dinheiro para a desapropriação de terras – como também a regulamentação do artigo 147 que tratava da desapropriação por interesse social”, contrariando seriamente os interesses do capital e aproximando-se das reformas de base. A proposta foi recusada e a estratégia do presidente de conciliar medidas ortodoxas e estruturalistas falhou. A dívida externa alcançou os três bilhões de dólares e o governo americano e o FMI bloquearam os créditos ao Brasil, exigindo um duro plano de estabilização da moeda. (FERREIRA, 2003)

A Lei de Remessa de Lucros foi aprovada, como uma nova saída para o estrangulamento financeiro, respondendo a demanda das esquerdas. A lei considerava como capital nacional os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecendo o limite de remessas de 10% do capital das empresas para o exterior. (FERREIRA, 2003) No último ano do mandato de Jango a taxa de crescimento da economia variou em torno de 1% e o crescimento da taxa de inflação estava acima de 80%.

A política econômica adotada por Jango, em suas diferentes fases, esteve acompanhada pelas mudanças no Ministério da Fazenda. Fonseca aponta que a peculiaridade do populismo no que diz respeito a política econômica não se associa a incapacidade de resistência de pressões ou a dificuldade de compor alianças políticas capazes de sustentar um projeto estável que se compatibilize com crescimento econômico. (FONSECA, 2004) Mas é necessário entender o que levou a instabilidade da política econômica de Goulart, desde a sua posse foi contestado por segmentos econômico e politicamente relevantes, tendo sua

autoridade permanentemente questionada e precisava demonstrar a sua credibilidade.

Esta instabilidade enfraquecia o governo e criava ambiente propício para que passasse a lançar mão de instrumentos monetários, cambiais e fiscais para aliviar as pressões e ampliar sua base de sustentação. (FONSECA, 2004)

A credibilidade de Goulart frente ao capital não dizia respeito somente a questão da estabilização da economia, mas também ao fato de que o seu governo muitas vezes colocou em xeque o próprio direito a propriedade defendido pelo capital multinacional.

As reformas estruturais, a encampação de empresas estrangeiras e a lei de remessa de lucros provavelmente pesaram mais no abalo da credibilidade externa do governo e para a instabilidade política interna do que a condução em si das políticas monetárias, cambiais e fiscais. (FONSECA, 2004)

De maneira que mesmo as políticas de austeridade adotadas pelo governo não foram capazes de convencer os agentes econômicos e políticos à direita, já que por outro lado desagradava seus interesses atendendo a sua base social.

Os interesses contraditórios e as demandas simultâneas do capital multinacional e das classes trabalhadoras levaram a um crítico cenário político e econômico. A dificuldade de a correlação entre as classes dominantes e trabalhadores se manter em relativa estabilidade, devido à falta de limites socioeconômicos e parâmetros político-ideológicos, gerou uma grave crise político institucional afetando a economia brasileira. René Armand Dreifuss aponta que o interesse das classes política e economicamente dominantes era o de permanecerem com o seu status e aumentarem a sua influência política, de forma que a burguesia multinacional não encontrava em Jango uma alternativa administrativa para o seu crescimento, o que as levou a procurar novas formas de ação política e contenção social. (DREIFUSS, 1987)

### **4.3. Propaganda e movimentos sociais**

O golpe de 1964 não foi precedido somente da crise política e econômica, mas também de uma vasta campanha ideológica antigovernista. Ou seja, para dominar o Estado era preciso uma base social que apoiasse o golpe. Unificada no complexo IPES/IBAD a elite lançou uma campanha político-militar, a fim de mobilizar a burguesia, as Forças Armadas e obter a adesão ou passividade das

classes médias e baixas. A ação política e militar contava, dessa forma, com a contenção ideológica das classes populares e a mobilização ideológica das classes médias. (DREIFUSS, 1987)

Foi desempenhada uma ação contra o governo e o bloco nacionalista, Dreifuss afirma que a ação compreendia a desagregação dos quadros populistas, assim como dos grupos reformistas, a partir da contenção das pautas do Executivo e dos movimentos dos trabalhadores. A recomendação envolvia a “criação de um caos econômico e político, o fomento a insatisfação e profundo temor ao comunismo por patrões e empregados, o bloqueio às forças da esquerda no Congresso, a organização de demonstrações de massa e comícios e até mesmo atos de terrorismo, se necessário” (PAIVA, 1974 *apud* DREIFUSS, 1987) O foco das ações e pressão política eram os sindicatos, o movimento estudantil e a classe camponesa organizada, a classe média, a ordem da Igreja, o Legislativo e as Forças Armadas. (DREIFUSS 1987)

As táticas da elite, segundo Dreifuss, compreendiam duas modalidades, a ação ideológica-social e a ação político-militar. A ação ideológica e social consistia em atacar o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo, afirmando que a melhoria dos padrões de vida do povo se deviam a iniciativa privada e não ao Estado. (DREIFUSS 1987) O complexo IPES/IBAD estabeleceu a sua visão a opinião pública através do apoio dos jornais, rádios e televisões nacionais, contava com jornalistas profissionais no esforço de “manipuladores da notícia”. Alguns conhecidos até hoje, como *a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, O Globo* e a *TV Record*. Além da sua própria rede de disseminação, produzia material análise e fornecia para 800 jornais e emissoras de rádio. (DREIFUSS, 1987)

O IPES/IBAD contava com o Grupo de Opinião em sua estrutura, que fez um levantamento sobre todos os jornalistas e intelectuais que tinham ponto de vista à esquerda e, ainda, estabeleceu uma rede de influência para colaborar para a disseminação do material ideológico fornecido pela elite. Além do apoio através de manifestos produzidos pelas associações parceiras. Outra forma utilizada para disseminar a opinião da elite organizada foi através de pronunciamentos públicos por indivíduos de destaque. (DREIFUSS 1987)

A propaganda anticomunista rondava o país e era fruto da disputa da Guerra Fria, a qual reverberou em todo o mundo. Na América Latina Cuba tinha

feito uma revolução e os comunistas estavam a frente do país, situação que colocava os Estados Unidos em alerta em relação ao continente, já que a sua hegemonia parecia ameaçada. A disputa do modelo capitalista *versus* o comunista – ou socialista, fazia com que os capitalistas e defensores da livre iniciativa usassem de todas as armas para depreciar o modelo contrário ao seu, que pregava a garantia de igualdade, já que viam a sua posição hierárquica em jogo. Goulart tomou posições que fizeram seu governo ser tratado como uma ameaça a esses interesses, a política externa independente e a aproximação com os países socialistas, a defesa da autodeterminação dos povos e contra a intervenção em cuba, a aproximação com os Partidos Comunistas – e a possibilidade de legalização destes em seu governo, além da defesa de reformas de base e medidas que contrariavam o grande capital em razão da diminuição da desigualdade social.

O anticomunismo traduzia a face política e ideológica do trabalho organizado pelo IPES. Dreifuss lembra:

Foram inseridos nos jornais de domingo em todo o Brasil, mas de um milhão de cópias da Cartilha para o Progreso, feita pelo IPES, e que apresentava os pretensos benefícios que a Aliança para o Progresso proporcionaria. O folheto da ALPRO foi também inserido como suplemento na Fatos e Fotos, a revista líder [...], amplamente consumida pelas classes médias. (DREIFUSS 1987)

A televisão se encarregava do bombardeio ideológico e político contra o Executivo, além de procurar moldar opiniões dentro das Forças Armadas, estimulava a reação das classes médias. Nunca havia se visto tanto esforço na mídia audiovisual no Brasil. Utilizava-se ainda cartuns e charges para atingir o público alfabetizado. (DREIFUSS 1987)

Qualquer mobilização dos movimentos sociais pró-governo era tratada pela mídia como obra dos comunistas infiltrados no governo, desconsiderando as suas reivindicações. *A Folha de S. Paulo* demonstra isso em seu editorial frente à Revolta dos Sargentos, em 18 de setembro de 1963 ao escrever “República Socialista, meta dos sargentos.” Sobre o mesmo evento, em 13 de setembro, o editorial dizia:

Mais uma vez a ordeira e trabalhadora população deste país é colhida pela sombria notícia de um levante contra o poder constituído. Grupos de militares, cujas armas deveriam servir exclusivamente para a defesa das instituições (...) se voltam (...) contra uma decisão da mais alta corte do país. (Folha de S. Paulo *in* DIAS, 2010)

A abordagem referente às mobilizações da direita já eram bem diferentes. No dia seguinte à Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade, em 20 de março, a *Folha de S. Paulo* estampava a manchete “São Paulo parou ontem para defender o regime”. (DIAS, 2010) A matéria possuía um claro caráter de valorização da mobilização.

Poucas vezes ter-se-á visto no Brasil tão grande multidão na rua, para exprimir em ordem um ponto de vista comum, um sentimento que é de todos, como o que ontem encheu o centro da cidade de São Paulo (...). Ali estava o povo mesmo, o povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria (...) (Folha de S. Paulo *in* DIAS, 2010)

Assim como a matéria do O Estado de São Paulo em matéria no mesmo dia.

Meio milhão de paulistanos e paulistas, manifestaram ontem em São Paulo, no nome de Deus e em prol da liberdade, seu repúdio ao comunismo e a ditadura e seu apego a lei e a democracia (O Estado de São Paulo *in* DIAS, 2010)

As manchetes buscavam criar um clima de que o povo brasileiro estaria contra as medidas do governo, enfatizando ainda, que esse seria o povo *real*, já que as mobilizações pró reforma seriam mobilizadas a mando dos comunistas ou ainda, com dinheiro público. Um dos principais articuladores da Marcha, deputado Cunha Bueno (PSD/SP) em seu discurso afirma:

O SR. CUNHA BUENO:

(Para uma comunicação – Sem revisão do orador) – “Senhor Presidente, continua ecoando em todos os quadrantes do País a extraordinária demonstração de civismo oferecida na semana passada por 500 mil brasileiros que vieram à praça pública trazer a mensagem de repúdio do povo paulista às tentativas de comunização de nossa Pátria, tentativas que, infelizmente, ao invés de serem energicamente repelidas pelo poder público, têm contado com a colaboração e o prestígio de inúmeros setores governamentais. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, convocada pelas entidades que congregam as mulheres de São Paulo foi sem dúvida uma demonstração inequívoca de fé. [...] Acreditamos, Sr. Presidente, que a Presidência da República deve estar profundamente chocada com essa manifestação de fé nos destinos do Brasil. Fazendo aqui um paralelo com a concentração do dia 13, realizada no Rio de Janeiro, com a presença do Chefe da Nação e o apoio dos Ministérios Militares, com as facilidades de transporte abundante oferecido pelos cofres públicos e com a extraordinária publicidade, além de uma poderosa cadeia de televisão, aqueles que prepararam com tanto cuidado o comício do dia 13 devem estar surpresos com as brasileiras de São Paulo que, ao invés de usar tanques de guerra preferiram arrimar seu movimento de afirmação democrática na força moral dos rosários.” (Cunha Bueno em pronunciamento no Congresso Nacional *in* MENDONÇA, 2010)

Na manifestação de Mendonça fica claro qual a mensagem que se pretende passar ao falar da Marcha em relação ao presidente, o povo repudiava as tentativas de “comunização” apoiadas pelo poder público. Outro ponto, muito bem pontuado por Mendonça (2010), diz respeito ao fato de que a multidão era formada por mulheres não filiadas a partidos ou movimentos sociais – de forma que seriam isentas a definição ideológica e estariam mobilizadas pelo melhor para o país. “Para todos os efeitos políticos, eram simplesmente “mães de família” que protestavam contra o governo João Goulart e esse fato, por si só, teve um peso político devastador pois foi um dos elementos que teria encorajado os golpistas de 31 de março. ” enfatiza Mendonça. Além disso, insinua que Goulart estaria chocado com a tamanha mobilização contra o seu governo.

A questão da Marcha foi essencial para a direita questionar o apoio popular a Goulart, já que os movimentos opostos ao seu governo eram ainda mais numerosos que os favoráveis, em um discurso que escondia as reais origens da Marcha e dos movimentos de mulheres como o CANDE, que contavam com apoio de empresários a deputados e uma agradável propaganda positiva na mídia.

O complexo IPES/IBAD queria convencer o papel do setor empresarial, sob o lema “se você não abandona seus negócios por uma hora hoje, amanhã não terá negócio algum para se preocupar”, disseminavam sua mensagem com um tom de objetivos socioeconômicos modernizantes, profissional e técnico da política. A fim de sustentar e fomentar a legitimidade do envolvimento antigovernista das Forças Armadas na política. Lançou-se a batalha também dentro da Igreja, que tinha em seu seio organizações populares pelas reformas como a Juventude Universitária Católica ao qual a Ação Popular pertencia, e essa presidia a UNE. (DREIFUSS 1987)

O objetivo era se estabelecer no poder do Estado, realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas. Para isso, era preciso manipular a opinião pública e doutrinar as forças empresariais, através da contenção da solidariedade entre as classes trabalhadores, do sindicalismo e da mobilização dos camponeses, desagregando o movimento estudantil e mobilizando a classe média como “massa de manobra” da elite. (DREIFUSS 1987)

Os estudantes tiveram grande participação nos acontecimentos do período, e foram um dos principais protagonistas do clima de efervescência. Organizados, participavam de campanhas para alterar a estrutura econômica e social atrasada do

país, a União Nacional dos Estudantes denunciava a falência da estrutura liberal burguesa, e defendiam a reforma universitária como parte das reformas de base, visando constituir a aliança entre estudantes, trabalhadores e camponeses. Duas iniciativas marcaram a atuação da época, O Centro Popular de Cultura (CPC) e a UNE Volante, instrumentos utilizados pelos estudantes na luta pelas suas reivindicações.

A fim de criar a condenação política pelas classes médias das diretrizes tomadas pelo Executivo e das ações tomadas pelos militares de esquerda e dos movimentos sociais, a elite agiu em determinados segmentos. Tentava-se desagregar o movimento estudantil. Investia em grupos de direita nas eleições estudantis, dando também suporte político a eles, criou o Movimento Estudantil Democrático. A UNE, todavia, permaneceu com seu caráter de esquerda e em defesa das reformas. (DREIFUSS 1987) Organizaram o Comício Pelas Reformas de Base e a mobilização pelas suas demandas, apoiando também a revolta dos sargentos. Com o golpe, a sede da UNE foi queimada e seus líderes presos.

A mobilização da classe média conferia a aparência de apoio popular que a elite necessitava, onde, na atmosfera elitista do país, o apoio da classe média era a legítima expressão popular. Por outro lado, a mobilização popular dos trabalhadores em apoio ao governo ou aos grupos de esquerda e ao trabalhismo era resultado do “incitamento subversivo das massas pelo Executivo e pelo bloco nacional-reformista”. (DREIFUSS 1987)

O intuito era acentuar o clima de inquietação e insegurança e dar aspecto de apoio popular as Forças Armadas para uma intervenção militar. Sua motivação se deu, principalmente, em torno da questão salarial, que se resolveria primeiro com a contenção da inflação e a posteriori com o combate “à esquerdização no país”. A estratégia era alcançar as pessoas através de panfletos e propaganda na mídia, e posteriormente, em comícios públicos. (DREIFUSS 1987)

Não basta conspirar, mesmo com o apoio das potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante. (FERREIRA, 2003)

Escolheu-se a dona-de-casa da classe média como destaque ao contra-ataque a Goulart, as organizações femininas e católicas proporcionaram a maior ação cívica contra o presidente e as forças nacional-reformistas. Foram estruturadas três organizações importantes, a Campanha da Mulher Pela



Democracia – CAMDE, no Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina – UFC, em São Paulo, e a Campanha para Educação Cívica – CEC. A União Cívica aparecia na televisão com o intuito de levar sua mensagem, “visando o ‘esclarecimento’ da opinião pública, a ‘defesa do Regime Democrático’ e a ‘despertar a consciência cívica das mulheres’”. (DREIFUSS 1987)

A CAMDE foi criada um pouco antes da eleição de 1962, a fim de formar um “coro popular” para impedir a posse de Santiago Dantas como Primeiro-Ministro. Teve um importante papel de agitação pública, realizando conferências contra a “subversão comunista”. Contava com *O Globo* que realizou a posse do CAMDE em sua sede e assegurava a sua evidencia no cenário nacional.. (DREIFUSS 1987) O grande episódio promovido pelas entidades femininas foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em São Paulo. A Marcha foi defendida por diversos deputados e deputadas, participando o presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade e o governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

Sua organização contou com a Sociedade Rural Brasileira, a Associação Comercial, a Federação das Indústrias, a Federação das Associações Rurais, o Clube dos Diretores Lojistas, sob a supervisão do IPES. Suas palavras de ordem continham frases como “*Abaixo o Imperialismo Vermelho*”, “*Renúncia ou Impeachment*”, “*Reformas sim, com Russos não*”. O Exército hesitava em agir sem a opinião pública favorável, a Marcha apesar de sua composição ter sido da classe alta e média do país, foi decisiva para que o setor militar se convencesse de que era o momento do golpe. E em menos de duas semanas depois da marcha, Goulart foi deposto. (DREIFUSS 1987)

As Ligas Camponesas também foram agentes importantes na disputa política. Suas demandas eram a transformação da estrutura agrária, com eliminação da posse latifundiária de terra, através da desapropriação pelo governo, substituindo a sua posse para o camponês, de forma individual e societária, como propriedade estatal. Além da aplicação da legislação trabalhista, que até então se aplicava somente aos trabalhadores urbanos, o desenvolvimento de uma legislação própria aos trabalhadores rurais, o reconhecimento de seus sindicatos e assistência a economia camponesa. As reivindicações dos camponeses levaram Goulart a pressionar pela reforma agrária. (DREIFUSS 1987)

A elite buscou reprimir as atividades das Ligas, apontando-as como subversiva, fomentou, nesse sentido, a formação da direita dentro do movimento camponês. Sua ação não obteve êxito. Os movimentos de direita na organização camponesa não ganharam espaço e seguiam unificados pela reforma agrária.

A visão de uma massa de quarenta milhões de camponeses mobilizados, liberando-se do jugo rural e tomando de assalto as cidades, representava uma perspectiva atemorizante para os proprietários de terra e a burguesia. (DREIFUSS, 1987)

Já para compreender a ação entre as classes trabalhadoras é preciso perceber que no governo Jango as estruturas corporativas da década de 30 que proporcionaram as elites controle institucionalizado sobre os trabalhadores perderam a sua eficácia. Os trabalhadores alcançaram níveis de ação política muito maiores do que o modelo populista permitia, defendendo política redistributivas. O que dificultou aos detentores do poder manipularem esses grupos através de favores aos seus líderes. (DREIFUSS 1987)

Os sindicatos cresceram substancialmente sua atuação no governo Goulart, que com objetivos que não se reduziam a defesa ou melhoria da renda e as condições de trabalho, mas apontavam também sobre o reconhecimento social, participação política e direitos sociais. A tentativa de impedir a posse de Jango levou os sindicatos a decretarem greve geral e as greves passaram a ganhar um cunho político em conjunto com os fatores objetivos e econômicos.

Ampliaram a sua participação na política nacional, o que é demonstrado pela indicação por Goulart do nome de Brochado da Rocha para chefiar o segundo gabinete parlamentar, devido à pressão do Comando Nacional de Greve – que em seguida transformou-se em Comando Geral de Greve e mais tarde em Comando Geral dos Trabalhadores – CGT. Tendo em vista que Jango enquanto ministro do Trabalho de Vargas foi responsável pela articulação com os sindicatos no país, assim como durante sua direção no PTB. A CGT foi, ainda, um dos principais responsáveis pela organização do Comício da Central do Brasil.

As demandas que unificavam os trabalhadores eram a luta contra a inflação e falta de produtos básicos, implementação da reforma agrária, reforma urbana que resolvesse os problemas de habitação nas cidades, reforma bancária e a nacionalização dos depósitos, direito ao voto aos analfabetos e soldados das Forças Armadas, repúdio a política financeira do FMI, desapropriação das empresas estrangeiras que exploravam utilidades públicas, restrição a remessa de

lucros, aprovação da lei que garantia o direito a greve e outras medidas. A greve de 1962 que anunciou essas reivindicações pressionava também pela formação de um ministério que as apoiasse. (DREIFUSS, 1987)

O complexo IPES/IBAD não hesitou em lançar uma campanha para conter a mobilização popular e desorganizar a consciência militante das massas trabalhadoras. Realizaram propaganda, esquemas de assistência e manipulação clientelista, além de organizar a direita também no movimento trabalhista. Criaram várias agências e organizações políticas que se engajavam na tática de adiamento para evitar a consciência de classe dos trabalhadores. Os sindicatos em defesa das reformas travavam a luta por supremacia, o que aponta Dreifuss, tirava energia e recursos dos outros objetivos. (DREIFUSS 1987)

A elite teve como principal êxito o esvaziamento do apoio homogêneo ao Executivo e o estímulo a uma reação generalizada ao bloco nacional-reformista. Mas, mesmo com a ação política e de propaganda nos movimentos sociais, não conseguiu estabelecer sua diretriz como consenso à sociedade. Sua principal influência foi na classe média, já no movimento estudantil não conseguiu deter a linha à esquerda da União Nacional dos Estudantes, assim como no movimento camponês e industrial. (DREIFUSS 1987)

Suas ações foram essenciais para a crise política que se estabeleceu, no governo e no bloco nacional-reformista. Suas ações estabeleceram o clima de inquietação política contra o Executivo e as Forças Armadas tomaram o poder contra o “caos, a corrupção populista e a ameaça comunista”. (DREIFUSS 1987)

## **5. A personalização no golpe de 1964**

A figura do presidente João Goulart em meio ao cenário pré-golpe foi de grande relevância para os acontecimentos que se sucederam, com atuação central

em meio ao embate político. João Goulart foi o principal herdeiro de Getúlio Vargas e do trabalhismo, sofreu forte oposição dos grupos conservadores desde Ministro do Trabalho de Vargas, quando propôs a duplicação do valor do salário mínimo, medida implementada por Vargas depois da saída de Jango do ministério. Construiu sua carreira com ligação aos movimentos de trabalhadores e sindicatos, em defesa histórica das reformas de base. Questões que fizeram Jango ter em oposição os setores que defendiam a livre iniciativa, incluindo empresários, latifundiários, políticos e militares.

A ótica da esquerda sobre Goulart, apesar de bastante heterogênea, era de apoio ao presidente e das reformas de base, e viam o presidente de forma positiva. Já que era considerado sensível aos anseios populares e aos problemas de profunda desigualdade que atingiam o país, além da defesa do nacionalismo e da política externa independente. As críticas da esquerda sobre o presidente eram minoritárias, os setores que o criticavam, de qualquer forma, se posicionavam em “apoio crítico” ao presidente, devido as suas medidas conciliatórias.

Já na ótica dos que defendiam o golpe Goulart não tinha personalidade e era comandado pelos comunistas e os sindicatos, pregava a subversão, adepto a indisciplina e contra a ordem legal e a constituição. Baseavam-se principalmente em elementos anticomunistas, contrários as reformas, em defesa da constituição e denunciando a suposta tendência continuísta do presidente. A descrição da direita sobre a figura de João Goulart será o objeto de estudo dessa seção.

Compreender o conjunto das representações coletivas criadas sobre João Goulart pelos os que defendiam a sua deposição nos ajuda a compreender o imaginário da época e como o desgaste da figura do presidente contribuiu para o estabelecimento da ditadura civil-militar no país. Dessa forma, elencarei elementos que contribuem para o entendimento de como os elementos pró golpe no país foram passíveis de personalização e como a crise política e econômica no país e o movimento pró golpe – a partir da propaganda e dos movimentos sociais, se relacionavam com o desgaste da figura do presidente, ou seja, quais os elementos de personalização presentes como justificativa para o golpe de 1964.

### **5.1. Crise política**

O governo Jango foi marcado por grande instabilidade política, disputa acirrada de projetos distintos de sociedade e difícil construção de sua base de

apoio no Congresso Nacional. Daniel de Mendonça no trabalho *"A Batalha Discursiva dos Deputados Federais em março de 1964"* traz as posições dos parlamentares brasileiros em momentos cruciais pré-golpe, por meio de seus discursos na Câmara dos Deputados, a partir do qual é possível identificar as nuances de personalização da crise política que o país se encontrava.

O anticomunismo se insere nesse contexto, associado pelos seus opositores como tirano, inimigo de Deus e avesso aos princípios cristãos e da família, colocado como causador de desgraças que se ligariam como obra do "demônio", contra a liberdade, responsável pela miséria e a fome, o comunismo tornaria os cidadãos escravos do Estado. Associações que demonstram uma verdadeira usurpação do projeto e dos ideais dos comunistas.

A partir dessa pontuação é possível entender com mais clareza os discursos dos deputados de direita em março de 1964, que tinham reações bastante provocadoras a João Goulart. Buscaram associa-lo aos grupos vistos como os mais radicais da esquerda, que dispensariam as regras constitucionais para a realização das reformas e qualifica-lo como comunista – e toda a carga simbólica que atribuíam aos comunistas no contexto referido.

O pronunciamento de Antônio Carlos Magalhães (UDN/BA) em seu discurso se referindo ao Comício da Central do Brasil, afirma:

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES:  
(Para uma comunicação – Sem revisão do orador) – “Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero lançar meu veemente protesto, em nome da parcela do povo brasileiro que tenho a honra de representar, contra o comício realizado pelo Partido Comunista Brasileiro no Estado da Guanabara e que teve como orador oficial S. Exa. o Sr. Presidente da República. Mas, Sr. Presidente, a própria personalidade do Presidente da República estava ali ferida como a Nação brasileira, porque o Sr. Osvaldo Pacheco, fazendo questão de demonstrar que o Presidente era o seu teleguiado, a todo instante lhe ditava normas e até mesmo frases. O Sr. Presidente da República neste estado em que se encontra, de falta de autoridade, seguia o pelego comunista.” (Carlos Magalhães em discurso sobre o protesto dos marinheiros na Câmara dos Deputados in MENDONÇA, 2010)

Magalhães, aponta Mendonça, em seu discurso coloca que Jango estava a serviço dos comunistas e que o presidente não possuía autonomia sobre sua fala e guiado por outra pessoa, apontando-o, dessa forma, como um presidente sem autoridade e personalidade. O deputado Laerte Vieira (UDN/SC), continua as críticas ao presidente:

Do comício Srs. Deputados, V. Exas. Naturalmente observaram o destaque que deram à palavra do representante do CGT. Falou em último lugar, não teve seu tempo limitado, dispôs de maior espaço do que parlamentares ou chefes de Executivos estaduais que lá compareceram, pregou as reformas a seu modo, impôs ao Presidente da República o registro de todos os partidos, vale dizer, a legalização do Partido Comunista, e disse também, como uma situação que vem incomodando muito as esquerdas deste País que o Presidente da República precisava definir-se – ou o Presidente continua com a política de conciliação, ou o Presidente realiza as chamadas reformas de base. (Laerte Vieira em discurso sobre o protesto dos marinheiros na Câmara dos Deputados in MENDONÇA, 2010)

O parlamentar coloca que o presidente era passivo de ameaça por parte da CGT, que imporia a Goulart as suas reivindicações. Usa a tônica apontando o mesmo problema de personalidade fraca do presidente, onde suas atitudes eram determinadas pelos comunistas e o movimento social. (MENDONÇA, 2010)

Outro aspecto ressaltado como justificativa para a necessidade de deposição do presidente era a sua posição pelo fechamento do Congresso, que segundo a oposição, estava claro após o Comício. O deputado Magalhães continua suas denúncias e caracteriza Jango como um presidente afrontoso ao Congresso Nacional. (MENDONÇA, 2010)

Sr. Presidente, naquele comício, o que mais se fez foi afrontar esta Casa de representantes do povo e a mim causa profunda estranheza que ainda aqui se levam vozes hoje para defender este Governo, principalmente o Presidente da República, porque o normal seria que estes representantes aqui não mais comparecessem, pois o cunhado do Presidente e o próprio Presidente naquele dia não fizeram outra coisa senão pregar a subversão e o fechamento do Congresso Brasileiro. (Magalhães em discurso sobre o protesto dos marinheiros na Câmara dos Deputados in MENDONÇA, 2010)

O mesmo sentido está presente na fala de Mauricio Goulart (PTN/SP), que aponta que Goulart não só tem postura contra o Congresso Nacional, mas permite que os grupos de esquerda invistam contra o mesmo. O próprio presidente era acusado de estar desmoralizando-o e de subversão. (MENDONÇA, 2010)

Já agora, aliás, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como se tornou patente pelo comício do dia 13, é o próprio Chefe do Governo que assume o ostensivo comando e acoroça a campanha de achincalhe às instituições, investindo ou permitindo que invistam, em praça pública, em sua presença, contra a dignidade do Congresso Nacional. A Constituição que jurou obedecer e à obediência de cujos preceitos deve o exercício do mandato presidencial [...] consentindo, com complacente sorriso, que a televisão levou e está levando para as populações de todo o País, que auditório convocado de todo o território nacional para ouvi-lo, reclama-se, em brados repetidos e bem ensaiados, *o fechamento do Congresso*. (Mauricio Goulart em discurso sobre o protesto dos marinheiros na Câmara dos Deputados in MENDONÇA, 2010)

Goulart é acusado não só de pregar o fechamento do Congresso, mas de ir contra as instituições. Dessa forma, os que não o acusavam de querer fechar o Congresso, acusavam-no de desafiar-lo e trair a constituição e de buscar mecanismos para sua continuação no poder, através da revisão constitucional. Assim, acusavam Jango de tendências “continuístas” e de intenções “ditatoriais”. Herbert Levy (UDN/SP) acusa o presidente dessas intenções a partir da descrição do Comício que:

[...] aliado aos pronunciamentos abertamente subversivos dos oradores, caracterizando a mobilização do estilo autoritário, que deveria marcar de modo claro, a marcha para a ditadura. Assim pôs-se à mostra a ousadia sem limites da insignificante minoria de caudilhos e comunistas que, unidos em seu propósito liberticida, querem dominar a imensa maioria democrática, usando dos poderes e recursos que essa mesma maioria lhes outorgou, dessa *forma traindo a sua confiança*. (Herbert Levy em discurso sobre o protesto dos marinheiros na Câmara dos Deputados in MENDONÇA, 2010)

O deputado sugere que o presidente iria trair os que lhe confiaram o voto para trair a democracia. Mendonça (2010) aponta que Levy utilizou de um argumento muito explorado pela direita à época “o presidente, para se manter no poder e conseguir seu plano de reformas de base em direção ao ‘continuismo’ estaria de acordo com as ações golpistas propostas pelos radicais de esquerda”. No comício Brizola defendeu a necessidade da convocação de um plebiscito sobre a necessidade de convocação de uma Assembleia Constituinte, já que o Congresso era reacionário e não aprovaria as reformas. Jango, todavia, buscava a provação das reformas via Congresso Nacional, sempre mostrando o compromisso com a constitucionalidade das reformas. Dois dias depois enviou mensagem ao Congresso propondo “um plebiscito para que o povo se manifestasse sobre as reformas de base e a delegação das prerrogativas do Legislativo ao Executivo” (FERREIRA, 2014) As propostas enviadas por Jango, dessa forma, necessitavam da aprovação do Congresso Nacional para efetivação.

A pesquisa feita por Luis Antonio Dias “*Imprensa e Poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de S. Paulo no Golpe de 1964*” demonstra como a mídia contribuiu na construção o perfil apresentado pelos parlamentares sobre Jango. A partir da análise desses dois jornais, o autor apresenta como a mídia atuou no sentido de formar uma opinião pública favorável a deposição de Jango. As intenções “continuístas” de Goulart apresentam Jango como ambicioso, e são retratadas no editorial da *Folha de São Paulo*. O editorial afirma:

[...] é bem possível que, o plebiscito se destine a perguntar se o Sr. João Goulart deve ou não permanecer no poder ao término de seu mandato (Folha de São Paulo in DIAS, 2010)

Rodrigo Motta (2002) analisa a charge em que Goulart é apresentado como um político ambicioso e ingênuo. Já que suas ações demagógicas em defesa das reformas de base tinham como objetivo o continuísmo do presidente, mas estaria servido mais aos comunistas.



Fig. 28. Jango, as Reformas e o Comunismo – Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 28.8.1963. AE/SP.

O *Estadão* também traz à tona o seu desrespeito ao Congresso, trata o presidente como um homem que pretendia governar à revelia do Congresso, um presidente que não tinha respeito pelo mesmo, sendo assim, autoritário. O editorial “*O presidente fora da lei*”, de 13/03/64 traz:

A SUPRA tornar-se-á um fato, e à sua promulgação em praça pública pretende o presidente da República conferir as honras do começo de uma nova era, de uma era em que s. exa. passará a governar à revelia do Congresso e à força de decretos-leis. É, evidentemente, a última etapa do movimento subversivo que, já agora, não há dúvidas nenhuma, é chefiado sem disfarces pelo homem de São Borja. E é também o momento das Forças Armadas definirem, finalmente, a sua atitude ambígua ante a sistemática destruição do regime pelo sr. João Goulart, apoiado nos comunistas. (Estadão in DIAS, 2010)

Rodrigo Motta (2002) relembra também a charge em que Jango é representado como o “papai noel da impunidade”, sendo assim, tolerante com o



crime e levando vários problemas à população. A imagem traz ainda o líder do PCB, Prestes, ajudando o presidente a entregar ao miserável povo brasileiro uma série de “presentes”, os comunistas estariam, dessa forma, em atuação conjunta com Jango pela desgraça do país.



Fig. 27. Papai Noel “Vermelho” – Fonte: *Maquis*, dez. 1961. BN.

Por fim, a crise política instaurada também era considerada obra do próprio presidente, não levando em consideração o conjunto de forças que compunham o cenário político. Goulart foi responsabilizado pela “radicalização explosiva” existente, desconsiderando as inúmeras tentativas de consenso que foram criadas pelo mesmo. O deputado Maurício Goulart (PTN/SP) em um de seus discursos afirma:

Não, Sr. Presidente: não Senhores Deputados: a radicalização explosiva, que aí está, já agora ameaçando interromper o processo democrático no Brasil, essa radicalização não fomos nós que a criamos, apesar dos acres entusiasmados com que defendemos nossos pontos de vista, nossas preferências ideológicas. Tampouco criaram essa radicalização, com o caráter de que ela hoje se reveste, os estudantes brasileiros, com seus excessos juvenis; tampouco, a criaram os trabalhadores das cidades e dos campos, reunindo-se em assembleias e saindo para as ruas, na defesa de melhores condições de vida. Criou-a, acaba de institucionalizá-la, o Sr. Presidente da República, abrindo um fôssco, já agora quase impossível de transpor entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. (Maurício Goulart em

## **5.2. Crise econômica**

Ao observarmos a retrospectiva do cenário econômico que antecedeu o golpe de 1964, se ressaltam a alta da inflação, a expansão monetária, a questão salarial, a política externa independente e a política de desenvolvimento através das reformas de base. As razões econômicas tiveram importância fundamental nos conflitos que levaram ao golpe, sendo necessário perceber quais os interesses dos que depuseram Goulart sobre os rumos da política econômica adotada pelo presidente.

A conjuntura em que Goulart governou o país estava marcada por desequilíbrios econômicos cíclicos que tiveram forte impacto sobre as questões sociais, de forma que os conflitos entre a política econômica adotada e os interesses da classe dominante levaram ao embate político. O golpe implementou uma política econômica adversa da proposta por Jango, um modelo que manteve a hierarquia econômica sem negociação com os sindicatos. De maneira que, as medidas econômicas e sociais executadas pela ditadura já eram percebidas no tom crítico à suposta desordem promovida por Goulart. (BASTOS, 2014)

A principal proposta econômica do governo Jango foi o Plano Trienal, seu sucesso dependia da negociação da dívida externa com os credores e de aprovação de leis no Congresso Nacional, principalmente a supressão do pagamento em dinheiro das terras desapropriadas pelo governo e a reforma tributária. E no qual Goulart não possuía os 2/3 dos deputados necessários. O plano proposto pelo presidente exigia concessões da sua base de esquerda e trabalhadores e também dos conservadores. Como visto anteriormente, o presidente buscou conciliar estratégias de restrição salarial, na limitação do crédito e dos preços e corte nas despesas governamentais, mas tendo as reformas como questão central, já que eram vistas pelo governo como a única saída estrutural contra a inflação. O Congresso impedia a aprovação de questões essenciais ao Plano e a sua base se colocava contra a austeridade monetária e a compressão de salários.

Essas questões ilustram o cenário à época e as dificuldades da execução da política econômica defendida pelo presidente. Os que ensaiavam o golpe, porém, atribuem a crise econômica a outros fatores, utilizando muito do discurso também

empregado para o problema da crise política. Atribuía o déficit, a inflação e o baixo crescimento a política econômica escolhida por João Goulart de forma fracassada, fruto do aumento de salários, gastos sociais indevidos, preços relativos escolhidos politicamente, apreciação cambial, irresponsabilidade fiscal e monetária, a regulamentação da remessa de lucros e a ameaça da reforma agrária.

O fracasso atribuído as escolhas de Jango estava, dessa forma, ligado à sua postura demagogia sobre as reformas de base, a conivência com a desordem e a submissão aos sindicatos, quando não falavam do fracasso da economia nas mãos Goulart por si só. Questões utilizadas para enfraquecer a imagem do presidente e atribuir a sua inabilidade para a recuperação econômica do país e assim sustentar argumentos para a necessidade do golpe. O manifesto dos ministros militares contra a posse de Goulart em 1961 revela:

Pois em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente as classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior de estágio de desenvolvimento econômico-social... não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a serem dados aos agentes da *desordem, da desunião e da anarquia*. (HECK et al, 1961 apud BASTOS, 2014)

O manifesto trata que a recuperação econômica não virá com o estímulo a aqueles que incitam a “desordem, da desunião e da anarquia”, numa referência ao apoio recíproco do presidente por parte dos sindicatos, que utilizavam as greves como recurso à luta política e econômica. Já em 1970, após o golpe e instalada a ditadura, indica Bastos (2014) o Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho se referia a Goulart como demagogo, que concedia aumentos de salários desordenados devido as pressões dos grupos de reivindicação.

Os governos pseudo-trabalhistas, ou ávidos de popularidade, calculadamente distribuíam favores individuais ou grupais, como forma de assegurarem o apoio das cúpulas corruptoras (dos sindicatos) e, através delas, obterem a simpatia da massa operária. Os favores pagava-os a Nação, em última análise os trabalhadores. Em 1964 havíamos chegado ao clímax dos efeitos perniciosos dessa política de clientela trabalhista... A política de salários media-se pela improvisação e pelo prestígio de cada grupo reivindicador. Dentro da anarquia sindical produzida pela concessão demagógica de aumentos salariais desordenados, produzia-se a injustiça dos reajustamentos substancialmente diferentes... Claro que isso decorria da conveniência do Estado em favorecer grupos de pressão sindical, na medida em que esses grupos eram vitais à sua imagem de governo trabalhista, o que levava inclusive ao desempenho do papel patrocinador de greves. (Passarinho, 1970, apud Costa, 1997, p. 360 in MENDONÇA, 2010)

O problema da crise econômica era atribuído assim a um problema da postura de Goulart em relação aos trabalhadores e sindicatos. Bastos (2014) afirma que a postura dos conservadores era de que Goulart se valia da demagogia e cedia aos aumentos de salários “usando recursos tributados das ‘classes produtivas’, emitindo moeda ou propondo reformas irrealistas dos direitos de propriedade”.

Dias (2010), apresenta em sua obra o editorial de 02/01/64 da *Folha de São Paulo*, o qual atribui as reformas como mero discurso governamental para disfarçar a incapacidade administrativa do presidente, já que as reformas não corresponderiam as necessidades reais da população.

Temos presenciado muitas propostas de reforma que não passam de bombásticos discursos ou irresponsáveis plataformas concebidas para encher os olhos com fáceis promessas, porém, totalmente divorciadas das necessidades do meio. (Folha de São Paulo in DIAS, 2010)

As medidas erradas sobre a economia adotadas por João Goulart, segundo o discurso da oposição, dizem respeito principalmente a defesa das reformas de base. Afirmam que faziam parte de um projeto para implementar o comunismo ou um Estado submisso aos sindicatos – levando em consideração, aqui, o caráter pejorativo atribuído a esses elementos.

A discussão acerca das reformas por parte dos golpistas era extremamente rasa e se resumiam, basicamente, em acusações ao governo e ao presidente, mais especificamente, a fim de desqualificar as mesmas. Apesar da ciência da oposição sobre o fato de o projeto econômico de Goulart não ter sido efetivado em decorrência da falta de acordo no Congresso sobre elas. Ou seja, como afirma Mendonça, o problema do Brasil não está na sua estrutura institucional ou legal, mas na forma como João Goulart estava conduzindo sua política de governo. (MENDONÇA, 2010)

### **5.3. Propaganda e movimentos sociais**

A propaganda antigovernista e antijanguista ocupou grande parte das manchetes de jornais e noticiários no governo João Goulart. Como visto, a estratégia do complexo IPES/IBAD passava pelo acirramento da crise econômica e política, e a personalização da crise na figura do presidente. É evidente que a propaganda golpista teve grande enfoque na ação anticomunista e mais próximo

do golpe, na defesa da necessidade de intervenção militar. O empenho de contenção das classes populares e a difusão negativa dos sindicatos e movimentos em apoio ao governo ocupou grande parte do esforço pró golpe, contanto ainda com a mobilização ideológica das classes médias, que alimentava a propaganda, em ação de mão dupla, já que a propaganda também alimentava as mobilizações.

A propaganda da elite contava com veículos importantes na manipulação da notícia, os quais atuaram para formar a opinião pública pela deposição do presidente. Essa atuação também se estabeleceu a partir da ótica da personalização, a qual analisarei a partir do jornal *o Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, reconhecidas na obra de Antonio Dias “*Imprensa e Poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de S. Paulo no Golpe de 1964*” e do discurso dos deputados federais.

Foram feitas diversas acusações sobre o envolvimento do presidente com o Comício da Central do Brasil e a intenção do Comício de agitações comunistas. Herbert Levy (UDN/SP), ao acusar Jango de tendências “continuístas” e de intenções “ditatoriais”, denuncia também que o presidente utilizou da máquina governamental para promover o evento. Acusando de que o Comício teria tido sucesso devido ao uso do dinheiro público mobilizado ousadamente por Goulart.

ousadia [...] nos recursos escandalosamente mobilizados, inclusive os ônibus gigantes das emprêsas de economia mista, desde a Fábrica Nacional de Motores à Cia. Siderúrgica Nacional, à Petrobrás e até mesmo os da Universidade Rural. (Herbert Levy em discurso sobre o protesto dos marinheiros na Câmara dos Deputados in MENDONÇA, 2010)

Nessa ocasião a mobilização dos sargentos é utilizada para atacar o próprio presidente, que era apontado como tolerante a indisciplina. No ato dos marinheiros também foi utilizada para desgastar o presidente, acusado de ir contra a disciplina e a hierarquia, ao anistiar os marinheiros que participaram da revolta. *A Folha de S. Paulo* também se colocou do lado da “ordem” e criticou a solução do presidente.

A solução dada pelo presidente da República à crise da Marinha de Guerra tem todas as características de uma capitulação. A indisciplina saiu vitoriosa, e aos indisciplinados só falta conceder medalha de honra ao mérito. (Editorial da Folha de S. Paulo de 29 de março de 1964 in DIAS, 2010)

A ocasião rendeu ao presidente acusações de ser conivente à indisciplina e entregar o Ministério da Marinha aos comunistas. As reivindicações dos

marinheiros não eram, inclusive, apontadas como justas ou injustas. (MENDONÇA, 2010)

Entregou os pontos mais importantes da administração pública aos agentes de Moscou, inclusive a Petrobrás. E agora entregou os comandos navais todos nas mãos dos comunistas. Fez mais, Senhor Presidente, atentou contra o artigo da Constituição que estabelece que as Fôrças Armadas são fundadas na hierarquia e na disciplina. A hierarquia e a disciplina militares estão destruídas, porque agora quem manda é a subversão que vem de baixo. A desordem provocada pelos marinheiros e pelos cabos impôs um Ministro da Marinha indicado pelo CGT. Até onde chegamos! A que degradação moral, a ponto de um Ministro da Marinha, um Ministro das fôrças militares ser indicado pelo CGT! (Benedito Vaz em discurso sobre o protesto dos marinheiros na Câmara dos Deputados in MENDONÇA, 2010)

As greves conduzidas pelos sindicatos seu caráter de legitimidade e de autonomia nas manchetes e nos discursos da direita, eram conotadas como incitadas por Goulart. Greves essas que ao contrariarem os interesses econômicos da direita e defenderem pautas de reajuste salarial as reformas de base, eram descritas como tormento a nação e, novamente, com intenções comunistas. Jango seria mobilizador dos movimentos grevistas e, dessa forma, sua deposição era necessária.

(...) É que tem sido, durante os dois últimos anos de gestão do presidente João Goulart, estimulador incontestado dos movimentos grevistas a ponto de criar um clima que lhe favorece a deflagração mesmo quando ela não interessa à União. (Editorial da Folha de S. Paulo de 18 de janeiro de 1964 in DIAS, 2010)

Houve um trabalho intenso por parte da imprensa e da oposição de desestabilizar o governo Goulart e a sua figura. Toda a grande imprensa saudou o derrubada de Jango como necessidade ao país – com a única exceção do jornal a *Última Hora*. Mendonça (2010) relembra que as pesquisas de opinião feitas à época só foram divulgadas em 2014, devido a um elemento evidente, elas mostravam um grande apoio popular as reformas de base. O PTB, seu partido, possuía o maior número de simpatizantes, o apoio médio a reforma agrária chegava a quase 70% e mais de 60% apoiavam as medidas apresentadas no Comício da Central do Brasil e quase 50% votariam em Goulart para presidente, se existisse essa possibilidade. Dessa forma, o desgaste de Goulart pela mídia refletia a necessidade de legitimar os seus interesses na derrubada do presidente e não um reflexo da opinião pública, como demonstrado na pesquisa, utilizando

inclusive de elementos de que era a figura do presidente que precisava ser combatida para o bem-estar da nação.

## **6. A feição do golpe em 2016**

## 6.1. Crise política

A primeira eleição direta após o fim da ditadura militar aconteceu em 1989, após as eleições indiretas de 1985 que puseram fim ao regime militar. Desde então, o Partido dos Trabalhadores, lançava Lula, seu principal dirigente, à Presidência da República, alcançando a vitória em 2002, e contando êxito sucessivo em 2006 com a reeleição de Lula e em 2010 com a vitória de Dilma. Dilma concorreu as eleições de 2014, em uma aliança do Partido dos Trabalhadores, com partidos de esquerda – PCdoB – Partido Comunista do Brasil e PDT – Partido Democrático Trabalhista, e do centro e da direita da política brasileira, contando com a aliança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, do Partido Progressista - PP, do Partido da República - PR, do Partido Social Democrático - PSD, do Partido Republicano da Ordem Social - PROS e do Partido Republicano Brasileiro – PRB.

A política de aliança com a centro-direita estabelecida pelo PT teve origens na primeira eleição vitoriosa de Lula, quando em 2002 o partido ampliou seu espectro de alianças. O PT foi oposição desde a redemocratização do país e nesse momento optou em obter a confiança dos empresários lançando José Alencar, do então PL – Partido Liberal, à vice-presidência. Um fato que marcou a aproximação do PT com o empresariado foi a “Carta ao Povo Brasileiro”, a qual estabeleceu uma política econômica centrista, reafirmou o compromisso com o pagamento da dívida pública, com a estabilidade econômica e o controle da inflação, agregados ao crescimento, a geração de empregos e a distribuição de renda.

A política de conciliação entre o empresariado e as classes populares, representadas principalmente pelos sindicatos, marcou a trajetória dos governos petistas. A articulação dos conflitos de classe funcionou até a crise de 2014, a partir das políticas públicas redistributivas, criação de empregos formais e acesso popular ao crédito. A política de alianças estabelecida pelo PT foi também reflexo do quadro político e partidário no país, de forma que a divisão da centro-direita ao seu redor permitiu os avanços dos governos petistas.

A política brasileira estava até esse período, dividida em dois grupos, aponta Armando Boito Jr. Sob a égide do PT havia uma frente heterogênea que agrupava a grande burguesia interna, composta pelas empresas brasileiras



inseridas em variados ramos da economia, parte da baixa classe média, a maior parte da classe operaria, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal. A política dessa frente consistia no estímulo ao crescimento econômico com forte participação das empresas nacionais, em detrimento do capital internacional. Juntamente com a distribuição de renda e a melhoria da condição de vida das classes subalternas, com atenção aos movimentos de mulheres, negros e LGBTs, aumentando, assim, o papel do Estado no estabelecimento das políticas sociais. (BOITO JR. 2016)

De outro lado, continua, estava organizado o programa neoliberal, dirigido pela fração da burguesia brasileira integrada ao capital internacional, apoiada pela alta classe média, atraindo ainda parte das classes populares e dos trabalhadores da classe marginal, sendo a política norteadada pela diminuição do investimento estatal em políticas sociais a abertura comercial ampla, compras do Estado e das estatais abertas indiscriminadamente as empresas estrangeiras, a venda das mesmas e redução dos seus investimentos e o alinhamento passivo aos EUA. No plano partidário contavam como principais representantes o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM). (BOITO JR. 2016)

O PT, através de Lula, conseguiu criar a hegemonia na política brasileira, mesmo com a esquerda tendo minoria no Congresso, através da aliança com o centro e a direita. De forma que o projeto neoliberal implementado anteriormente por Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, deu lugar a uma política entendida como nacional de desenvolvimentismo ou *neodesenvolvimentismo*. O projeto neoliberal tem como característica a retirada dos obstáculos a acumulação do capital, mesmo que isso signifique a concentração de riqueza e exclusão. No período FCH essa questão se refletiu nas reformas da previdência, administrativa e econômica que buscaram abrir espaço para o mercado e diminuir o papel do Estado; o programa de privatizações; a taxa de juros alta ao lado da abertura ao capital financeiro internacional e a falta de medidas protecionistas com consequência o enfraquecimento da economia brasileira e o consequente aumento do desemprego. (NEGRÃO, 1996)

O projeto petista desafiou algumas dessas lógicas próprias do receituário neoliberal, de forma que o Estado funcionou como indutor do desenvolvimento, a política externa saiu do eixo prioritário dos Estados Unidos, firmada na soberania nacional e na integração regional e com os países emergentes, o crescimento

econômico foi pautado na distribuição de renda e redução das desigualdades e houve um processo de reconstrução da democracia, a partir de mecanismos de participação social e da redução das desigualdades.

Entretanto, durante os governos do PT o capital financeiro manteve o lucro e as classes altas tiveram seus interesses atendidos, as grandes corporações ganharam com o investimento em obras e os capitalistas brasileiros foram fortalecidos. Conciliou-se os interesses dos mais pobres, que representam a base petistas, com a manutenção dos interesses dos mais ricos.

A aliança que permitiu a continuidade dessa política, a partir da candidatura de Dilma, se concretizou com o apoio do PMDB. A aliança presidencial foi formalizada em 2010, com apoio de 80% dos votos na Convenção do PMDB. Um momento da conjuntura que contava com o prestígio de Lula, situação econômica favorável e o grande financiamento das empresas privadas, o que levou Dilma à vitória. Em 2012, nas eleições municipais, a aliança entre os dois partidos foi a mais frequente, realizada em 2028 municípios. A presidenta continuava o êxito do governo Lula, em 2010 a preferência pelo PT entre os eleitores atingiu o auge de 31%. (MARTINS JUNIOR, 2016)

A reeleição de Dilma em 2014, entretanto, já não se estabeleceu em condições tão favoráveis. Em 2013 explodira as manifestações contra o aumento de R\$ 0,20 na passagem de ônibus em São Paulo, que tomaram grandes proporções e se expandiram pelo país com uma pauta mais ampla e sendo os partidos e os políticos o principal alvo. O primeiro grande efeito foi o declínio nos níveis de popularidade dos governantes e a rejeição aos partidos políticos. A preferência partidária pelo PT caiu e aumentou a ausência de preferência por partido. A aprovação do governo Dilma caiu em conjunto. (OLIVEIRA, 2016)

Em 2014 a crise econômica e as denúncias de corrupção eram centrais no debate político no Brasil, pautadas diariamente pela mídia. A Operação Lava Jato, começou em março de 2014 em Curitiba com um conjunto de investigações conduzidos pela Polícia Federal a fim de investigar uma rede de doleiros e o esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo vários partidos e empreiteiras, prendeu o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa e o doleiro especializado em lavagem de dinheiro Alberto Youssef. As denúncias da deleção premiada de Youssef atribuíam a dezenas de deputados a aceitação de subornos nos contratos da empresa, além do próprio PT que os teria usado para

financiar a campanha de 2010. A mídia divulgou cada delação e denunciava Dilma e Lula afirmando que sabiam de todo o esquema de corrupção na empresa. A capa da revista *Veja*, com a manchete de "Eles sabiam de tudo", foi usada como propaganda eleitoral, em edição extra a menos de 72 horas antes da eleição de domingo. Logo após o próprio advogado de Yousseff afirmou que os trechos dos depoimentos vazados pela revista eram falsos.

Além da desconfiança na política como um todo que se exacerbou a partir de 2013 e das acusações a Dilma e ao PT sobre corrupção, a economia brasileira apresentava índices ruins. Até então, os governos petistas haviam atravessado a crise financeira internacional com sucesso, onde o PIB cresceu em média 3,7%, o crescimento desacelerou até que, em 2014, retraiu. A recessão era, também, manchete constante. Nessa conjuntura na eleição de 2014 a base do PMDB se dividiu sobre o apoio a Dilma, e agora, 60% da sua convenção aprovaram a chapa entre Dilma e Temer.

Dilma garantiu vitória com 51,6% e pouco mais de 54 milhões e 500 mil votos sobre Aécio Neves – PSDB. A quarta derrota consecutiva levou o PSDB a pedir auditoria da eleição presidencial, contestando a confiabilidade do resultado. Apontavam que havia uma desconfiança da população nas urnas eletrônicas, mas sem nenhum fato concreto para tal. O que revela a grande inconformidade da vitória de Dilma pelos seus opositores. Após a Justiça Eleitoral negar o pedido do partido por falta de fatos, o PSDB pediu a cassação da candidatura de Dilma e de Temer no Tribunal Superior Eleitoral e requereu a posse de Aécio Neves, alegando que Dilma era inelegível por ter sua campanha financiada com dinheiro de corrupção, o que também foi negado pelo TSE. O PSDB cumpriu papel central na oposição a Dilma, em articulação, principalmente, com o movimento *Vem Pra Rua*. Foram organizados diversos atos contra a vitória de Dilma e pela sua deposição.

A diferença apertada de votos entre Dilma e Aécio prejudicou a coesão do PMDB em torno de Dilma, de forma que parte do partido passou a votar contra o governo, contando ainda com o PSB - Partido Socialista Brasileiro que saiu do governo meses antes da eleição presidencial. Também em 2014 aconteceram as eleições para Governadores e para o Congresso Nacional, em que os parlamentares conservadores se consolidaram como maioria na eleição da Câmara, aumentando o número de deputados ligados aos militares, pastores

fundamentalistas e ruralistas. Já o número de deputados ligados a causas sociais caiu drasticamente, assim como a proporção da frente sindical também foi reduzida quase à metade: de 83 para 46 parlamentares. As derrotas do governo aumentaram no Congresso Nacional e as vitórias passaram a acontecer por uma margem pequena de votos (MARTINS JUNIOR, 2016). Com isso, Dilma atribuiu a Temer a tarefa de articular com o Congresso os interesses do Executivo.

A relação com o Congresso Nacional se agravou com a eleição de Eduardo Cunha, do PMDB/RJ, à presidência da casa. O PT lançou candidato próprio, Arlindo Chinaglia PT/SP, que ficou em segundo lugar. Cunha afirmou que a casa funcionaria de forma independente do Executivo, o que agravou o clima de tensão entre executivo e legislativo, durante sua presidência as votações vitoriosas do governo caíram de 86%, no primeiro mandato de Dilma, para 80% das votações nominais na casa. (MARTINS JUNIOR, 2016)

A corrupção foi o principal tema abordado pela mídia e as denúncias se deram principalmente ao partido da presidenta, tendo em vista que as investigações ao partido receberam mais atenção não só pela investigação, mas também pela mídia, e foi um meio de desestabilização do governo até o seu final. Os atos contra o governo aumentaram e o *Movimento Brasil Livre* protocolou pedido de impeachment de Dilma na Câmara. As denúncias de corrupção da Lava Jato criavam proporções cada vez maiores, ganhando cada vez mais notoriedade na mídia e importância nas ruas, a motivação da corrupção era combustível para a defesa de um projeto neoliberal.

Concomitantemente é instalada a CPI da Petrobras, a fim de investigar a corrupção da Petrobras pela Lava Jato. A empresa foi desmoralizada sistematicamente tendo como base a corrupção, ou seja, na ótica golpista o Estado utilizava a empresa para fins próprios desaproveitando o seu potencial para a economia brasileira, o que não se aplica, já que a empresa teve o maior ganho em valor de mercado em 2016. Ao mesmo tempo das manifestações promovidas pela direita, grandes manifestações em defesa da democracia e contra o impeachment se espalham pelo país, porém a campanha pró-impeachment levou a rejeição de Dilma aos 71% em agosto de 2015.

O Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, protocolou no Supremo Tribunal Federal 83 inquéritos para investigar políticos envolvidos na Lava Jato, envolvendo nomes do PT como Dilma e Lula, mas também uma lista extensa

de políticos da oposição, incluindo os principais nomes do PSDB e do PMDB. A ação levou Cunha a acusar o Palácio do Planalto de ter se articulado com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para incriminá-lo na Operação Lava Jato, afirmou que o delator foi obrigado a mentir em seu depoimento para constranger o Legislativo. A postura de Cunha leva ao entendimento de que o parlamentar procurava estabelecer argumentos que justificassem a sua postura de desestabilização do Executivo e o rompimento com o mesmo.

A ruptura de Cunha com o governo levou às chances reais de abertura do processo de impeachment, já que deveria ser aceito pelo presidente da casa. O fator usado como justificativa pelos autores dos processos de impeachment era a recomendação do Tribunal de Contas da União para a reprovação das contas do governo, irregularidades justificadas com as “pedaladas fiscais”, expressão usada sobre o atraso do pagamento do Tesouro Nacional aos bancos públicos, os quais financiam despesas do governo com benefícios sociais e previdenciários como o Bolsa Família, jogando o pagamento para o período seguinte. A prática, entretanto, não é nova na política brasileira e tampouco segundo especialistas se configura enquanto corrupção. As pedaladas foram então utilizadas como argumento para o impeachment, o jurista Dalmo Dallari explicou que “As pedaladas não caracterizam o crime de responsabilidade fiscal porque não houve qualquer prejuízo para o erário. As pedaladas configuram um artifício contábil, mas o dinheiro não sai dos cofres públicos, então não ficam caracterizados os crimes de apropriação indébita ou desvio de recursos”. (DALLARI, 2016)

O Conselho de Ética da Câmara dos deputados instalou o processo contra Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar, após pedido do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade e da REDE Sustentabilidade. Em 2 de dezembro de 2015 o Conselho votou a continuidade do processo contra Cunha, o Partido dos Trabalhadores votou a favor, e, na tarde do mesmo dia, Cunha autorizou a abertura do processo de impeachment. Cunha foi afastado de seu mandato e da presidência da Câmara posteriormente, por estar atrapalhando as investigações da Lava Jato como presidente da casa, e preso por corrupção.

Os pedidos de impeachment do vice-presidente, Michel Temer, foram recusados por Cunha, apesar de o último deles ter afirmado o mesmo fato de Dilma sobre Temer, de que o vice teria cometido crime de responsabilidade quando assumiu a Presidência da República em ausências da presidente Dilma

Rousseff e de ter se “omitido” diante das “pedaladas fiscais” no último governo. A Constituição prevê que a ou o presidente tenha cometido crime de responsabilidade para que haja seu impedimento e além disso, que seja no mandato em curso, sendo assim, o pedido foi acatado por Cunha sem justificativa legal.

A abertura do processo de impeachment de Dilma foi visto por muitos como uma vingança de Cunha, que buscava ter a presidência da casa garantida com os casos de corrupção arquivados, através do fim do processo no Conselho de Ética e os votos do PT. Em outubro o PMDB lançou o programa “*Uma Ponte Para o Futuro*” com a política defendida para a saída da crise econômica pelo partido, que incluía a desvinculação dos investimentos constitucionais estabelecidos para a saúde e educação e a ampliação da idade mínima para a aposentadoria, além do aumento do tempo de contribuição, como elementos centrais e demonstrativos do programa. Questões que não foram adotadas pela então presidenta, já que expressavam mudanças ainda mais além da política de austeridade econômica já implementadas pelo governo, que se deu já no início do seu mandato com Joaquim Levy a frente do Ministério da Fazenda.

A posição do PMDB e o *fator vice-presidente* foram cruciais ao golpe, de forma que, mesmo os interesses que o moveram não tenham sido construídos pelo vice, ele foi partícipe e agente central no enredo. Temer enquanto articulador do governo com o Congresso não durou muito tempo e após ter assumido a tarefa em abril, em agosto a deixou. Como tentativa de rearticular a base dividida do PMDB em torno do governo, Dilma promoveu reforma ministerial e aumentou o espaço do PMDB, aumentando de 6 para 7 ministérios o espaço do partido, incluindo a pasta da Saúde, Ministério com prestígio e verba elevada.

A abertura do processo de impeachment fez com que aliados de Temer dentro do PMDB também deixassem o governo. No dia 7, vem à tona a carta de Temer em que fala sobre sua insatisfação com a presidenta, carta que supostamente foi vazada pela imprensa sem autorização. "Passei os quatro primeiros anos de governo como vice decorativo. A Senhora sabe disso. Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas" diz Temer na carta e acrescenta “PMDB tem ciência de que o governo

busca promover a sua divisão, o que já tentou no passado, sem sucesso. A senhora sabe que, como Presidente do PMDB, devo manter cauteloso silêncio com o objetivo de procurar o que sempre fiz: a unidade partidária.” O PMDB foi, para o PT, essencial para a manutenção de maioria no Congresso Nacional, às grandes decisões econômicas, porém, seguiam as decisões petistas.

Em março de 2016 a Lava Jato levou Lula coercitivamente para depor, entretanto o ex-presidente não havia se negado a depor até então, para que a ação ocorresse dessa forma. No dia da ação uma multidão esperava Lula formando uma massa de indignados à face cada vez mais nítida da Lava Jato de desestabilizar Lula, assim como Dilma e o PT. A resposta de Dilma foi enfática, nomeará Lula para ministro da Casa Civil, a fim de contribuir na articulação da base do governo. O PSDB e o PPS – Partido Popular Socialista entram com ação no STF para suspensão da nomeação de Lula à casa civil, alegando que a nomeação era para que o ex-presidente não fosse mais julgado em primeira instância por Sérgio Moro, já que na função de ministro teria foro privilegiado, o que foi acatado. Lula, entretanto, não era réu em nenhuma ação e não havia impedimentos legais para a sua posse.

A saída do PMDB do governo, em março de 2016, foi um movimento crucial a favor do impeachment da presidenta. Alguns dias depois, o relator do processo de impeachment concedeu seu parecer favorável à abertura e em 17 de abril de 2016 o processo é votado na Câmara, que com 367 votos favoráveis, 137 contrários, 7 abstenções e 1 ausente.

A votação e o pronunciamento dos votos dos deputados demonstraram a todos que a assistiam as motivações dos deputados foram interesses pessoais, já que o crime de responsabilidade necessário para a aplicação do impeachment esteve presente em raros os casos e os argumentos jurídicos foram deixados de lado. A corrupção dos governos petistas e a responsabilidade de Dilma era enaltecida e usada como o grande motivo do impedimento, mesmo não havendo nenhuma acusação direta a presidenta sobre o crime. Nesse momento a base do governo se mostrou esfacelada e a base do início do seu governo votou contra a governante, os únicos partidos inicialmente da base aliada de Dilma que votaram totalmente contra o impeachment foram o PT e o PCdoB, acompanhados pelo PSOL, oposição ao governo. O próprio PDT teve parte de sua bancada a favor do processo.

O processo seguiu para o Senado e com a aprovação na casa Dilma foi afastada e Temer assumiu interinamente a presidência por 180 dias, a partir da aprovação relatório favorável à admissibilidade do processo de impeachment, com a necessidade de maioria simples na casa, o resultado é de 41 dos 81 senadores. O golpe nesse momento se consumou e o projeto que foi eleito em 2014 perde validade para o governo interino, sua composição nos ministérios é formada justamente pela base da oposição, com destaque para os ministros empossados do DEM e do PSDB. Simbólico ainda é o fato da composição ser formada por homens brancos e da casta política, muitos envolvidos nos escândalos de corrupção. Logo na interinidade Temer extingue o Ministério da Cultura – que após protestos do movimento cultural volta à ativa, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

O processo segue para julgamento no Senado, comandado pelo presidente do STF, e aprovou-se o afastamento permanente de Dilma por dois terços dos senadores. Dilma, entretanto, não foi punida com a inabilitação para funções públicas, o que demonstrou a contradição dos que defenderam o golpe. A acusação eram de que as “pedaladas fiscais”, foram ilegais e precisariam de autorização legislativa. As ações, entretanto, não se configuraram como operação de crédito, sendo assim, não necessitavam de autorização do legislativo. Além de a presença de Dilma no ato não ter sido constatada, já que tal ação nem seria de alçada da presidenta, tão pouco é uma prática isolada, sendo que no mesmo ano que a presidenta as praticou, 16 governadores brasileiros a fizeram.

Outro aspecto apontado foi a abertura de créditos suplementares pela presidenta por meio de decreto, que comprometeriam a meta fiscal aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, durante o processo, entretanto, Dilma demonstrou que não teria sido alertada sobre o possível comprometimento da meta fiscal. “A Constituição elenca como crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentam contra: a própria Constituição, a existência da União; o livre exercício dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos estados; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade administrativa; a lei orçamentária; o cumprimento da lei e das decisões judiciais.” (LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950), questões não enxergadas



em relação a Dilma. Por fim, os que proclamavam que o golpe era pelo fim da corrupção, corruptos, chegaram a presidência novamente.

Diante da ausência de tal fato, os agentes do Estado – Congresso Nacional, Vice-presidente e Judiciário, além da mídia, usaram o pretexto do impeachment para aplicar outra política de Estado. Política que havia sido derrotada nas eleições de 2014 pelas urnas e com interesses claros que beneficiam principalmente o mercado rentista e o capital internacional, e os capitalistas brasileiros, mas em detrimento de interesses dos trabalhadores. Isso se verifica pelas principais ações do governo – além do fim da exclusividade de exploração do Pré-sal pela Petrobras e a PEC 241, a Reforma da Previdência – aumentando o tempo de contribuição e a idade mínima da aposentadoria e a Reforma Trabalhista – retirando direitos históricos dos trabalhadores, incluindo a terceirização irrestrita. Acompanhadas de medidas como a Redução da Maioridade Penal, aprovada na Câmara mesmo antes da consolidação do impeachment.

## **6.2. Crise econômica**

De 2004 a 2011, durante os dois primeiros de mandatos de Lula e o início do governo Dilma, o PIB brasileiro tinha um crescimento real de 4,3% por ano segundo o IBGE. A política econômica implementada pelo PT buscou estimular a formalização do mercado de trabalho, reduzindo a informalidade e o subemprego, através da inclusão social. Houve a valorização real do salário mínimo – que de 2003 a 2013 cresceu 72%, associado ao acesso ao crédito e aos programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família. (CARLEIAL, 2015) Medidas que, identifica Carleial, favoreceram a carga tributária e as contribuições previdenciárias que estimularam os gastos públicos. O crescimento econômico estabelecido pelo PT estava organizado pelo consumo e pela distribuição de renda.

Houveram ainda, como consequência, a redução da taxa de pobreza em 61,8% de 2003 a 2012, somada a extinção da miséria principalmente através do Bolsa Família, que se soma aos investimentos em infraestrutura e nos setores de petróleo e gás. A política externa também se alterou consideravelmente em relação ao período anterior, o alinhamento automático aos Estados Unidos foi revisto e a China se tornou o parceiro prioritário do Brasil. Além da parceria com os países da América Latina e da África. (CARLEIAL, 2015)

A crise mundial do capitalismo que aconteceu em 2008, e cujas consequências são vistas principalmente no segundo mandato Dilma, foi atravessada de forma exitosa em um primeiro momento. As políticas contra cíclicas implementadas foram de desonerações fiscais, manutenção ou ampliação dos gastos do governo, ampliação dos recursos de seguro-desemprego e investimentos em setores estratégicos (CARLEIAL, 2015). As medidas possibilitaram o acesso da população pobre do país ao consumo antes inacessível e há lugares vistos como símbolos, como shoppings e aeroportos, além das universidades, através das cotas sociais a partir das 50% de vagas nas universidades públicas, medida implementada no governo Dilma. A taxa de desemprego caiu de 12,4% em 2003 para 4,8% em 2014, sendo a redução do desemprego um dos principais méritos dos governos petistas.

O início do primeiro mandato de Dilma já estava inserido na crise internacional e as suas consequências eram mais aparentes, a China reduziu o seu crescimento, assim como a Índia, acompanhada da crise do euro e da dificuldade dos países latino americanos. Com esse novo cenário, o governo implementou um programa de redução da taxa de juros, implementou uma política vista como heterodoxa, ao desacreditar na parceria entre inflação baixa e juros altos. Os bancos públicos tiveram papel central ao diminuírem os juros e assim a taxa Selic chegou a 7,25 em dezembro de 2012. A crítica do mercado financeiro, tendo como porta-voz a imprensa, eram diárias e resultaram no recuo de Dilma.

A expectativa de Dilma era a melhoria da competitividade do mercado através da redução dos custos da produção em conjunto com a diminuição dos encargos sobre a folha de salários, mas sem afetar a remuneração dos trabalhadores e a previdência. O objetivo era que o desempenho das exportações e a redução de custos estimulariam a geração de empregos, já a rentabilidade sobre o patrimônio das empresas manteve-se em níveis altos para o setor financeiro. A ausência de uma política industrial que revertesse a vulnerabilidade externa dificultou a retomada do crescimento e as medidas de austeridade foram defendidas pelo mercado financeiro, a mídia e a oposição. (CARLEIAL, 2015)

O segundo mandato de Dilma foi acompanhado pelo aumento da inflação, que em 2014 chegou a 6,4% e em 2015 a 10,7%, assim como da taxa de desemprego que em 2015 aumentou para 6,6%. O segundo semestre de 2014 é

visto por especialistas como o período em que o Brasil entrou na recessão econômica. Em 2015 o quadro permaneceu, a inflação aumentou para 10,67% e a taxa de desemprego foi aos 8,5%. (MARTINS JUNIOR, 2016) O mercado financeiro pressionava, através da mídia, para mudanças no quadro, a preocupação com a taxa de inflação era pauta constante e junto a ela a pressão pela implantação de medidas de austeridade para a sua recuperação. O desemprego ficava a cargo de assustar os trabalhadores, as duas situações eram colocadas como consequência da política econômica errada do governo, que não estaria implantando a austeridade necessária.

Dilma, até então, buscava segurar a política econômica defendida nas eleições, com a agravação do quadro pós eleição e a tentativa de sustar a crise, nomeou o banqueiro Joaquim Levy como Ministro da Fazenda. A política adotada retomou um quadro de austeridade ao cortar 70 bilhões de reais nos gastos, a fim de garantir a confiança do mercado, o que teve consequências para o emprego e a renda, além de atingir o PAC, os gastos com saúde, a suspensão de bolsas da pós-graduação, o atraso das verbas das universidades federais e no desembolso dos recursos do Fies. Alterou-se ainda regras de programas sociais como o seguro-desemprego e o abono salarial, o quadro de recessão, entretanto, permaneceu. (CARLEIAL, 2015)

As medidas desenvolvimentistas dos governos Dilma foram vistas pelo mercado financeiro, os bancos privados e os setores produtivos como uma provocação, já que a sua política estatal não estaria dando respostas aos setores que tiveram seus lucros e planos ameaçados com a crise de 2008. A burguesia e o bloco rentista se aliavam, novamente, contra um Estado forte e Dilma cedeu em diversos aspectos, o que não foi visto como suficiente. (MARTINS JUNIOR, 2016)

A crise econômica atravessada pelo Brasil foi, nitidamente, utilizada para a desestabilização do governo e a execução do golpe. Desde 2014, no pleito eleitoral, houve uma campanha política agressiva da mídia, ao tempo em que a base que elegeu Dilma viu seu poder de compra diminuindo e os estudantes universitários viam as possibilidades de emprego diminuindo. A percepção da piora da qualidade de vida, aponta Martins Junior (2016), não resulta em oposição imediata ao governo, oposição que foi mobilizada através da mídia.

A política econômica aplicada pelos governos petistas buscou a ampliação do lucro do setor produtivo e rentista aliado as medidas sociais. A crise internacional e a quarta vitória consecutiva desse projeto esgotaram essa aliança, em um cenário onde o capital encontrou o cenário perfeito para ter o Estado sem conciliação e totalmente a serviço dos seus interesses, servindo, ainda para o rendimento das empresas e rentistas internacionais que tiveram na crise o seu lucro ameaçado.

Essa questão fica clara na apresentação do programa “Uma ponte para o futuro” que revela o objetivo econômico do golpe. Implementar o Estado Mínimo, arrochar salários e a estagnar a sua valorização, cortar gastos com os programas sociais, privatizar empresas estatais, disponibilizar o Pré-sal ao exterior, desvincular as despesas obrigatórias da saúde e da educação e aumentar a idade de acesso à aposentadoria, são medidas que o ilustram.

Logo no início do governo golpista, com Temer na interinidade, foi aprovado no Senado o projeto do senador da oposição, José Serra PSDB/SP, que visava alterar a lei de exploração do Pré-sal e acabar com a exclusividade de exploração deste pela Petrobrás e assim de participar com 30% dos investimentos. Com o impeachment consumado passaram a ser enviadas ao Congresso as medidas elaboradas pelo Executivo, com caráter ortodoxo de redução dos investimentos do Estado, a fim de diminuir o dinheiro em circulação para a redução da inflação as custas da qualidade de vida da população.

A PEC 241 foi a primeira aprovada, em 2016, e limitou o investimento em gastos públicos – incluindo setores como saúde e educação, no gasto do último ano corrigida a inflação pelos próximos 20 anos. As medidas apresentadas pelo governo em 2017 foram a Reforma Trabalhista, que pretende aumentar a criação de empregos através da diminuição de direitos e do aumento da carga horária trabalhada e a Reforma da Previdência que aumenta a idade mínima da aposentadoria e o número de anos necessários para se aposentar.

### **6.3. Propaganda e movimentos sociais**

Desde 2005 os meios de comunicação apostaram na denúncia da corrupção com foco no Partido dos Trabalhadores a partir do “Mensalão”, a partir de 2014 se soma a corrupção a incapacidade de Dilma superar a crise econômica. O cenário

da crise no período pré-golpe tomou uma narrativa homogênea perante os meios de comunicação tradicionais, o foco era a crise econômica e a corrupção, a crise econômica foi salientada pela incapacidade política de Rousseff em manter o apoio no Congresso. Os sete grupos que controlam a mídia brasileira participaram ativamente na criação da atmosfera favorável ao golpe e contra o governo Dilma, grupos que, inclusive, mantiveram seus monopólios durante os governos petistas.

A mídia teve papel central para garantir a narrativa da situação de descrédito do governo, mas não só, foi um agente central nas manifestações pró-impeachment que deram o ar de apoio popular que um golpe necessita. Logo com a vitória de Dilma as mobilizações contra o seu governo começaram e em dezembro aconteceu o primeiro ato. A partir de março, identificando a necessidade de mostrar apoio a presidenta em cenário defensivo pós eleição, para cada mobilização pró-impeachment e contra a “corrupção petista” havia um ato em defesa da democracia organizado pelos movimentos sociais ligados as causas populares. As ruas se tornaram palco de um grande embate entre os pró-impeachment, “contra o lulopetismo”, o “bolivarianismo” e a “roubalheira”, identificados principalmente a partir dos movimentos *Vem Pra Rua*, *Revoltados Online* e *Movimento Brasil Livre* e os que se posicionavam contra o golpe.

Os que se posicionaram contra o golpe, identificando que este levaria a uma ruptura democrática, tendo em vista que não havia crime de responsabilidade sobre a presidenta e mais, em defesa de direitos conquistados e dos avanços sociais dos últimos anos – já que o projeto contrário estava muito claro, diminuição do Estado, abertura do mercado ao exterior, autorregulação do mercado e retrocesso sociais, podem ser identificados em dois grupos. Os movimentos sociais organizados, com ênfase na Central Única dos Trabalhadores – CUT, na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, na União Nacional dos Estudantes – UNE, no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST e no Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, além da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, a Federação Única dos Petroleiros e entidades como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Além do apoio dos partidos de esquerda, principalmente o PT, o PCdoB e o PSOL.

Outros eixos da organização foram o movimento de mulheres, que ganhou corpo mesmo antes da abertura do processo de impeachment com

as manifestações contrárias ao Projeto de Lei 5069 que visava criar novas regras para o atendimento a vítimas de abuso sexual, dificultando o acesso ao aborto legalmente permitido no Brasil. E o movimento cultural, que ganhou expressão quando, a partir da posse interina de Temer, extinguiu-se o Ministério da Cultura e diversas sedes da FUNARTE – Fundação Nacional de Artes foram ocupadas contra o golpe, contando com o apoio de uma série de artistas. Além da organização dos Conselhos Federais de diversas categorias, da organização dos professores e estudantes em suas universidades, de juristas e entidades ligadas ao desenvolvimento social e das ocupações nas escolas e universidades contra as medidas tomadas pelo governo.

Há ainda a rearticulação da organização em Frentes a partir da identificação da ameaça do impeachment, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, a primeira mais ligada ao PT e ao MST e a segunda mais próxima do MTST, entidades como a UNE compõem ambas, na tentativa de criar a unidade contra o golpe. As Frentes e as entidades que as compõem construíram a resistência ao golpe e a defesa do Estado Democrático de Direito em coesão, os atos em sua maioria foram construídos conjuntamente por ambas e tornaram-se importantes meios nessa articulação.

Em 2013 uma parcela da sociedade que não costumava ir às ruas passou a protestar contra a corrupção e os políticos. Os atos expunham a necessidade de uma reforma política, a falta de representatividade e a necessidade de mais investimento público na qualidade de vida da população, entretanto, trouxe à tona aqueles que estavam lado a lado com a juventude identificada com a esquerda e eram denominados por esta de “coxinhas”. Iam para as ruas com o discurso muitas vezes reduzidos ao “Fora PT”, contra as bandeiras de partidos e organizações e em defesa da apartidarização, as bandeiras do Brasil eram as únicas toleradas.

A partir do ano seguinte surgiu os que foram os principais movimentos sociais em defesa do impeachment da presidenta Dilma. Suas lideranças eram entrevistadas pela imprensa e seus atos divulgados exaustivamente pela mesma. Se destacam o movimento *Vem Pra Rua* de Rogério Chequer, ligado a juventude do PSDB, o *Revoltados Online* que pedia a volta da ditadura militar e faturava com a venda de acessórios contra o PT e o mais exaltado, o *Movimento Brasil Livre – MBL*. Seu principal líder, Kim Kataguirí se exibia como símbolo da

juventude que saiu do *FaceBook* para ir às ruas e foi identificado como um catalisador da juventude de classe média através das redes sociais, as suas ideias, entretanto, simbolizam o que há de mais tradicional na política brasileira: a liberdade para a autorregulação do mercado, privatizações das empresas estatais, o fim das políticas de redistribuição de renda e a defesa do Estado Mínimo. (AMARAL, 2016)

O MBL atingiu seu auge como principal agente das manifestações que pediam o impeachment da presidenta, manifestações que se seguiram desde a sua posse até a votação do impeachment no Senado e o afastamento definitivo de Dilma. Amaral (2016) aponta que sua origem foi identificada pela *Agencia Pública* e comprovava que o movimento surgiu da rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos, a Atlas Network, da qual fazem parte onze organizações ligadas aos irmãos Koch, empresários do setor petrolífero e interessados em se apropriar do Pré-Sal, fonte de petróleo recém-descoberta no Brasil. As organizações despejaram na Atlas 800 milhões de dólares, segundo os formulários da Receita Federal norte-americana.

Amaral aponta, ainda, que a organização é responsável pelo Students for Liberty, uma organização internacional estudantil com um orçamento de 3 milhões de dólares em 2014, com grande parte do orçamento proveniente da Atlas. O Brasil passou a fazer parte da organização em 2012, durante um seminário da Students for Liberty em Petrópolis – RJ e o Movimento Brasil Livre era “uma marca para a gente vender nas manifestações” diz Juliano Torres, diretor executivo da organização, e Kim Kataguirí, assim como Fernando Holiday – visto como o símbolo de negro contra as cotas raciais, são destacados como as vozes do movimento. O próprio presidente da Atlas Network, Alejandro Chafuen, fez uma visita aos representantes do MBL durante as manifestações de 2015. A ligação com os partidos é percebida com a aproximação do MBL com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha e depois com áudios vazados que revelam que o PSDB, PMDB, DEM e Solidariedade financiaram as manifestações.

O desgaste do governo Dilma e a imagem negativa construída em torno do PT não são méritos somente dos erros cometidos pelos mesmos, a crise na econômica ou a diminuição na oferta de emprego. Tampouco se deve somente as investigações do Ministério Público e da Polícia Federal na Lava Jato e a

corrupção praticada ou a capacidade da direita em mobilizar a classe média. Os meios de comunicação tiveram papel central na construção do imaginário da sociedade brasileira sobre a crise política e econômica que se instaurou e na mobilização das manifestações pró-impeachment.

A mídia inviabilizou opiniões divergentes dos acontecimentos do país e atribuiu a corrupção a determinados grupos da política, ou seja, o PT não foi participe de uma lógica da corrupção, mas foi o responsável por ela. Uma questão que possibilitou essa narrativa foi a relação entre a mídia e o judiciário, já que houveram diversos vazamentos de delações premiadas pela imprensa, que, em tese, o judiciário não teria autorizado. As informações da Operação Lava Jato emitidos pela mídia foram fator central na crise, informações divulgadas e exploradas com seletividade, a fim de atribuir aos políticos petistas a corrupção. (BIROLI, 2016) A manifestação do dia 13 de março, por exemplo, foi precedida, pela mídia, de afirmações:

o governo está encurralado;  
Dilma não tem condições de superar a crise;  
a economia só piora;  
o PT está dividindo o país;  
o PMDB tem 30 dias para decidir se vai pular fora;  
tudo depende do que acontecerá no dia 13 (INTERVOZES, 2016)

No dia do ato, a cobertura se prolongou por mais de 12 horas. O Brasil era retratado com um país unido para superar a crise e Dilma não teria mais condições para supera-la. A imprensa afirmava que as manifestações aconteceram de forma espontânea, sem o apoio de partidos como o PSDB ou o DEM. Os cidadãos que estavam nas ruas eram mencionados como bem informados sobre o que acontecerá no país, e assim, a sua intenção era acabar com a corrupção no país, e claro, causada pelo PT. (INTERVOZES, 2016)

A cobertura das manifestações pró-impeachment, incluindo falas da oposição, já o espaço ao contraditório era irrisório.

“Agora há pouco a gente presenciou o momento mais emocionante das manifestações. A FIESP jogou balões verdes e amarelos contra o número de impostos que os brasileiros pagam. Foi um movimento muito forte, as pessoas aplaudiram, foi uma emoção aqui”, declarou um repórter. Outra jornalista não conteve o entusiasmo e afirmou: “está linda a festa” (INTERVOZES, 2016)

Já os atos organizados pelos movimentos sociais contra o golpe eram anunciados pela mídia como compostos por militantes petistas pagos para defender o governo, atribuindo aos manifestantes ligação com os partidos de



esquerda e as organizações sindicais, que por sua vez também estariam a serviço dos partidos, ignorando as motivações que levaram as pessoas as ruas e deslegitimando o direito de organização dos cidadãos. A narrativa do número de participantes nas manifestações pró-impeachment foi utilizada para contribuir com a imagem de que a população estava cada vez mais a favor do impedimento. Nos dias dos atos contra o impeachment o discurso proferido foi muito bem pensado.

O já citado Jornal das Dez destinou um minuto para mostrar os atos em algumas capitais, e depois mais um minuto para os atos contrários e um minuto para as manifestações de delegados da PF e procuradores em apoio à operação Lava Jato. No Jornal Nacional, o desequilíbrio numérico também foi gritante. Depois de um rápido flash da Avenida Paulista no início do telejornal, a matéria sobre os atos em todo o país foi ao ar somente no minuto 25 do programa. Todo o tempo anterior foi destinado a apresentar críticas e “denúncias” contra o ex-presidente Lula –como o conteúdo dos grampos, que não demonstram ilegalidades e cuja legalidade sequer foi questionada pelos jornalistas. A matéria dos atos recebeu 7 minutos do tempo do JN, enquanto outros 17 foram destinados a acusações. (INTERVOZES, 2016)

Soma-se a isso a campanha anticomunista, silenciada com a redemocratização do país. A questão, todavia, é empenhada nos atos pró-impeachment em argumento pela defesa do mercado e da suposta ineficiência do Estado. Cuba é o agente comunista em questão, com notoriedade ganha devido ao envio dos médicos cubanos ao Brasil através do programa Mais Médicos do governo federal, em conjunto com a Venezuela e o perigo “bolivariano”, explorando a associação dos governos petistas com Chavez, tratado como ditador. O discurso anticomunista dos últimos anos ser relacionado principalmente a postura contra a ascensão social durante os governos Lula e Dilma, ferindo, mesmo que lentamente, os privilegiados. (MOTTA, 2016) Discurso muitas vezes acompanhado nas manifestações pró-impeachment pela entoação da volta da ditadura militar.

## **7. A personalização no golpe de 2016**

Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, deu continuidade ao projeto que levou o primeiro operário a presidência. Dilma teve sua carreira construída fora dos holofotes, mas dedicada a política, se dedicou

desde à juventude no combate à ditadura, sua atuação a levou a ser presa e torturada. Economista, exerceu, durante o governo Lula, o cargo de Ministra de Minas e Energia e posteriormente, de Ministra-chefe da Casa Civil. Foi nesse período que teve sua ação primeira de maior visibilidade, ao ser apresentada por Lula como a responsável pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Sua primeira vitória, em 2010, foi com 56% dos votos no segundo turno, elegia-se como a sucessora de Lula. Dilma sempre foi ligada a área técnica da política, enquanto Lula se estabeleceu como um agitador das massas, que a partir da concepção de Weber, poderia ser encarado como um *líder carismático*. Tal questão fez com que, desde a sua candidatura fosse atribuído a Dilma uma personalidade de “*durona*”, “*centralizadora*”, “*controladora*” e com um “*gênio difícil*”. Outro fator que acompanhou Dilma foi o fato de nunca ter concorrido a uma eleição majoritária, o que muitas vezes era usado por seus opositores como fator para apontar a inabilidade de Dilma, a sua capacidade técnica de gerenciar a economia foi desestabilizada pelos seus opositores com os maus resultados da economia. Serão analisados aqui esses elementos, em conjunto com outros, que personalizaram o processo de impeachment.

As afirmações levam ao fato do sistema político no Brasil ser dominado por homens, onde às mulheres ainda é estabelecido os cuidados com o lar e uma personalidade frágil. Sendo assim, Dilma não estaria cumprindo com a personalidade esperada a ela. A presidenta apesar de não ter tido uma vida ligada as disputas eleitorais, participou da política desde a juventude, durante a ditadura militar participou de grupos que defendiam a luta armada contra o regime e sua atuação a levou a ser presa e torturada.

A imagem de Dilma passou a fazer parte do centro da política brasileira a partir da sua indicação como pré-candidata a presidência pelo PT, e assim, sucessora de Lula, em 2009. Gomes & Barbara (2011) fazem uma análise da forma como a mídia brasileira representa Dilma como então ministra da Casa Civil e pré-candidata a Presidência da República do Brasil, nas eleições de 2010, a partir de trechos retirados da mídia.

A verdade é que Lula usa e abusa do dinheiro público para empinar sua candidata (Época, 2009).

Lula espera transformar parte de sua popularidade recorde, que chega aos 70%, em votos para Dilma. Para receber a herança bendita, porém, a ministra precisa se tornar conhecida (Istoé, 2009).

Resumindo, com acidez oposicionista, uma impressão de boa parte dos meios políticos, o ex-prefeito do Rio de Janeiro Cesar Maia fez uma advertência: “Se ela ficou conhecida como a dama de ferro e por isso ascendeu, ninguém vai entender agora se quiser virar a Regina Duarte (Época, 2009). (Dilma é comparada a atriz que é conhecida por sua meiguice e simpatia)

A assessora desconhecida deixou o ostracismo e se converteu em candidata viável (Veja, 2009).

Aquela de poucos sorrisos, sisudez e pulso tão firme a ponto de provocar distância – sobretudo de seus subordinados. Essas qualidades conferiram veracidade ao título que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva queria pregar-lhe, o de “mãe do PAC” ou, como alguns preferem, o de “gerentona” (Veja, 2009).

Dilma Vana Rousseff é a ministra-chefe da Casa Civil, a gerentona do governo que o presidente Lula escalou para tocar com mão de ferro o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC (Veja, 2007). busca reforçar o papel social de Dilma como aquele sujeito responsável pelo planejamento e controle da execução dos trabalhos de seus subordinados.

A “mãe do PAC” terminou a semana sob a suspeita de ter sido a madrinha de uma engrenagem que pôs na rua informações sigilosas sobre despesas pessoais do ex-presidente (Veja, 2008).

Eles argumentam que os efeitos da crise devem reduzir a capacidade que Lula tem de transferir votos a uma candidata sem experiência (Veja, 2008).

Dilma Rousseff é vista nos corredores maldosos de Brasília como ministra-tampão, sacrificável numa eventual aliança, caso Lula não consiga governar sem maioria, baseado apenas no espírito PATriótico do Congresso (Veja, 2003).

Os cabelos, outrora curtos e castanho-escuros, ganharam um tom avermelhado mais claro e uma ligeira franja que esconde parte da testa. O resultado final pode ser resumido em uma palavra: suavidade (Veja, 2008).

As autoras levam a percepção de que a personalização da política na figura de Dilma e a sua utilização de forma depreciativa no caso de Dilma não é própria do golpe de 2016. A imagem construída de Dilma no período recente faz jus a elementos atribuídos a presidenta desde a possibilidade de sua candidatura à eleição de 2010, naquele momento referentes a disputa eleitoral e em 2016 referente à disputa pelo impeachment, que pode ser identificado com elementos próximos a disputa de uma eleição. Para compreender como e quais os elementos que construíram a imagem da presidente durante o processo de impeachment, serão considerados elementos presentes na mídia e nos discursos dos deputados/as e senadores durante o processo de impeachment.

## 7.1. Crise política

O segundo governo Dilma foi marcado desde o seu início por grande instabilidade política decorrente de uma frágil aliança que se evidenciou devido com a quarta vitória do projeto petista que implementava um projeto que favorecia não somente a elite representada pelos partidos de sua base, mas também as classes populares. A disputa de projetos antagônicos que levaram ao golpe foi silenciada e posta em evidência a necessidade de combater a corrupção – falada pelos próprios corruptos, e a incapacidade pessoal que Dilma possuía de resolver a crise política.

Dessa forma, a crise política no período pré-golpe foi marcada pela desestabilização do governo Dilma, contando com elementos como o desgaste do Partido dos Trabalhadores, do ex-presidente Lula e da presidenta através da égide do combate à corrupção. A valorização de aspectos referentes à performance da presidenta foi evidenciada e uma imagem de que a presidenta não tinha condições para governar o país em meio a uma crise foi construída. Sendo importante ressaltar que a oposição que articulou o impeachment não foi atribuída a responsabilidade pela crise, ainda que com a consolidação do golpe tenha ficado claro os motivos da articulação da crise.

Um elemento muito explorado foi a sua possível inexperiência na política, baseada principalmente no fato de Dilma nunca ter sido candidata a cargos proporcionais ou ter exercido mandatos. O site *G1*, de notícias do grupo Globo, logo após a vitória de Dilma em 2014, lançou a reportagem “*DESAFIOS: Dilma terá de recompor base no Congresso para governar*” e acrescenta falas do analista político Sérgio Abranches.

Dilma nunca foi parlamentar. Então, não sabe como são os procedimentos de negociação no Parlamento. Ela tem que delegar essa função para outras lideranças, o que torna muito mais difícil a formação de uma coalizão mais consistente (ABRANCHES, G1, 26 de outubro de 2014)

A reportagem aponta como dificuldade para o sucesso de Dilma uma característica própria da presidenta – não saber negociar com o Congresso, fruto da sua trajetória. O mesmo argumento está presente em outras situações

Dilma tem um gênio forte e nunca teve uma boa convivência com o Parlamento. Ela nunca foi parlamentar, o Legislativo tem uma lógica própria (Devanir Ribeiro, deputado pelo PT)

Afirma ainda que os parlamentares apesar de denunciarem o processo como golpe “admitem, no entanto, que na equação do impeachment há diferentes variáveis, entre elas o ‘fator Dilma’.” E o editorial acrescenta:

Dilma, contudo, jamais conseguiu reverter sua peculiar falta de traquejo com tradicionais rituais da política. Nem mesmo o bambolé que ganhou de presente, ainda em 2008, do então líder do PMDB Henrique Eduardo Alves como um alerta para melhorar o "jogo de cintura" fez Dilma mudar seu jeitão (ODILLA, BBC, 31 de agosto de 2016)

A falta de capacidade de lidar com a política pela presidenta é nesses casos argumentada com a sua falta de trajetória parlamentar. Na maioria dos casos, entretanto, essa inabilidade não acompanha justificativas, apesar de estar presente durante todo o processo do impeachment, os editoriais se utilizam da fala de especialistas ou parlamentares para atribuírem a característica a presidenta, ou ainda a partir de textos de colunistas para referendar a questão.

O site da *Revista Exame*, do grupo Abril, em editorial “*Os erros de Dilma que a colocaram a beira do impeachment*” aponta a questão como um dos erros que levaram a presidenta ao impeachment.

Dilma é vítima de suas próprias decisões equivocadas na condução do país. [...] Durante a votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados há menos de um mês, muitos parlamentares favoráveis ao fim do mandato da presidente aproveitaram o microfone do plenário para reclamar da falta de traquejo político que definiu os cinco anos e meio do governo Dilma. As queixas não poderiam ser mais pertinentes. (ABRANTES e CALEIRO, EXAME, 11 de maio de 2016)

No dia seguinte a abertura do processo de impeachment na Câmara, o jornal *O Globo* publica artigo “*Desastre econômico e incapacidade política, por Paulo Celso Pereira*”, referenciando a falta de apoio da presidenta na Câmara ao fato dela não reconhecer os parlamentares como representantes legítimos, relacionando a presidenta a características de autoritária e arrogante.

Se Dilma não conseguiu ter apoio de sequer um terço do plenário da Câmara, é porque nunca viu deputados e senadores como legítimos representantes do povo, escolhidos nas mesmas eleições democráticas que a levaram ao poder. Sem interesse no ritual de sedução que permitiu a vários presidentes adequar desejos partidários à construção de uma gestão de alto nível, espalhou pela Esplanada anônimos como George Hilton (PRB) e Gilberto Occhi (PP), que obviamente não conseguiriam ter ascendência sobre suas bancadas no Congresso. Assim, a um só tempo, condenou seu governo à fragilidade política e administrativa. [...] Mas é o desastre econômico e a incapacidade de

lidar com a política que estão prestes a lhe tirar do Planalto.  
(PEREIRA, 18 de abril de 2016)

Em outra reportagem do *O Globo*, o analista político Murillo Aragão é entrevistado e aponta que a “A falta de habilidade e de apreço de Dilma pela política põem um ponto final na postura submissa do Poder Legislativo em relação ao Executivo.”, ou seja, a relação entre os poderes derivou da postura da presidenta e não do sistema político do país. Aragão acrescenta “A articulação política da presidente Dilma sempre foi fraca e continua fraca agora neste segundo mandato”. (ARAGÃO, 5 de março de 2016)

A crise política que levou ao impeachment também foi encarada pelos parlamentares como consequência de características da presidenta, na Comissão Especial do Impeachment na Câmara dos Deputados a discussão sobre o parecer do relator favorável ao processo de impeachment foi permeada por argumentos que se referenciavam a tal questão, preenchendo o lugar dos argumentos que seriam pertinentes ao crime de responsabilidade. Os parlamentares apontaram que o problema era a falta de capacidade de Dilma para governar.

Falaram e disseram que a presidente ganhou de forma legítima. Não é verdade, ela ganhou com dinheiro de Caixa 2. (...) Então, é óbvio que foi uma campanha desequilibrada. (...) A presidente Dilma também só chegou nessa situação porque provou que não tinha capacidade para governar”. (Nilson Leitão - PSDB/MT, 2016)

A saída para reverter o quadro de paralisia da economia passa necessariamente por resolver a crise política. A presidente Dilma não reúne mais condições de governar. (Lelo Coimbra - PMDB/ES, 2016)

O senador Valdir Raupp, PMDB/RO, durante a votação que tirou o mandato de Dilma definitivamente no Senado também enfatizou que a correção das decisões econômicas e a postura de Dilma em relação ao Congresso também entra na avaliação dos senadores. (RAUPP, 2016)

A inabilidade para o diálogo é outra característica atribuída a Dilma e que levou a crise política, questão que seria fruto de sua arrogância. O ex-presidente pelo PSDB, Fernando Henrique Cardoso, em 30 de maio de 2015, disse “ela não tem vocação para conversa com o congresso. Política é conversa.”. (CARDOSO, 2015) A entrevista de Murillo Aragão ao *O Globo*, em 6 de março de 2016, também apontou nessa direção, Aragão afirmou que Dilma precisava melhorar o diálogo político com o Congresso para salvar o mandato, e a entrevistadora questiona “*A presidente tem perfil para fazer isso? Todos reclamam que ela não*

*conversa, que é arrogante...*”, o entrevistado afirma que é questão de sobrevivência. (ARAGÃO, 2016)

O Deputado Federal Heraclito Fortes (PSB/PI) em entrevista ao *Portal O Dia*, em 15 de maio de 2016, reforça os elementos da falta de diálogo, enfatizando que não acontecia mesmo entre a base do governo, o que ajudou na construção da imagem de tais características eram próprias da presidenta e consequência da sua “prepotência” e “arrogância”.

Não tenho nenhuma dúvida de que esses acontecimentos que culminaram com o afastamento da Dilma foram resultado da prepotência, da arrogância. Não que ela fosse arrogante com os adversários. Era com os próprios companheiros. Seu partido e os da base aliada não tinham o mínimo de diálogo possível com a presidente. Os líderes na Câmara não falavam nem com ela, nem coma chefe da Casa Civil. Governo nenhum dá certo assim. Aliás, acho que a presidente Dilma encontrou em algum lugar a cartilha de erros do Fernando Collor e passou repeti-la, só em que escala bem maior, do comportamento a corrupção. (FORTES, 2016)

O Senador Magno Malta (PR/ES) também sinaliza que é a arrogância que iria destituir Dilma, com base na justiça divina. “Dilma não será cassada por ele ou pelos outros senadores, será cassada por Salomão. “Salomão escreveu que a arrogância precede a ruína”.

Os ataques pessoais no decorrer do processo de impeachment partiram também de Cunha (PMDB/RJ), responsável pela abertura do processo de Impeachment enquanto presidente da Câmara, o qual postou em seu *Twitter* em 29 de maio de 2016:

além de sua arrogância e das mentiras habituais, ela demonstra a sua incapacidade e despreparo para governar [...] Dilma mente tanto que já estamos aprendendo a identificar do ela (sic) mente; basta mover os lábios. Se até o Lula se arrependeu de ter escolhido ela, imaginem aqueles que ela fez de idiota, mentindo na eleição. Para ela, apenas uma frase: tchau querida. (CUNHA, 2016)

A tensão entre o PT e o PMDB ocupou espaço central na crise política e na dificuldade de Dilma organizar a sua base. No discurso difundido pela base pró-impeachment, entretanto, o fato do PMDB ter se retirado do governo não se deu por divergências políticas e de programa, mas sim pela dificuldade de Dilma. Tal leitura não leva em consideração a apresentação do programa “Ponte Para o Futuro”, por exemplo, e a agenda divergente defendida pelo partido durante o quarto mandato petista. Fernando Rodrigues em sua análise ao *UOL* compartilha da leitura personalista e aponta “A presidente também tem um comportamento principista no pântano da política. Detesta algumas personalidades. Tem o PMDB

como principal aliado, mas rejeitou desde sempre um dos caciques dessa legenda, Eduardo Cunha.” (RODRIGUES, 2016) Rodrigues ao apontar os erros de Dilma se refere a “incapacidade cognitiva [que] esgarça ainda a relação entre a petista e o mundo real.”

No editorial “*Os erros de Dilma que a colocaram a beira do impeachment*” da *Exame*, também se encontra elencada a dificuldade do governo com o PMDB e afirma que a própria presidenta comprou briga com o partido.

“O erro inicial do segundo governo foi tentar, em vez de uma articulação PT-PMDB, deslocar o centro de gravidade para PT e um conjunto de outros partidos capitaneados pelo PSD”, diz Carlos Ranulfo de Melo, professor de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). “Nada deu certo e Dilma acabou comprando uma briga com o PMDB”. (ABRANTES e CALEIRO, EXAME, 11 de maio de 2016)

Outra questão que ocupou espaço na disputa pelo impeachment foi o fato de Dilma ter sido diversas vezes retratada como mandatária do presidente Lula, não tendo independência sobre o seu governo. Essa questão foi explorada desde a sua primeira candidatura, utilizando-a para enviar a mensagem de que a sua vitória e seu sucesso no primeiro mandato eram heranças de Lula. No segundo mandato de Dilma as críticas sobre esse aspecto iam em duas direções, primeiro que Dilma não comandava seu governo, questão que pode ser observada no pronunciamento do deputado Evair de Melo (PV/ES) na discussão sobre o parecer do relator favorável ao processo de impeachment na Comissão Especial do Impeachment, o deputado “criticou o ‘desespero’ da presidente Dilma Rousseff ‘para terceirizar o governo’, enquanto se ‘esconde na sombra do ex-presidente’ ” (PASSARINHO e GARCIA, *GI*, 9 de abril de 2016)

O deputado Mendonça Filho (DEM/ES) da continuidade a mesma proposição “O impedimento da presidente Dilma, na prática, já está consagrado. Na prática, ela não mais exerce o cargo. Quem ocupa o comando do Brasil é o presidente Lula”. A segunda direção aponta na direção de que o fato de Dilma não cumprir as ordens de Lula que levaram a crise. Em ambos os casos, os erros e acertos de Dilma foram atribuídos a um “mentor”, já que Dilma, por si só, não teria cacife para tomar decisões, e quando as tomava eram errôneas. O editorial do *Estadão*, em 12 de maio de 2016, faz, ainda, referência à história militante de Dilma dando um tom pejorativo aos seus ideais.



A tarefa de Dilma seria apenas não fazer bobagens e cumprir rigorosamente as ordens de Lula. Mas eis que, como acontece em todo conto de terror, a criatura resolveu pensar por conta própria. Passou a acreditar que era presidente de verdade, com direito até a governar e a reivindicar a reeleição. A desconjuntada mandatária começou assim a assombrar o País, tomando decisões baseadas em suas convicções pré-históricas, de linhagem stalinista enxertada com brizolismo, que arruinaram os frágeis avanços das classes mais baixas e atrasaram em ao menos uma década o desenvolvimento brasileiro. Como isso não bastasse, Dilma, que nunca suportou a política, alienou sua base de apoio e afastou de si até o PT. (*O Estado de S.Paulo, 12 de maio de 2016*)

A questão sobre a imagem técnica da política atribuída a Dilma também foi explorada. Entretanto, inclusive esse aspecto utilizado inicialmente para afastar Dilma do mundo da política é, posteriormente, retirado da mesma, apontando que tampouco como competente administradora Dilma se mostrou. O editorial do *Estadão* citado acima emprega essa narrativa.

Foi assim que Lula tirou Dilma Rousseff da cartola. A máquina de propaganda petista criou para a candidata a imagem de competente administradora. Nada tinha correspondência com a realidade – por onde havia passado, seja no Conselho de Administração da Petrobrás, seja no Ministério de Minas e Energia, seja na Casa Civil, Dilma havia deixado um rastro de negligência, omissão e decisões voluntaristas e equivocadas. (*O Estado de S.Paulo, 12 de maio de 2016*)

A honestidade afirmada pela governante durante o processo também foi apontada como insuficiente ou colocada em xeque e ironizada diversas vezes.

A petista é portadora de uma incapacidade dupla no cotidiano do poder. Primeiro, acha que sua probidade no plano pessoal pode (e sempre vai) contaminar positivamente a sua probidade na política – o sofisma “se eu sou honesta, meu governo é honesto”. A segunda deficiência dilmista é nunca ter conseguido superar a inabilidade para articular no mundo da micropolítica diária de Brasília” (RODRIGUES, UOL, 5 de março de 2016)

“Lava Jato quebrou a Petrobras. Faz parte dos argumentos da defesa do PT. Se a presidente Dilma é honesta, ela é incapaz. Por não ter visto o que acontecia ao redor. (Carlos Marun, deputado do PMDB/MS, 2016)

As características de micro gerenciadora, centralizadora e “gerentona” também foram atribuídas a fim de colocar as habilidades com o mundo da política em questão. No dia da cassação de Dilma no Senado a BBC lançou o editorial “*Dilma é cassada pelo Senado: Da infância de classe média à rebeldia; de 'gerentona' ao impeachment*”.

Há ainda a "gerentona", às vezes irascível, que aprecia quem é assertivo, se apegar a detalhes, centraliza as tarefas do dia a dia e distribui broncas em público, até mesmo diante de câmeras, sem hesitar. [...] Muitos também reclamam que Dilma seria lenta para

tomar decisões, por causa da personalidade centralizadora e "microgerenciadora" - alguém que gastava energia com detalhes. (ODILLA, BBC, 31 de agosto de 2016)

A presidenta falou sobre a questão “Alguma vez você já ouviu alguém dizer que um presidente do sexo masculino coloca o dedo em tudo? Eu nunca ouvi falar disso”, “Eu acredito que há um pouco de preconceito sexual ou um viés de gênero. Sou descrita como uma mulher dura e forte que coloca o nariz em tudo e estou cercada de homens meigos”, disse em entrevista ao jornal norte-americano *The Washington Post*. (LOURENÇO, BBC, 2015)

Com a cassação de seu mandato Dilma é, mais uma vez, caracterizada de forma depreciativa, evidenciando uma longa jornada de desgaste da imagem da presidenta até a consumação do golpe.

No caso de Dilma Rousseff, afastada da Presidência da República nesta quinta-feira (12), há grandes chances das lembranças de seus cinco anos e meio de governo ficarem restritas ao grupo dos políticos que não souberam administrar a casa. (ODILLA, EXAME, 31 de agosto de 2016)

O fim humilhante de Dilma Rousseff, a presidente mais arrogante e prepotente da história do país. (Manchete do Portal Imprensa Viva, 27 de abril de 2016)

## **7.2. Crise econômica**

A situação da economia também foi atribuída diretamente a Dilma, criando o imaginário de que com a sua saída o país poderia voltar a crescer. A política econômica do primeiro governo Dilma recebeu uma avalanche de críticas da oposição e criou-se a conformidade de que em seu segundo governo Dilma precisava mudar a política econômica caso vencesse as eleições.

Quase quatro anos após o começo do mandato de Dilma Rousseff, o Brasil amarga índices econômicos muito piores quando comparados aos que ela encontrou no dia 1 de janeiro de 2011. (FUENTES, VEJA, 24 de outubro de 2014)

Formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Dilma Rousseff é a primeira presidente economista que o Brasil tem desde Fernando Collor. A familiaridade com o tema, no entanto, não bastou (ou pesou contra) em áreas como juros e investimento. Enquanto isso, indicadores positivos de crescimento e comércio que vinham da Era Lula foram se evaporando ao longo do mandato de Dilma com Guido Mantega como ministro. Apesar de ter conseguido manter o desemprego em níveis historicamente baixos e a renda em trajetória ascendente, Dilma vai começar seu segundo mandato com PIB parado, inflação no teto da meta e juros mais altos

do que recebeu de seu antecessor. (CALEIRO, EXAME, 29 de dezembro de 2014)

A presidenta é, ainda, apontada como irresponsável, a partir da caracterização de que as medidas tomadas em 2014 serviram apenas aos seus interesses e não aos interesses do país.

Em 2014, para convencer os eleitores de que estava no caminho certo, Dilma dirigiu com ainda menos prudência. Gastou dinheiro que não podia, só para ganhar a eleição. Conseguiu se manter ao volante, mas levou o país de volta ao atoleiro (NARLOCH, VEJA, 11 maio 2016)

Ela quebrou o Tesouro na campanha de 2014 e continuou a aprofundar o rombo em 2015 (O GLOBO, 2 de maio de 2016)

O fato da presidenta ser economista foi ironizado e a situação da economia é atribuída como fracasso da própria presidenta, percebe-se a insinuação de que a sua formação não teria ajudado a enfrentar a crise do país. A crise é atribuída, ainda, à incapacidade de Dilma em tomar decisões cautelosas, reforçando a imagem de irresponsável.

Quando Dilma assumiu a presidência, o Brasil saboreava aquele alívio de quem entra na estrada de asfalto depois de quilômetros de solavancos da estrada de saibro. Tínhamos inflação controlada e superávit suficiente para diminuir a dívida aos poucos. Bastava que Dilma dirigisse com cuidado e estaríamos bem. Mas ela preferiu dar cavalos de pau e se arriscar em ultrapassagens proibidas. Por escolha consciente e declarada, abandonou a matriz econômica que FHC criou e Lula mais ou menos manteve, arruinou as contas que o Estado, depois de décadas de esforço, enfim vinha conseguindo organizar. As pedaladas fiscais transformam em desconfiança o entusiasmo de analistas e investidores internacionais. (NARLOCH, VEJA, 11 maio 2016)

É raríssimo nos meios políticos, empresariais e financeiros alguém que acredite na capacidade de a presidente Dilma Rousseff fazer o país voltar a ter um ambiente propício à recuperação. A síntese é assim: “Com o atual governo, o Brasil ficará parado ou vai andar para trás até 2018” (RODRIGUES, UOL, 5 de março de 2016)

Os índices econômicos do período são evidenciados e atribuídos as características de Dilma, os índices são correlacionados a “teimosia” e ao “orgulho” da presidenta. A reportagem do *Estadão* já contém em sua própria chamada a mensagem que se pretende passar “*Dados econômicos da era Dilma: de chorar!*”, e continua:

Dilma recebeu o governo com 422 empregos sendo gerados por hora. E agora entrega o cargo a Temer com 306 pessoas perdendo o emprego a cada 60 minutos. Quanta diferença! E esse número só piora.

Dilma assumiu o poder em 2011 com inflação de 5,90% ao ano e agora entrega para Temer uma taxa acumulada, nos últimos 12 meses,

de 9,28%. Voltamos ao ano de 2010. Isso mesmo. Nossa economia voltou 6 anos no tempo. Que desespero, meu Deus! O Brasil parou na era Dilma!

Infelizmente o governo Dilma foi ruim demais. Várias medidas equivocadas, teimosia demais, orgulho ao extremo. Este para mim foi o principal motivo da queda: o governo se achava intocável. (CABRAL, Estadão, 13 de maio de 2016)

A reportagem da EXAME segue o mesmo raciocínio.

Dilma tomou posse logo após 2010, quando o Brasil cresceu 7,5% – a maior taxa desde 1986, fruto das medidas anticíclicas de reação à crise internacional. Seu erro foi levá-las até o limite, sem recuar, mesmo quando já era clara a exaustão do modelo de crescimento pelo consumo. (ABRANTES e CALEIRO, EXAME, 11 de maio de 2016)

A presidenta é representada, ademais, como a responsável por ter “arruinado” a economia brasileira, na discussão sobre o parecer do relator favorável ao processo de impeachment da Comissão Especial do Impeachment na Câmara dos Deputados o deputado Lelo Coimbra do PMDB/ES afirmou que 1/3 da desaceleração econômica do país é fruto da crise internacional e que “O restante a responsabilidade está na conta deste governo. Está chancelada com o nome Dilma Rousseff. Essa é a realidade nua e crua: a presidente Dilma arruinou a economia brasileira”. (COIMBRA, 2016)

Em setembro de 2015, após o anúncio do rebaixamento da nota do Brasil no grau de investimento, o deputado Rubens Bueno (PR) afirmou “Dilma arruinou a economia e as finanças públicas do País. Está claro que, nesse ritmo, o Brasil não vai aguentar mais três anos com a presidente e sua incompetência. Não podemos deixar que o Brasil chegue ao fundo do poço” (BUENO, 2015) A ruína da economia como obra de Dilma é apontada como fator decisivo ao impeachment e reforçado nos editoriais. Mirian Leitão, em *O Globo* reiterou:

A presidente Dilma Rousseff arruinou a economia brasileira. O Congresso e a Justiça podem decidir que isso não é motivo para impeachment, mas é um fato que o país deve olhar para se proteger no futuro de decisões tão perigosas. E agora, para lutar contra o seu afastamento, Dilma está afundando ainda mais o país, chutando o balde fiscal e escancarando a feira dos cargos públicos. (LEITÃO, O Globo, 06/04/2016)

A crise econômica e a narrativa de que foi Dilma pessoalmente a responsável ocupou o centro do debate do impeachment e foi usada como determinante para a consolidação da narrativa do impeachment.

o que pode determinar o impeachment da mineira é a combinação entre sua inabilidade política e uma série de estratégias equivocadas

para a economia. (ABRANTES e CALEIRO, EXAME, 11 de maio de 2016)

A saída para reverter o quadro de paralisia da economia passa necessariamente por resolver a crise política. A presidente Dilma não reúne mais condições de governar. Não há mais legitimidade em seu governo, que se esvai desde o golpe eleitoral, quando ela apresentou um país que sabia não existir. (...) Seu governo perdeu a confiança da população, a credibilidade dos mercados e o apoio da base política. (...) A presidente Dilma arruinou a economia brasileira. Na luta contra seu afastamento a presidente prejudica ainda mais o país, chutando o balde fiscal, promovendo a maior xepa dos cargos públicos. (Deputado Lelo Coimbra, PMDB/ES, 8 de abril de 2016)

a economia brasileira luta atualmente para se recuperar da era Dilma (Senador Flexa Ribeiro, PSDB/PA, 30 de agosto de 2016)

Por isso tudo é razoável dizer que Dilma foi a pior presidente da história da República. (NARLOCH, Veja, 11 maio 2016)

### 7.3. Propaganda e movimentos sociais

O papel da mídia na personalização do golpe se estabeleceu na esfera da crise política e econômica e não apenas em relação aos movimentos sociais, já que é através dela que chega até os cidadãos os elementos de personalização apontados pelos agentes políticos, e é, a própria, um agente de opinião política. Os editoriais, reportagens e manchetes reforçam os aspectos da personalização da crise, como visto nos tópicos anteriores.

As capas das revistas no período pré-impeachment foram um elemento importante na construção da imagem de Dilma. André Zanardo (2016) aponta que “As capas todas as vezes mostram Dilma como uma mulher fraca, sozinha e dependente de Lula. Em contraposição à presidente, nas outras semanas a revista frisava a existência de “personagens de sucesso” homens, que disputavam seu poder, afirmando seu fracasso como maior líder do povo.”

Uma das capas que chamou mais atenção foi da *Istoé* com a manchete “*As explosões nervosas da presidente*” e o anúncio “*Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País.*” Atestando que a presidente estava desequilibrada e sem capacidade para governar, uma mulher que estaria prestes a enlouquecer. A capa com apresentou caráter nitidamente misógino, passando longe de ser somente um posicionamento contra

ou a favor da presidenta.



*Istoé “As explosões nervosas da presidente”*

Já o editorial da Revista *Época*, do grupo *Globo*, escrito por João Luiz Vieira, trouxe o título “*Dilma e o Sexo*”, Vieira atribui os problemas da presidente Dilma Rousseff à “falta de erotismo” e sugere que se sente sozinha. A *Istoé* em seu site trouxe o editorial “*Uma presidente fora de si: Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país*”. A matéria traz frases como “A presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares” (PARDELLAS e BERGAMASCO, *Istoé*, 1 de abril de 2016). Utilizou-se apelos sobre questões que são facilmente utilizadas contra o gênero feminino, Dilma não conseguiria lidar com o cotidiano da pressão política, não teria condições emocionais e mais, precisaria de uma companhia masculina para se acalmar.

Já os movimentos pelo impeachment de Dilma continham um forte caráter personalista nas suas pautas contra a corrupção, a palavra de ordem “*Tchau, querida*” deu a tônica do impeachment e era proferido com um ar de ironia, trazendo, inclusive, elementos machistas já que palavras como “querida” são proferidas maliciosamente por homens no ambiente profissional, subtraindo a

competência das mulheres.

O *Movimento Brasil Livre* em entrevista ao jornal *El País* demonstrou que o foco do movimento era a saída da presidenta do poder, ou seja, os movimentos de rua pelo impeachment acompanharam a personalização dada as crises política e econômica, os líderes do movimento afirmaram “A prioridade hoje é retirar do poder a presidente Dilma Rousseff, principalmente porque ela já demonstrou não ter condições políticas, jurídicas e especialmente morais [para permanecer no poder]. Acreditamos que a saída de Dilma possa servir como um sopro de esperança para o futuro político do Brasil.

A Dilma pegou uma casa já arrumada e tratou de desarrumá-la.” (ROSSI, 2015)

Os atos contaram com mascaradas do rosto da presidenta com aspecto de zumbi e escrito “fora zumbi”, faixas com o rosto de Dilma com os dizeres “chega de mentiras”. Ou ainda que o problema da ditadura foi não ter matado Dilma e todos os comunistas. Os atos eram divulgados pelos jornais com a manchete atos “anti-Dilma”.

Já a internet foi o principal local onde os xingamentos a presidenta foram proliferados, “vaca”, “vagabunda”, “bruxa” foram usados sem o menor pudor. Stocker e Dalmaso (2016) analisaram os comentários em duas publicações da página do jornal *Folha de S. Paulo* e encontraram comentários ligados a cultura machista, que ao se referir a Dilma falavam dos cuidados domésticos e de beleza. “*CALA ESSA BOCA IMUNDA SUA VAGABUNDA!*” ou “*ninguém quer dialogar com a Sra. Vai lavar uma boa pia de louças va!!*”, outros comentários falavam sobre a incapacidade de Dilma “*Não acredito em nada que saia da boca dessa VACALOUCA*” “*É surda ou se faz de surda, essa Dilma ladra, a dissimulada, da voz da rua, não entendeu nada. VAZA!*”. A figura de Dilma como “marionete” de Lula também foi explorada nos comentários, apagando a presidenta como protagonista de seu governo, “*Fantoche do Lula, não tem o que falar, fique quieta*”. Dilma era ainda tratada como “bruxa macumbeira” e “*enviada do diabo*”, a misoginia nas atribuições às características da presidenta se manifestaram também com nojo e repulsa “*Chega a dar nojo, qualquer coisa que venha desta mulher, hipócrita, mentirosa, dissimulada com o todos os outros da sua laia!*” e “*Só tomando chicotadas, para aprender*” são dados como exemplo, os comentários não receberam nenhum tipo de monitoramento por parte do jornal.

## **8. Conclusão**

### **8.1. Os golpes de 1964 e 2016**

Elucidar como foi a feição do golpe em 1964 e em 2016 nos permite compreender de forma mais clara o porquê desses dois anos serem marcados



como anos em que o Brasil passou por um golpe. Como visto, o golpe é essencialmente a substituição de um governo por meio de procedimentos não previstos, rompendo as regras sucessórias. O golpe tem, por essência, como protagonista agentes do próprio Estado (BIANCHI, 2016), executado através do uso do aparelho do mesmo (BARBÉ, 1986), os meios utilizados não são característicos do funcionamento regular da democracia e o fim é a mudança institucional. (BIANCHI, 2016)

Os que romperam com a democracia em ambos os casos se recusavam à luz dos fatos serem chamados de golpistas, em 1964 chamaram o golpe de “Revolução Democrática Brasileira”, em 2016 usaram o artifício do impeachment e justificaram que atuavam dentro da lei. Hoje, os fatos que levaram a tomada do poder pelos militares são vistos em consenso como golpe, já que o governo chegou de forma ilegítima ao poder. Sendo ainda, importante pontuar a diferente entre golpe e revolução vista anteriormente, já que no golpe os protagonistas na tomada de poder são agentes do Estado, e na revolução são as “massas populares.” (BIANCHI, 2016) De forma que o conceito de revolução não cabe ao golpe de 1964, como queriam os golpistas.

O golpe de 2016 foi caracterizado pelos os que o articularam como um processo de impeachment previsto na Constituição, e assim, seguindo os ritos legais para a mudança de poder. Todavia, sabe-se que a Constituição prevê que o impeachment deve estar envolto de crime de responsabilidade cometido pelo presidente em questão, as chamadas pedaladas fiscais utilizadas como justificativa ao impeachment não podem ser caracterizadas como crime de responsabilidade, como já visto nesse trabalho. Desse modo, o impeachment que levou a deposição de Dilma é caracterizado como golpe por não ter respeitado a constituição no que diz respeito aos elementos necessários a mudança presidencial por essa via. Além do mais, a mudança de programa estabelecido pelo vice-presidente, Michel Temer, que assumiu o governo, em conjunto com uma equipe de Ministros que se encontravam até então em oposição à Dilma, demonstrou que o impeachment teve como finalidade a mudança do programa à frente do Executivo brasileiro.

As Forças Armadas, em 1964, contaram com o apoio de diversos setores da sociedade para a instauração do golpe, inclusive com o Congresso Nacional. Os militares saíram as ruas em diversos estados, e mesmo antes de Jango deixar o país, a presidência era dada como vaga. Em 2016, a Câmara e o Senado Federal se

empenharam pela deposição de Dilma Rousseff através de um impeachment que não respeitou à Constituição, ou seja, onde a presidenta eleita não havia cometido crime de responsabilidade.

Em ambos os casos havia um presidente eleito e leis em vigor, a deposição de Jango e Dilma foi articulada decorrente de uma disputa de interesses, na qual os presidentes em questão não estavam correspondendo aos interesses dos que deram o golpe. Os processos democráticos de escolhas dos governantes, através do poder do voto, são subtraídos e o componente elementar da democracia representativa é abandonado, possibilitando a implementação de um programa não eleito pelas urnas. Os interesses que moveram os golpes também têm essência comum, a mudança da política econômica e social respondendo aos interesses do mercado. Jango e Dilma estiveram à frente de governos que responderam aos interesses do capital, mas também às necessidades e interesses dos trabalhadores e das classes subalternas, na tentativa da redução das desigualdades no país.

Em 1964 a crise era apontada como fruto da falta da postura mediadora de Jango, que passou a defender as reformas de base que desagradavam a elite. A crise política se revelou, entretanto, como reflexo da necessidade de controle do Estado pelas mãos dos empresários e banqueiros em meio a uma crise econômica. A política econômica pós 64 demonstrou a representação dos interesses do capital multinacional e associado – o objetivo foi favorecer seus interesses e consolidar sua expansão. Política que envolveu restrições à organização autônoma das classes trabalhadoras e a consolidação de um modelo de crescimento baseado no capitalismo tardio, dependente, desigual, com uma economia dirigida para um alto grau de concentração de propriedade na indústria e integração com o sistema bancário. (DREIFUSS, 1987)

Em 2016, em meio à crise econômica mundial, a retomada do Estado completamente voltado às classes dominantes para a garantia do seu rendimento descreve os interesses do golpe, muito similares à 1964. A política de conciliação não servia mais aos capitalistas, que com o golpe aplicaram uma política de implementação de reformas, com destaque a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, que colocam o capital acima de qualquer direito das classes trabalhadoras. Adotaram um programa de redução do Estado e de reformas que buscaram elevar o rendimento em detrimento das condições de trabalho, rifando direitos básicos como a aposentadoria e as leis trabalhistas estabelecidas pela CLT

– Consolidação das Leis do Trabalho, sem o crivo das urnas.

Dilma e Jango fizeram inúmeras tentativas de conciliar os interesses da elite multinacional e seus sócios, rentista e empresarial com os interesses das classes populares, através de mudanças na política econômica e na nomeação dos Ministros que atendessem os interesses da elite e seus partidos. Ou seja, a conciliação não era mais tolerada pelas classes dominantes, queriam um Estado que não cedesse o mínimo aos trabalhadores, servindo, sem concessões, ao grande capital. No fim de seu mandato Dilma, aumentou a concessão aos interesses do capital buscando maneiras de evitar o golpe através da conciliação, já Jango percebeu que a conciliação não acalmaria os interesses do capital.

Os atores que se mobilizaram pelo golpe em 1964 e 2016 se repetem e se diferenciam. O capital multinacional e seus associados no Brasil podem ser visto como o motor em ambos os períodos, agregados a elite oligárquica-industrial, que possui controle de grande parte dos partidos e parlamentares, a mídia e aos governos estaduais.

O parlamento cumpriu papel decisivo em ambas as situações. Em 1964 houve a imobilização dos projetos do Executivo no Congresso, a cisão da base governista - a partir da divisão do PSD sobre o governo e a perda de maioria governista no Congresso e a oposição centrada na UDN cumpriu papel para a desestabilização do governo desde o início. Em 2016 repetem-se esses três elementos, o desmanche da base governista, a partir da saída do PMDB do governo e, assim como em 1964, o principal partido de oposição, PSDB, cumpriu papel central na desestabilização de Dilma, além da imobilidade dos projetos do Executivo.

Desde o início de seus mandatos houve tentativas de cerceá-los. Em 1964 esse processo se deu de maneira mais intensa, primeiro houve a contestação e rejeição por parte de setores da sociedade à posse de Jango, o que resultou na mudança do sistema brasileiro de presidencialista para parlamentarista para que Jango não governasse com plenos poderes. As contestações à Dilma, todavia, só renderam frutos com o golpe, apesar do resultado eleitoral ter sido contestado pela oposição diversas vezes.

O papel central do parlamento também é percebido com o desfecho do golpe. O presidente do Senado rompeu com Jango e o presidente da Câmara declarou vaga a presidência com João Goulart no Brasil. Em 2016 o presidente da

Câmara rompeu com Dilma e abriu o processo de impeachment. A partir de precedentes diferentes, o Congresso Nacional teve papel central nos dois casos, a criação da instabilidade política, o rompimento dos partidos com o governo, a obstrução das pautas do Executivo, a contestação da legitimidade dos governantes e por fim, a mobilização pelo golpe.

Há dois agentes do Estado que se diferem entre 1964 e 2016 – as Forças Armadas e o Judiciário. As Forças Armadas foi um agente central no golpe de 1964, o qual é compreendido como civil-militar, e estiveram em incongruência com João Goulart desde o início do seu governo, apesar de ter havido setores das Forças Armadas em defesa de Jango. Não queriam a sua posse como presidente, o alto escalão se posicionava contra a aliança de Jango com a esquerda, denunciavam, também, a complacência de Jango com a falta de hierarquia e disciplina das Forças Armadas. Essas questões levaram os militares a participar, em crescente, de ações de desestabilização do governo utilizando o argumento do perigo do comunismo e exigindo o rompimento com a esquerda, até, por fim, tomarem as ruas.

Em 2016 as Forças Armadas já não tinham tamanha força e influencia. Mas outro agente entrou em cena, o Judiciário. O Judiciário e a Polícia Federal realizaram durante o governo Dilma a maior operação contra a corrupção do país, entretanto, a operação teve alto caráter de desestabilização do governo. As investigações centradas na presidenta e nos quadros do seu partido utilizaram estratégias autoritárias, como a condução coercitiva de Lula e o vazamento de áudios entre Dilma e Lula, foi central na desestabilização do governo a partir da divulgação e do enfoque particular da grande mídia.

A disputa dos golpes, entretanto, não se resumiu à estrutura do Estado, tendo sido a disputa na sociedade fundamental. Em ambos os casos houve a construção de uma opinião pública favorável ao golpe e a mobilização da classe média foi estabelecida como a legítima expressão popular. A classe média foi o estrato social que saiu as ruas contra os presidentes em questão, essas mobilizações, entretanto, estavam intimamente ligadas e harmonizadas com aquele que articularam o golpe. Os políticos envolvidos na campanha pela deposição participaram lado a lado da classe média nas manifestações.

A caracterização dessa opinião pública esteve calcada em questões semelhantes nos dois casos. A ação dos meios de comunicação foi essencial para

os golpes, o Executivo foi bombardeado incansavelmente, em busca da reação da sociedade à crise econômica e política. O clima de inquietação resultado das ruas propiciou o apoio necessário à ação das Forças Armadas e a aprovação do Impeachment no Congresso Nacional. A classe média era mobilizada principalmente por questões ligadas a meritocracia, a distribuição de renda os desagradava. Já a insatisfação das classes populares foi mobilizada principalmente com o discurso acerca da questão salarial e do desemprego, em ambas as situações, contudo, as classes populares participaram, de forma expressiva, das mobilizações pelo golpe.

A mobilização de apoio ao governo era caracterizada como ação coordenada do executivo, os sindicatos e movimentos ligados à esquerda eram desmoralizados pela mídia e a direita. Além disso, criou-se um clima de degeneração do Estado, em 1964 a degeneração devia-se a ligação do Executivo com o comunismo, já em 2016 foi a corrupção a responsável por caracterizar que o presidente estava degenerando o Estado e era preciso a sua deposição.

Além dos elementos similares na construção dos golpes de 1964 e 2016, ambos deixaram marcas para a democracia brasileira. Ao relembrarmos a teoria da democracia estabelecida em o cidadão eleger seus representantes e o fato de o acesso legítimo do poder se estabelecer através de eleições periódicas, limpas e livres. E o fato de o sufrágio universal, de acordo com as teorias liberais-pluralistas, garantir a igualdade de oportunidades e a democracia ser o conjunto de regras para a definição e influência dos governantes. Percebemos primeiro, o rompimento do golpe com o consenso mínimo sobre a necessidade de o povo decidir seus representantes para o estabelecimento da democracia. Ou seja, o golpe rompe com a democracia mesmo nas suas teorias mais restritivas, entendida como o acesso ao voto, os casos brasileiros demonstram como o voto foi deixado de lado para a mudança no Executivo brasileiro, que foi imposta por vias extras constitucionais.

As normas constitucionais, a atuação dos órgãos do judiciário e a vigilância exercida pela imprensa que garantiriam, ainda, a *accountability* por parte dos governantes, e em conjunto com o sufrágio universal, garantiriam os mecanismos de controles sobre os líderes. Em 1964 e 2016 o golpe estabeleceu a ruptura com esses elementos, a partir do momento que as regras constitucionais de acesso ao poder foram quebradas em acordo com os órgãos do judiciário e da

mídia, já que os programas de governo estabelecidos pelo golpe foram apoiados pelos mesmos.

Já a teoria participacionista, como visto, aponta que é preciso ter sensibilidade para as desigualdades concretas na sociedade e ao fato de elas interferirem na esfera política e na ampliação das oportunidades de participação. Rousseau afirma que as desigualdades econômicas não poderiam levar a desigualdade política (MIGUEL, 2015), percebemos, todavia, que os golpes de 1964 e 2016 contaram com um parlamento organizado de maneira suficientemente alinhada aos interesses da elite brasileira e internacional, a ponto de que estes interesses moldaram a atuação dos parlamentares no processo do golpe. Um Congresso identificado tão claramente com os interesses dessa elite, demonstrou, conseqüentemente, como a diferença econômica se reflete na desigualdade política, que se dispôs a romper a ordem constitucional para garantir a soberania desses interesses.

Os golpes ao estarem ajustados aos interesses da elite, aplicaram um programa de garantia do lucro do capital, complacentes com a hierarquia, a exploração, e a desigualdade. Sendo assim, limando as possibilidades da construção de uma democracia que se atente as desigualdades concretas da sociedade. Ou seja, os golpes cercearam os mecanismos básicos da democracia representativa, fragilizaram os direitos dos trabalhadores e também das mulheres, negros, indígenas, LGBTs e dos grupos historicamente oprimidos e a possibilidade de aperfeiçoá-los.

Já os avanços da constituição de 1988, que havia avançado em relação a de 1946 justamente no que diz respeito a possibilidade de participação e de redução de desigualdades sociais, foram cessados com o golpe. As regras referentes ao funcionamento da democracia representativa e a redução das desigualdades foram abandonadas, desrespeitando a constituição e qualquer consequência prática à ela.

## **8.2. A personalização em 1964 e 2016**

A personalização pode ser descrita como a política centrada na figura do candidato ou governante, em detrimento do partido político e do governo. De forma que questões relativas aos atributos pessoais preenchem o espaço da discussão política. A organização dos golpes contou com a exploração da

personalização da disputa política, voltada para a figura dos governantes – Jango e Dilma. Questões relativas a características individuais dos presidentes foram utilizadas para evidenciar a necessidade de deposição dos mesmos, buscando demonstrar a incapacidade dos presidentes para lidar com a crise política e econômica, de forma que as características pessoais foram colocadas acima do debate de ideias acerca da crise enfrentada pelo país nos dois períodos, tornando invisíveis os diversos atores e interesses em questão.

O conjunto de representações da personalidade de Jango foram exploradas pelos os que defendiam o golpe, o desgaste da figura do presidente passou pelo desgaste de características pessoais do mesmo. De maneira que Jango foi personalizado como justificativa para o golpe de 1964, ou seja, a justificativa do golpe passou por características atribuídas ao presidente que ressaltavam a necessidade de alterar o poder Executivo.

A Jango foi atribuída a personalidade fraca, decorrente da falta de autonomia do em uma atuação guiada pelos comunistas e pelos sindicatos. Ao mesmo passo que era caracterizado como pregador da subversão, apontando que Jango queria o fechamento do Congresso Nacional para permitir a construção de uma “República Socialista” no país pelas forças de esquerda. Os que não o acusavam de querer fechar o Congresso, o acusavam de desafiar-lo e trair a constituição para buscar mecanismos para a sua continuidade no poder. Foi outorgada a ele a personalidade de demagogo, principalmente quando se referia as reformas de base, seu discurso era acusado de ter como único objetivo a sua continuidade na presidência. Além disso é caracterizado como “presidente fora da lei” e autoritário, já que segundo o discurso dos opositores, pretendia governar fora da lei e à revelia do Congresso, já que não tinha respeito pelo mesmo.

Goulart é caracterizado hora como um presidente de personalidade fraca e a mando dos comunistas e hora como um presidente ambicioso que tinha suas ações baseadas na finalidade de sua continuidade no poder, sendo capaz, inclusive, de seduzir a população com seu discurso demagógico. Essa questão demonstra, que o discurso sobre a personalidade de Jango é contraditório e utilizado de acordo com o momento pelas forças opositoras ao governo.

A crise econômica também é embutida a postura demagógica de Goulart, que cedia aos interesses dos trabalhadores de forma desordenada. A solução da crise passava, para o presidente, pela aprovação das reformas, mas essa solução

era apresentada pela oposição somente como um “bombástico discurso” e “irresponsáveis plataformas”, aproveitando para caracteriza-lo como incapaz administrativamente. Jango foi, ainda, definido como conivente a indisciplina e contra a hierarquia, principalmente pelo alto escalão das Forças Armadas. Além de estimulador incontestado dos movimentos grevistas, já que estaria submetido aos interesses dos sindicatos.

No caso de Dilma, percebemos a utilização de traços próprios da presidenta para desmoralizá-la desde que foi anunciada a primeira vez como candidata em 2010. No processo de impeachment esses elementos foram evidenciados, a crise política foi atribuída à incapacidade de Dilma para a macro política, ao não saber negociar com o Congresso, e a sua falta de traquejo com os rituais próprios da mesma. Em conjunto a isso, era atribuído a ela a incapacidade de governar, questões apontadas para a necessidade da destituição da presidenta, já que, com ela na presidência as crises política e econômica não seriam resolvidas.

Dilma foi caracterizada como prepotente e arrogante, questões provenientes da sua falta de habilidade para o diálogo, a queda da presidenta foi embutida pelos golpistas como fruto de suas próprias características. Era ainda qualificada como autoritária, alegava-se que Dilma não reconhecia os deputados e senadores como legítimos representantes do povo.

A relação entre Dilma e o ex-presidente Lula foi explorada para retratar a presidenta como mandatária de Lula e sem autonomia, de forma que ela não comandava o seu governo, mas sim o ex-presidente. Essa relação foi tratada de forma contraditória, de acordo com o momento em que a afirmação se inseria, em certas ocasiões era criticada por ser mandatária de Lula e em outras o problema que teria levado a crise era justamente não cumprir as ordens de Lula. Os erros e acertos eram atribuídos ao ex-presidente, já que Dilma não teria cacife para tomar decisões.

A imagem de técnica foi explorada para afastá-la do mundo da política, todavia, lhe apontavam que tampouco como competente administradora Dilma se mostrou. As características de microgerenciadora, centralizadora, prepotente e “gerentona” também pretendiam afastar Dilma da política. Ao se tratar da economia Dilma é identificada como irresponsável ao estabelecer as políticas econômicas, os supostos fracassos dos índices são relacionados à teimosia, ao



orgulho e a incompetência da presidenta.

Dilma é, por fim, caracterizada como uma mulher fraca, sozinha e descontrolada, e sem condições emocionais para conduzir o país. Dilma estaria prestes a enlouquecer e precisava de uma companhia masculina para se acalmar. Essas questões demonstram um caráter profundamente machista por parte de seus opositores ao personalizar Dilma, atribuindo-a características que são vistas na sociedade patriarcal, como inerente às mulheres e que moldariam o seu papel de distanciamento dos espaços de poder.

A justificativa do golpe esteve ligada ao desgaste das imagens dos presidentes, todas essas características pretendiam personalizar Jango e Dilma de forma a atribuí-los a falta de condições pessoais para continuar na presidência. A mobilização pelo golpe precisava de argumentos para a sua consolidação, as suas justificativas passaram pela personalização, no caso de Jango, pelo fato de o presidente não ter autonomia, ser fora da lei, demagogo, autoritário, com personalidade fraca, incapaz administrativamente e conivente com a indisciplina e a hierarquia. Já Dilma foi personalizada como incapaz para a política e para governar, sem traquejo, arrogante, autoritária, sem autonomia, microgerenciadora, centralizadora, prepotente, “gerentona”, irresponsável e como uma mulher fraca, sozinha e descontrolada.

A personalização das crises política e econômica na figura de Jango e Dilma foi estabelecida em características que o evidenciavam como incapazes de estar à frente da presidência, em uma estratégia para convencer a população de que o representante que foi eleito por ela deveria ser deposto do poder. Assim, o golpe se esforçou na criação de uma imagem de presidentes inabilitados para estar onde estavam.

O golpe militar precisou ser justificado pela necessidade de deposição da figura de Jango, assim como o golpe de um impeachment sem crime de responsabilidade precisou ser justificado pela inabilidade de Dilma resolver a crise do país. O debate sobre os reais motivos para o golpe não esteve presente no discurso dos golpistas, o que parece razoável, já que ao entendermos as suas motivações percebemos que elas estavam conectadas ao interesse de um estrato reduzido da sociedade. A mídia, em seus diferentes meios, foi a principal responsável pelo desgaste das figuras presidenciais, já que tem capacidade de alcançar grande parcela da população. Além de que o enquadramento que a mídia

faz do governante, é determinante para o seu sucesso.

A personalização das crises atribuiu aos presidentes características similares, ou seja, foram explorados elementos em comum aos presidentes para justificar o golpe. Atribuiu-se a Dilma e a Jango personalidade fraca e falta de autonomia, Jango era caracterizado como guiado pelos comunistas e sindicatos, sendo assim, não tinha independência em seu governo. Dilma foi caracterizada como subordinada a Lula, de forma que suas ações não eram fruto de suas próprias decisões, mas das do ex-presidente.

Em ambos os casos a autonomia é contrariada de acordo com a situação em questão, a falta de autonomia de Jango era tratada de forma contraditória, já que era caracterizado também como ambicioso e demagogo, de maneira que suas decisões visavam apenas o seu continuísmo no governo. À Dilma é atribuída a falta de controle sobre o seu governo, em outros momentos, todavia, é tratada como microgerenciadora, centralizadora, prepotente e "gerentona".

Um e outro são tratados como incompetentes no comando do país e sem capacidade para governar. Jango foi caracterizado como incapaz administrativamente, conivente com a falta de hierarquia e a indisciplina e estimulador dos movimentos grevistas. Já a incompetência de Dilma foi atribuída a sua incapacidade para o trato com a política, sua falta de traquejo, irresponsabilidade e incompetência, aliadas, ainda, hora a sua personalidade forte de arrogante, centralizadora, prepotente e "gerentona" e hora a sua personalidade fraca, quando tratada como uma mulher fraca, sozinha e descontrolada.

A dificuldade do estabelecimento da base governista no Congresso e consequentemente, a relação difícil entre Executivo e Legislativo, presente em ambos os momentos, também foi atribuída aos presidentes. O impasse existente entre os poderes foi atribuído a características dos presidentes tratados como autoritários, de forma que tal questão só se resolveria com as suas deposições. O problema em questão foi atribuído a Jango pelo seu desrespeito ao Congresso e a sua vontade de governar à revelia do mesmo. Jango foi tratado como autoritário ao ser caracterizado como conivente com o fechamento do Congresso por parte da esquerda e por defender políticas, que na ótica golpista, visavam apenas a sua continuidade no poder.

A Dilma também foi atribuída a característica de autoritária, ao ser dito que não reconhecia os deputados e senadores como legítimos representantes do

povo. Entretanto a presidenta também é caracterizada por não ter traquejo e não saber lidar com os rituais da política, além de prepotente e arrogante pela sua falta de diálogo, elementos que aparecem com maior ênfase sobre a relação de Dilma com o Congresso. Dessa forma, o impasse entre executivo e legislativo é atribuído a Goulart pelo seu caráter autoritário e a sua busca de manutenção no poder, enquanto à Dilma se somam a inexperiente e o não conhecimento sobre os rituais da política.

Dilma era centralizadora e “gerentona”, características atribuídas como estranhas a uma mulher, já que se espera uma personalidade “doce”. Ou atribuem características tratadas como naturais do gênero e que subestimam as mulheres, como louca e frágil. Essas questões relembram a questão da divisão sexual do trabalho e sua influência para o acesso desigual à política entre homens e mulheres.

Há características comuns utilizadas para desmoralizar os presidentes: a falta de autonomia, a personalidade fraca, a incapacidade para governar e o autoritarismo, mas há também características que divergem, fruto do contexto político, do período histórico, dos atores envolvidos e da trajetória dos presidentes – além da questão de gênero que com a vitória da primeira mulher presidenta trouxe um novo elemento a ser explorado. Percebe-se que o enquadramento feito pela mídia sobre Goulart e Rousseff marcou os golpes, através da personalização da crise que permeava o país, ilustrando que esse mecanismo, presente cada vez mais na política, foi exaustivamente utilizado nos golpes que aconteceram no Brasil. Sendo assim, não foi o debate de ideias que criou o aspecto de apoio popular e da necessidade de deposição dos presidentes no período pré golpe, mas a insustentabilidade criada para a permanência de Dilma e Jango na presidência, permeada, inclusive, por elementos referentes a sua personalidade.

## **9. Referências Bibliográficas**

“Crime de responsabilidade” in <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/crime-de-responsabilidade>

ABRANCHES, Sérgio. “DESAFIOS: Dilma terá de recompor base no Congresso para governar” in <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/desafios-dilma-tera-de-recompor-base-no-congresso-para-governar.html>

ABRANTES, Talita e CALEIRO, João Pedro. “Os erros de Dilma que a colocaram a beira do impeachment” <http://exame.abril.com.br/brasil/os-erros-de-dilma-que-a-colocaram-a-beira-do-impeachment/>

AIETA, Vânia Siciliano. “Tratado de direito político – partidos políticos – estudos em homenagem ao prof. Siqueira Castro.” Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

AMARAL, Marina. “Jabuti não sobe em árvore? Como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment.” Porque gritamos golpe? Editora Boitempo, agosto de 2016

ARAGÃO, Murillo. “Inabilidade política de Dilma fez ‘grande favor ao equilíbrio de poderes’, diz especialista” in <https://oglobo.globo.com/brasil/inabilidade-politica-de-dilma-fez-grande-favor-ao-equilibrio-de-poderes-diz-especialista-15504311#ixzz4i8yloXHI>

BARBÉ, Carlos. “Golpe de Estado.” In Dicionário de Política (p. 545-547). Editora da UnB

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. “Razões econômicas, não economicistas, do golpe de 1964.” Textos Para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 229, mar. 2014

BIANCHI, Alvaro. “O que é um golpe de estado?” 26 de março 2016 in <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>

BIROLI, Flávia. “A mídia, a crise e o golpe” in <https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/07/a-midia-a-crise-e-o-golpe/>

BIROLI, Flávia. “Divisão Sexual do Trabalho e Democracia.” Dados [online]. 2016, vol.59, n.3, pp.719-754

BOBBIO, Norberto. “Democracia.” In Dicionário de Política (p. 545-547). Editora da UnB, 2007 [1983]

BOITO JR, Armando. “Os atores e o enredo da crise política” Porque gritamos golpe? Editora Boitempo, agosto de 2016

BRAGA, Suely. “Vice-presidente pela primeira vez.” in [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJK/Vice\\_presidente\\_pela\\_primeira\\_vez](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJK/Vice_presidente_pela_primeira_vez)

BUENO, Rubens. “Oposição vê caos e diz que governo acabou” in <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,oposicao-ve-caos-e-diz-que-governo-acabou,1759415>

CABRAL NETO, Antônio. “Democracia: velhas e novas controvérsias.” Estudos de Psicologia, Rio Grande do Norte, 1997, pp. 287-312

CABRAL, Alexandre. “Dados econômicos da era Dilma: de chorar!” in <http://economia.estadao.com.br/blogs/economia-a-vista/dados-economicos-da-era-dilma-de-chorar/>

CALEIRO, João Pedro. “O antes e depois de Dilma na economia” in <http://exame.abril.com.br/economia/o-antes-e-depois-de-dilma-na-economia/>

CALGARO, Fernando; PASSARINHO, Nathalia e SALOMÃO, Lucas. “Eduardo Cunha anuncia rompimento com o governo e diz que é 'oposição'” in <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>

CARDOSO, Fernando Henrique. “ ‘Dilma não tem vocação para conversa’ diz FHC in <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1700829-dilma-nao-tem-vocacao-para-conversa-diz-fhc.shtml>

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. “Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff.” Estudo Avançados nº29, 2015

COIMBRA, Lelo. “Comissão do impeachment de Dilma: frases dos deputados sobre o parecer” in <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/comissao-do-impeachment-de-dilma-frases-dos-deputados-sobre-o-parecer.html>

COSTA, Celia Maria Leite. “A campanha presidencial de 1960.” in [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Campanha1960/A\\_campanha\\_presidencial\\_de\\_1960](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Campanha1960/A_campanha_presidencial_de_1960)

CUNHA, Eduardo. “Cunha volta a rebater dilma: arrogante e mentirosa” in <http://www.brasil247.com/pt/247/poder/234992>

DA REDAÇÃO. “As principais medidas do governo interino de Temer” in <http://veja.abril.com.br/economia/as-principais-medidas-do-governo-interino-de-temer/>

DAHL, Robert A. “Um prefácio à teoria democrática.” Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989 [1956]

DALMO, Dalmo 2016 “Pedaladas foram praticadas por 17 governadores. E aí oposição” in <http://www.vermelho.org.br/noticia/278435-2>

DIAS, Antonio. “Imprensa e Poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de S. Paulo no Golpe de 1964.” História do Estado de São Paulo: a

formação da unidade paulista. I ed. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010

DIAS, Mauricio. Revolução de 1964. In <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1964>  
DREIFUSS, René Armand. “1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe.” Petrópolis: Vozes, 1987, 5ª EDIÇÃO.

FELIPPE, Igor. “ ‘Anticomunismo é a base ideológica comum para o espectro fascista no Brasil’, afirma historiador” in <http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/plenos-poderes/anticomunismo-e-base-ideologica-comum-para-o-espectro-fascista-brasil-afirma-historiador/>

FERRARO, Alceu Ravello. “Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?” Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964.” In: O Brasil Republicano volume 3. O tempo da experiência democrática: da democratização e 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, página 343-404

FERREIRA, Jorge. “João Goulart: Uma biografia.” Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Legitimidade E Credibilidade: Impasses Da Política Econômica Do Governo Goulart” EST. ECON., SÃO PAULO, V. 34, N. 3, P. 587-622, JULHO-SETEMBRO 2004

FORTES, Heraclito. 2016 “Para Heráclito, arrogância de Dilma foi fator decisivo para afastamento” in

FREIRE, Américo. “Entre dois governos: 1945-1950: a constituição de 1946”. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro. in <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>. Data de acesso: 18 de julho de 2016.

FUENTES, André. “Fracasso: Dilma terminará governo com economia do país deteriorada” in <http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/fracasso-dilma-terminara-governo-com-economia-do-pais-deteriorada/>

GOMES, Fernanda da Silva. “Rousseau – democracia e representação.” Dissertação (Mestrado em Ética e Filosofia Política). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GOMES, Maria Carmen Aires e BARBARA, Leila. “Mulheres, política e mídia: algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff.” D.E.L.T.A., 27:2, 2011, p. 311-335  
<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226986>

INTERVOZES, “Os atos pró-democracia e a narrativa do golpe na grande mídia” in <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/os-atos-pro-democracia-e-a-narrativa-do-golpe-na-grande-midia>

INTERVOZES, 2016 “O papel da mídia nas manifestações do 13 de março” em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-papel-da-midia-nas-manifestacoes-do-13-de-marco>

KINZO, Maria D’Alva. “Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil.” RBCS, vol 20, nº 37. Fevereiro de 2005

LAMOUNIER, Bolívar. “O que é que se constrói quando se constrói a democracia.” In Sistema Político Brasileiro: uma introdução (p. 13-27), 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015

LEAL, Paulo Roberto Figueira e VIEIRA, Mário Braga Magalhães Hubner. “O Fenômeno da Personalização da Política: Evidências Comunicacionais das Campanhas de Dilma e Serra em 2010” Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 4, nº 1 e 2, p. 41 a 50, jan/dez de 2009

Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. in [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L1079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm)

LOURENÇO, Luana. “Dilma diz estar preocupada com desemprego e reclama de preconceito de gênero” in <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/06/dilma-diz-estar-preocupada-com-desemprego-e-reclama-de-preconceito-de>

MACPHERSON, C. B. “A democracia liberal: origens e evolução.” Rio de Janeiro- RJ: Jorge Zahar, 1978 [1977]

MARTINS JUNIOR, José Paulo. “A crise e o golpe” Ponto e Virgula – PUC SP, nº 19, primeiro semestre de 2016, p. 64 a 81

MARTINS JUNIOR, José Paulo. “A crise e o golpe” Ponto e Virgula – PUC SP, nº 19, primeiro semestre de 2016, p. 64 a 81

MARUN, Carlos. “Comissão do impeachment de Dilma: frases dos deputados sobre o parecer” in <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de>

dilma/noticia/2016/04/comissao-do-impeachment-de-dilma-frases-dos-deputados-sobre-o-parecer.html

MENDONÇA, Daniel. “A Batalha Discursiva dos Deputados Federais em Março de 1964.” 2010

MIELLI, Renata. “O golpe da mídia e a luta pela democratização da comunicação” in <http://www.vermelho.org.br/noticia/285963-6>

MIELLI, Renata. “O golpe da mídia e a luta pela democratização da comunicação” in <http://www.fncc.org.br/noticias/o-golpe-da-midia-e-a-luta-pela-democratizacao-da-comunicacao-924738/>

MIGUEL, Luis Felipe. “Mídia e Comunicação Política” in Sistema político brasileiro: uma introdução /Lúcia Avelar, Antonio Ocávio Cintra, organizadores. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015

MIGUEL, Luis Felipe. “Os meios de comunicação e a prática política.” Lua Nova, nº 55-56, 2002

MIGUEL, Luis Felipe. “Teoria Democrática Atual: Um Esboço do Mapeamento.” BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, SP: 1º semestre de 2005, (p. 3-146)

MIGUEL, Luiz Felipe. “Democracia e Sociedade de Classes.” Revista Brasileira de Ciência Política, nº9, Brasília, setembro-dezembro de 2012, pp. 93-117

MILL, John Stuart. “O governo representativo.” São Paulo - SP: Ibrasa 1995 [1861]

MILLS, C. Wright. “A elite do poder. Rio de Janeiro” RJ: Zahar, 1981 [1956]

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros.” Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Em guarda contra o ‘perigo vermelho’: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)” - São Paulo, Perspectiva: FAPESP, 2002

MOTTA, Rodrigo. 2016 “O vermelho e o medo” in <http://vermelho.org.br/noticia/278312-11>

NARLOCH, Leandro. “Por que Dilma foi a pior da história” in <http://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/por-que-dilma-foi-a-pior-da-historia/>

NEGRÃO, João José de Oliveira. “O Governo FHC e o neoliberalismo.” Lutas Sociais - Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS) n.1, 1996



NICOLAU, Jairo. “Os Sistemas eleitorais” in Sistema político brasileiro: uma introdução /Lúcia Avelar, Antonio Ocávio Cintra, organizadores. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015

O GLOBO, “Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal” in <https://oglobo.globo.com/opiniao/novo-marco-de-defesa-da-responsabilidade-fiscal-19286772#ixzz4iQgiG7BO>

ODILLA, Fernanda “Dilma é cassada pelo Senado: Da infância de classe média à rebeldia; de 'gerentona' ao impeachment” in <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226986>

ODILLA, Fernanda. “Dilma é cassada pelo Senado: Da infância de classe média à rebeldia; de 'gerentona' ao impeachment” in

PARDELLAS, Sérgio e BERGAMASCO, Débora. “Uma presidente fora de si” in [http://istoe.com.br/450027\\_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/](http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/)

PASSARINHO, Nathalia e GARCIA, Gustavo. “Após 12 horas, comissão encerra 1º debate sobre parecer do impeachment” in <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/apos-12-horas-comissao-encerra-1-debate-sobre-parecer-do-impeachment.html>

**PASSARINHO, Nathalia e GARCIA, Gustavo.** “Após 12 horas, comissão encerra 1º debate sobre parecer do impeachment” in

PASSARINHO, Nathalia. “Cunha arquiva segundo pedido de impeachment de Michel Temer” in <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/cunha-arquiva-segundo-pedido-de-impeachment-de-michel-temer.html>

PATEMAN, Carole. “Participação e teoria democrática.” Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992 [1970]

PAULA, Chistiane Jalles. “O segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória.” in [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O\\_segundo\\_mandato\\_e\\_a\\_crise\\_sucessoria](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucessoria)

PEDROSA, Robert e COSTA, Marcelo. “Para Heráclito, arrogância de Dilma foi fator decisivo para afastamento” in <http://www.portalodia.com/noticias/politica/para-heraclito,-arrogancia-de-dilma-foi-fator-decisivo-para-afastamento-269140.html>

PERISSINOTTO, Renato. “Por que golpe?” Texto apresentado em encontro no Instituto de Estudos Sociais e Políticos-UERJ, em 07/10/2016

PINEIRO, Leticia. “A política externa independente durante o governo João Goulart” in [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A\\_politica\\_externa\\_independente](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_politica_externa_independente)

PORTAL EBC. “Relembre desenrolar da relação entre Temer e Dilma no atual mandato” in <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/03/relembre-o-desenrolar-da-relacao-entre-temer-e-dilma-ate-o-rompimento-do>

PORTO, Mauro. “Enquadramentos da mídia e política”, em Antonio Albino Canelas Rubim (org.), Comunicação e política: conceitos e abordagens. São Paulo: Editora Unesp; Salvador: Editora UFBA, 2004, pp. 73 – 104.

PRAZERES, Leandro. “No ano, Dilma é alvo de 16 pedidos de impeachment na Câmara” in <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/07/23/em-seis-meses-dilma-e-alvo-de-15-pedidos-de-impeachment.htm#fotoNav=77>

RIBEIRO, Devanir. “Dilma é cassada pelo Senado: Da infância de classe média à rebeldia; de 'gerentona' ao impeachment” in <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226986>

RIBEIRO, Flexa. “Impeachment no Senado: discurso final de Flexa Ribeiro” in <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/impeachment-no-senado-discurso-final-de-flexa-ribeiro-psdb-pa.html>

RODRIGUES, Fernando. “Análise: Dilma e o esgarçamento da capacidade de governar” in <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/03/05/analise-dilma-e-o-esgarçamento-da-capacidade-de-governar/?cmpid=copiaecola>

ROSSI, Marina. “Movimento Brasil Livre: “Dilma deve cair até o final do ano” in [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/14/politica/1439580832\\_993126.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/14/politica/1439580832_993126.html)

ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Do Contrato Social e Ensaio sobre a origem das línguas” (Os Pensadores, vol. 1). Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SADI, Andréia. “Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma” in <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>

SARMENTO, Carlos Eduardo. “O Plano Trienal e a política econômica do presidencialismo” in

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_plano\\_triennial\\_e\\_a\\_politica\\_economica](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_triennial_e_a_politica_economica)

SCHUMPETER, Joseph A. “Capitalismo, socialismo e democracia.” Rio: Zahar, 1984

SPECK, Bruno W. “Recursos, partidos e eleições: o papel do financiamento privado, do fundo partidário e do horário gratuito na competição política no Brasil” in Sistema político brasileiro: uma introdução /Lúcia Avelar, Antonio Ocávio Cintra, organizadores. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015

STOCKER, Pâmela Caroline e DALMASO, Silvana Copetti. “Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha.” Estudos Feministas, Florianópolis, 24(3): 398, setembro-dezembro/2016

TOLEDO, Caio Navarro. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia.” Revista Brasileira de História, 2004, vol. 24, nº 47

VIEIRA, Jorge. “Revista Época ultrapassa limites e faz 'revelações' sobre vida sexual de Dilma” in <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/revista-epoca-ultrapassa-limites-e-faz-revelacoes-sobre-vida-sexual-de-dilma.html>

VITULLO, Gabriel E. “A democracia e os seus inimigos; dois séculos de luta liberal contra a participação popular.” Trabalho preparado para apresentação no III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdade, Brasília, 11 a 13 de maio de 2016.

ZANARDO, André “A manipulação em 100 capas da VEJA | Jogos de Poder #7” in <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/05/13/a-manipulacao-em-100-capas-da-veja-jogos-de-poder-7/>